

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

Instituto de Geociências e Ciências Exatas

Campus de Rio Claro

ÁREAS NATURAIS PROTEGIDAS:

*A PERCEPÇÃO AMBIENTAL DOS RESIDENTES DO ENTORNO DO PARQUE
AMBIENTAL DE TERESINA/PI.*

Lívia Tátilla dos Reis Martins

Orientadora: **Prof^a Dra. Sandra Elisa Contri Pitton.**

Dissertação de Mestrado elaborada junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia – Área de Concentração em Organização do Espaço, para obtenção do Título de Mestre em Geografia.

Rio Claro (SP)

2010

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

910h.381 Martins, Livia Tátilla dos Reis
M433a Áreas naturais protegidas: a percepção ambiental dos residentes do
entorno do Parque Ambiental de Teresina/PI / Livia Tátilla dos Reis
Martins. - Rio Claro : [s.n.], 2010
132 f. : il., figs., tabs., fots., mapas

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Instituto de
Geociências e Ciências Exatas
Orientador: Sandra Elisa Contri Pitton

1. Geografia urbana - Brasil. 2. Comunidades locais. I. Título.

Comissão Examinadora

Profa. Dra. Sandra Elisa Contri Pitton
Orientadora

Profa. Dra. Sílvia Aparecida Guarnieri Ortigoza
Membro

Prof. Dr. António Carlos Sarti
Membro

Aluna

Rio Claro, 21 de Maio de 2010.

Resultado: APROVADA

Dedico esta conquista a minha mãe, Lucimar, e a meu pai, Francisco; meus primeiros mestres na arte de viver.

Ao meu amado marido Marcelo, que me apoiou e me acompanhou nessa longa e difícil caminhada.

E a minha querida madrinha Auriluce, meu exemplo de força e determinação.

AGRADECIMENTOS

"O valor das coisas não está no tempo que elas duram, mas na intensidade com que acontecem. Por isso, existem momentos inesquecíveis, coisas inexplicáveis e pessoas incomparáveis".

(Fernando Pessoa)

Esse momento? Inesquecível! Os obstáculos vencidos? Inexplicáveis! As pessoas com as quais eu pude contar? Incomparáveis! Meus sinceros agradecimentos...

Em primeiro lugar, agradeço a Deus pelo dom da vida, pelas oportunidades e por me fortalecer nos momentos mais difíceis.

Aos meus pais, que me ensinaram os maiores valores da vida, agradeço pelo amor que sempre me acompanhou, pelo apoio sem limites, pela confiança em meu esforço, pela compreensão da importância desse trabalho em minha vida e por respeitar meus momentos de ausência. Vocês são pais maravilhosos!

Ao meu querido marido, Marcelo, pessoa sem a qual eu não estaria onde estou, pelo seu amor e apoio incondicional, incentivo e pela paciência por tantos momentos de ansiedade e de ausência... Agradeço ainda por aceitar ler o meu texto, pelas sugestões e correções tão valiosas e por me aguentar todos os dias falando e discutindo sempre sobre o mesmo assunto. Obrigada por cuidar de mim, sem a sua ajuda eu não teria conseguido!

À minha querida madrinha Auriluce, guerreira e admirável pela força e determinação; agradeço enormemente por ter podido contar com seu apoio no momento em que eu mais precisei. Sou eternamente grata por tudo!

À minha orientadora, professora e doutora, Sandra Elisa Contri Pitton, agradeço principalmente por ter aceitado ser a minha orientadora e por ter acreditado em mim. Agradeço o apoio, a compreensão e a preocupação que sempre teve comigo, especialmente na fase inicial do curso e na reta final desta dissertação e, sem dúvida nenhuma, por ter dividido comigo o seu enorme saber.

A todos os professores do Programa de Pós-Graduação em Geografia, pela excelência do ensino, pelo apoio irrestrito em momentos importantes dessa jornada e pela generosidade ao compartilharem conosco seus conhecimentos.

Aos professores Ana Teresa, Maria Juraci, Sílvia Ortigoza e António Sarti, membros das bancas examinadoras da qualificação e da defesa, agradeço pelas excelentes contribuições para a versão final deste trabalho.

Ao Instituto Federal do Piauí, pelo muito que me deu: o valor à educação pública e de qualidade e a oportunidade de realização de um sonho.

Aos meus colegas de curso e de trabalho do IFPI, por todos os momentos vividos juntos... Momentos de tensão... de alegria... e de muita risada. Certamente, construímos uma amizade duradoura.

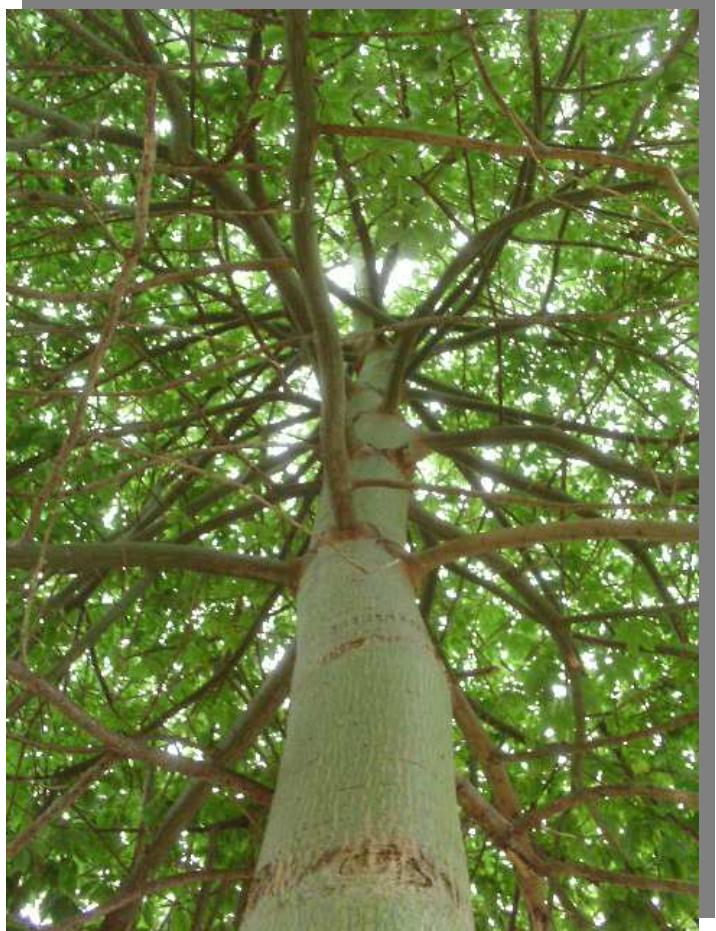
Ao Prof Dr. Darley Arruda, Diretor Geral do *campus* Floriano e ao Prof MSc. Odimógenes Soares, Diretor de Ensino do *campus* Floriano, pela confiança, incentivo e amizade.

Às minhas queridas amigas Simone e Livramento, agradeço por terem me dado uma família; meus sinceros agradecimentos pela agradável convivência e pela relação de amizade e respeito que soubemos construir, apesar de nossas diferenças.

À Jacqueline Lustosa, pela consideração a minha pesquisa, pelo carinho com que fui recebida e por ter me fornecido informações importantes sobre o Parque Ambiental, e aos demais funcionários dessa área natural, pela presteza e gentileza.

Às comunidades dos bairros Mocambinho e Buenos Aires que me receberam tão prontamente, fornecendo-me as informações necessárias a minha pesquisa, sem as quais esse trabalho não poderia ter sido realizado.

A todos, o meu carinho e os meus mais sinceros agradecimentos!



**"Tudo depende de como olhamos para as coisas,
e não de como elas são em si mesmas".**

(Carl Gustav Jung)

RESUMO

A presente pesquisa investigou a percepção ambiental dos residentes do entorno do Parque Ambiental, situado na zona norte da cidade de Teresina/PI. A área natural, em questão, é protegida e encontra-se localizada no meio urbano. Portanto, está presente na vida dessas pessoas que, por sua vez, determinam a qualidade desse ambiente. A abordagem qualitativa, pautada na fenomenologia, revelou aspectos importantes do cotidiano dos moradores, que foram apresentados como a percepção da coletividade. Foram definidos três grupos ao longo da circunvizinhança do Parque, com conseqüente aplicação de questionários para analisar a percepção destes acerca da importância dada ao Parque e do reconhecimento das distintas funções exercidas por esta área natural protegida, em função dos diferentes espaços por eles ocupados em seu entorno. Os dados levantados foram analisados e apresentados em forma de tabela. Assim, a principal contribuição deste estudo está relacionada à geração de conhecimento que poderá subsidiar futuros projetos ambientais para esta Unidade, e que envolvam especialmente as comunidades circunvizinhas, com vistas à garantia da manutenção e da conservação do Parque Ambiental.

Palavras-chave: Percepção Ambiental; Unidades de Conservação; Comunidades Locais; Parque Ambiental de Teresina.

ABSTRACT

The present research investigated the environmental perception of the surrounding residents from Parque Ambiental, located at the north zone of the city of Teresina/PI. The protected natural area in case is located in an urban place, hence, it is present in the life of these people, who determine the quality of this environment. The qualitative approach, based on phenomenology, revealed important aspects of the residents' quotidian, that were presented with a collective perception. Three groups were defined among the surrounding neighborhood of the Park, with a consequent application of questionnaires, in order to analyse their perception about the importance given to the Park and the recognition of the distinct functions exercised by this protected natural area, in function of the different spaces occupied by them in its surrounding neighborhood. The collected data were analysed and presented in a table form. So, the mainly contribution of this study is related to the production of knowledge that can subsidize future environmental projects for this unit, involving specially the neighbor communities, in order to guarantee the maintenance and the conservation of Parque Ambiental.

Key-words: Environmental Perception. Units of Conservation. Local Communities. Parque Ambiental de Teresina.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa de localização do Parque Ambiental de Teresina	20
Figura 2 – Foto aérea de parte da zona Norte de Teresina	44
Figura 3 – Mocambinho I. Quadra 10 à esquerda	51
Figura 4 – Avenida Duque de Caxias	51
Figura 5 – Imagem de satélite, com ênfase na área de aplicação dos questionários	51
Figura 6 – Entrevista com morador do entorno	52
Figura 7 – Vista panorâmica de Teresina	54
Figura 8 – Mapa de localização do Parque Ambiental de Teresina	61
Figura 9 – Sede do Departamento de Praças e Jardins	62
Figura 10 – Produção de mudas para arborização da cidade	62
Figura 11 – Fachada do Parque Ambiental de Teresina	63
Figura 12 – Fachada do Museu de História Natural	63
Figura 13 – Animais expostos no Museu	64
Figura 14 – Aspecto da vegetação do Parque Ambiental	64
Figura 15 – Trilhas definidas no interior do Parque Ambiental	64
Figura 16 – Placa situada no interior do Parque ilustrando as trilhas que o entrecortam	65
Figura 17 – Mamífero de pequeno porte encontrado no Parque	65
Figura 18 – Auditório Caneleiro	65
Figura 19 – Furos dos tijolos do baldrame do muro do Parque	84
Figura 20 – Trilha percorrida pelos visitantes no passeio pelo Parque	88
Figura 21 – Placa no interior do Parque com orientações conservacionistas	88
Figura 22 – Lixo encontrado nas proximidades do muro que separa o Parque das residências na Rua Sinhá Borges	94
Figura 23 – Visitantes do Bairro Mocambinho I	96
Figura 24 – Fachada do Parque Ambiental de Teresina	106
Figura 25 – Museu de História Natural	106
Figura 26 – Entulho e sucata depositados no interior do Parque	112

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Sexo dos respondentes do grupo 1	67
Tabela 2 – Idade dos respondentes do grupo 1.....	67
Tabela 3 – Escolaridade dos respondentes do grupo 1	67
Tabela 4 – Número de pessoas por residência do grupo 1	68
Tabela 5 – Tempo de moradia dos respondentes do grupo 1	68
Tabela 6 – Profissão dos respondentes do grupo 1	68
Tabela 7 – Renda líquida mensal das famílias do grupo 1	69
Tabela 8 – Sexo dos respondentes do grupo 2	69
Tabela 9 – Idade dos respondentes do grupo 2	70
Tabela 10 – Escolaridade dos respondentes do grupo 2	70
Tabela 11 – Número de pessoas por residência do grupo 2	70
Tabela 12 – Tempo de moradia dos respondentes do grupo 2	71
Tabela 13 – Profissão dos respondentes do grupo 2	71
Tabela 14 – Renda líquida mensal das famílias do grupo 2	72
Tabela 15 – Sexo dos respondentes do grupo 3	72
Tabela 16 – Idade dos respondentes do grupo 3	72
Tabela 17 – Escolaridade dos respondentes do grupo 3	73
Tabela 18 – Número de pessoas por residência do grupo 3	73
Tabela 19 – Tempo de moradia dos respondentes do grupo 3	74
Tabela 20 – Profissão dos respondentes do grupo 3	74
Tabela 21 – Renda líquida mensal das famílias do grupo 3	75
Tabela 22 – Visitação dos respondentes do grupo 1 ao Parque	76
Tabela 23 – Frequência que o grupo 1 visita o Parque	76
Tabela 24 – Motivo da visita do grupo 1 ao Parque	77
Tabela 25 – Opinião do grupo 1 sobre morar próximo ao Parque	78
Tabela 26 – Conhecimento do grupo 1 sobre as fun�es do Parque	78
Tabela 27 – Opinião do grupo 1 sobre a situa�o do Parque	79
Tabela 28 – Opinião do grupo 1 sobre a responsabilidade pela conserva�o do Parque	80
Tabela 29 – Como os respondentes do grupo 1 imaginam o seu bairro sem o Parque	80

Tabela 30 – Opinião dos respondentes do grupo 1 sobre a possibilidade de mudança do seu bairro por causa do Parque	81
Tabela 31 – Participação do grupo 1 em movimentos ambientais	82
Tabela 32 – Sugestões do grupo 1 para melhoria do Parque	83
Tabela 33 – Visitação dos respondentes do grupo 2 ao Parque	84
Tabela 34 – Frequência que o grupo 2 visita o Parque	85
Tabela 35 – Motivo da visita do grupo 2 ao Parque	85
Tabela 36 – Opinião do grupo 2 sobre morar próximo ao Parque	86
Tabela 37 – Conhecimento do grupo 2 sobre as funções do Parque	87
Tabela 38 – Opinião do grupo 2 sobre a situação do Parque	89
Tabela 39 – Opinião do grupo 2 sobre a responsabilidade pela conservação do Parque	89
Tabela 40 – Como os respondentes do grupo 2 imaginam o seu bairro sem o Parque	90
Tabela 41 – Opinião dos respondentes do grupo 2 sobre a possibilidade de mudança do seu bairro por causa do Parque	91
Tabela 42 – Participação do grupo 2 em movimentos ambientais	92
Tabela 43 – Sugestões do grupo 2 para melhoria do Parque	93
Tabela 44 – Visitação dos respondentes do grupo 3 ao Parque	95
Tabela 45 – Frequência que o grupo 3 visita o Parque	96
Tabela 46 – Motivo da visita do grupo 3 ao Parque	97
Tabela 47 – Opinião do grupo 3 sobre morar próximo ao Parque	98
Tabela 48 – Conhecimento do grupo 3 sobre as funções do Parque	99
Tabela 49 – Opinião do grupo 3 sobre a situação do Parque	100
Tabela 50 – Opinião do grupo 3 sobre a responsabilidade pela conservação do Parque	101
Tabela 51 – Como os respondentes do grupo 3 imaginam o seu bairro sem o Parque	102
Tabela 52 – Opinião dos respondentes do grupo 3 sobre a possibilidade de mudança do seu bairro por causa do Parque	103
Tabela 53 – Participação do grupo 3 em movimentos ambientais	104
Tabela 54 – Sugestões do grupo 3 para melhoria do Parque	104

LISTA DE SIGLAS

APA – Área de Proteção Ambiental
CETAS – Centro de Triagem e Resgate de Animais Silvestres
COHAB – Companhia de Habitação do Piauí
DAS – Departamento de Serviços Agrônômicos
ETURB – Empresa Teresinense de Desenvolvimento Urbano
IBDF – Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFPI – Instituto Federal do Piauí
POFOM – Posto de Fomento Florestal
SDU – Superintendência de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente
SEMA – Secretaria Especial do Meio Ambiente
SEMAM – Secretaria Municipal do Meio Ambiente
SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza
SUPES/PI – Superintendência de Pesca do Piauí
UESPI – Universidade Estadual do Piauí
UFPI – Universidade Federal do Piauí
UICN – União Internacional para a Conservação da Natureza
UNESP – Universidade Estadual Paulista

SUMÁRIO

	Página
INTRODUÇÃO.....	15
1. ESTADO DA ARTE.....	23
1.1. Unidades de Conservação – histórico, conceitos e implicações.....	23
1.2. Percepção ambiental.....	38
2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	44
2.1. A realização da pesquisa	44
2.2. Caracterização da pesquisa	45
2.3. Procedimentos da pesquisa	48
3. A REALIDADE MAIOR	54
4. O LOCUS DE ANÁLISE	59
5. A PESQUISA	66
5.1. As comunidades do entorno do Parque Ambiental e suas percepções .	66
5.1.1. Caracterização dos sujeitos	66
5.1.2. Percepção ambiental dos entrevistados	76
5.2. Síntese dos resultados da pesquisa sobre a Percepção Ambiental dos residentes do entorno do Parque Ambiental de Teresina	107
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	116
BIBLIOGRAFIA	120
APÊNDICES	128

INTRODUÇÃO.

Uma das questões mais desafiadoras da atualidade, no que se refere ao patrimônio natural, diz respeito ao encontro do ponto de equilíbrio entre o desenvolvimento econômico e a conservação dos recursos naturais.

O modelo de desenvolvimento econômico vigente caracteriza-se pela desigualdade, exclusão e intensa exploração dos recursos naturais. A natureza é velozmente destruída pela ação da espécie humana. Contudo, não se pode negar que a humanidade é absolutamente dependente dos bens e serviços ambientais que são fornecidos hoje e que serão imprescindíveis futuramente. O direito ao desenvolvimento econômico e ao usufruto da vida em ambiente saudável são duas grandes aspirações da sociedade moderna, rumo ao novo paradigma do desenvolvimento sustentável (DOUROJEANNI & PÁDUA, 2001).

Muitas vezes, o ser humano se apropria do ambiente, de forma a torná-lo adequado às suas aspirações, esquecendo-se de que ações degradadoras intensificadas poderão ocasionar a sua própria extinção, pois enquanto ser biológico, o homem é parte constituinte do meio ambiente. Segundo Coimbra, citado por De Fiori (2002, p. 2), o meio ambiente, em seu sentido mais amplo, pode ser entendido como:

um conjunto de elementos físico-químicos, ecossistemas naturais e sociais em que se insere o ser humano, individual e socialmente, num processo de intervenção, que atenda ao desenvolvimento das atividades humanas, à conservação dos recursos naturais e das características essenciais do entorno, dentro dos padrões de qualidade definidos.

Sabe-se que o Brasil é um dos países mais ricos em recursos naturais e biodiversidade de ecossistemas. Encontram-se em torno de 15% a 20% do número de espécies conhecidas pela Ciência, segundo dados do “Guia para entender e participar da Oitava Reunião da Convenção sobre Diversidade Biológica”. Todavia, a porcentagem de áreas protegidas de uso indireto e direto, 8%, é considerada pequena quando comparada ao imenso tamanho do território brasileiro e à complexa diversidade de vida existente. De acordo com o percentual proposto nos Congressos Mundiais de Parques realizados em 1982 e 1992, as diferentes nações deveriam alocar 10% de seus territórios na forma de unidades de conservação, porém a

definição deste percentual tem gerado ampla discussão científica e carece de amparo científico (GROSS, JOHNSTON, BARBER, 2005; ARAÚJO, 2007).

Infere-se ainda que essa riqueza biológica tenha atravessado momentos cruciais ao longo da nossa história, particularmente quando se intensificou o processo de industrialização e urbanização pautado no desrespeito à dinâmica dos elementos componentes da natureza e oriundos do modelo de desenvolvimento do Brasil, após a Segunda Guerra Mundial (GIANSANTI, 1998). No entanto, o pós-guerra marca o nascimento das primeiras grandes manifestações sociais na Europa e nos Estados Unidos voltadas para a preservação do meio ambiente e para a promoção da paz (MENDONÇA, 2008).

Quando o mito do progresso eclodiu no Brasil, as questões relacionadas à conservação, proteção e recuperação do meio ambiente eram vistas como empecilhos à conquista do desenvolvimento econômico. Este modelo de desenvolvimento propiciou e ainda propicia o uso abusivo dos recursos naturais, gerando, assim, sérias conseqüências à natureza (RODRIGUES, 1997).

A preocupação ambiental, sobretudo com a preservação de espécies vivas ameaçadas de extinção e com a degradação dos recursos naturais presentes no Brasil, é crescente desde meados da década de 1970, sendo enfocada na Primeira Conferência das Nações Unidas, realizada em Estocolmo, no fim do ano de 1972. Considerado um evento singular entre os acordos internacionais sobre os problemas que envolvem desenvolvimento e meio ambiente, ressalta-se a sua importância, como afirma Mendonça (2008), por configurar-se como a primeira tentativa mundial de equacionar os problemas relacionados ao meio ambiente, bem como pelo reconhecimento, em nível planetário, do elevado índice de degradação que acometia a biosfera.

Contudo, a preocupação com a garantia da melhoria da qualidade de vida, não só no Brasil, mas no mundo em sua totalidade, elevou seu índice de crescimento com a realização da segunda Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (ECO-92), celebrada no Rio de Janeiro/BR. Este evento só aconteceu duas décadas depois da realização da primeira conferência, em virtude dos objetivos propostos em Estocolmo não terem sido alcançados, intensificando-se a degradação do patrimônio natural (BEZERRA & MUNHOZ, 2000).

Vê-se, portanto, que é recente a tentativa de o Brasil, ainda que de forma bastante tímida, estabelecer um novo padrão de gestão para o meio ambiente, frente às mudanças políticas voltadas à proteção e ao manejo dos recursos naturais, que em períodos anteriores encontravam-se ausentes (RODRIGUES, 1997).

As questões ambientais, no Brasil, ao longo do processo evolutivo da civilização, foram tratadas de diferentes formas, obedecendo ao contexto da época. Inicialmente, fizeram-se presentes conceitos protecionistas, que se traduzem no desejo de preservar os recursos naturais existentes contra qualquer tipo de uso. Porém, as ideias de desenvolvimento que clamavam o crescimento econômico nas décadas de 1970 e 1980 substituíram esses conceitos iniciais de proteção por conceitos de conservação, que permitiam a utilização racional dos recursos ambientais.

Lévêque (1999, p.169), tomando como base a definição admitida por numerosos cientistas, afirma que a conservação *“é a gestão e a utilização sensata da natureza e de seus recursos, em benefício das sociedades humanas”*.

O termo conservar envolve o esforço para manter os processos ecológicos e os sistemas essenciais para preservar a diversidade genética, bem como para possibilitar o aproveitamento perene das espécies e dos ecossistemas vitais essenciais, em bases sustentáveis, pelas atuais gerações, mantendo seu potencial de satisfazer as necessidades das gerações futuras (BRASIL, 2000).

Diante da problemática assumida, conciliar desenvolvimento econômico e conservação dos recursos naturais que cada vez mais se tornavam escassos, é que nos anos de 1990 surgiram conceitos de desenvolvimento sustentável (DOUROJEANNI & PÁDUA, 2001). Assim, pela primeira vez, o meio ambiente passou a ser visto como uma oportunidade de negócios sustentáveis, em virtude de seus valores e potenciais e não como empecilho ao desenvolvimento.

De acordo com Leff (2001, p. 15),

o princípio de sustentabilidade surge no contexto da globalização como a marca de um limite e o sinal que reorienta o processo civilizatório da humanidade [...] A sustentabilidade ecológica aparece assim como um critério normativo para a reconstrução da ordem econômica, como uma condição para a sobrevivência humana e um suporte para chegar a um desenvolvimento duradouro, questionando as próprias bases da produção.

Diante do uso desmedido da natureza, apoiado no modelo de desenvolvimento econômico vigente, os anos de 1960 vivenciaram as crises ambientais que se expandiram amplamente pelo país. Na tentativa de resgatar a natureza dessa falsa ideia de progresso da civilização moderna, o princípio da sustentabilidade surgiu para questionar as bases que legitimaram tal desenvolvimento, sem considerar os limites e as leis da natureza.

Assim, as manifestações ocorrentes na década de 1990 a favor de um desenvolvimento que considera os aspectos sociais e ecológicos entendem que o desenvolvimento sustentável,

[...] “deve significar desenvolvimento social e econômico estável e equilibrado, com mecanismos de distribuição das riquezas geradas e com capacidade de considerar a fragilidade, a interdependência e as escalas de tempo próprias específicas dos elementos naturais”. Significando ainda “geração de riquezas utilizando os recursos naturais de modo sustentável e respeitar a capacidade de recuperação e recomposição desses recursos, criando mecanismos que permitam o acesso a esses recursos por toda a sociedade (BEZERRA & MUNHOZ, 2000, p. 16).

Para Benayas (1992), citado por De Fiori (2002), as ações degradadoras do ambiente têm raízes muito mais obscuras. As crises ambientais não se configuram problemas oriundos unicamente de atividades desenvolvimentistas exploratórias, mas que estão intimamente relacionadas a uma crise cultural de escala de valores que norteiam o comportamento do homem frente ao seu ambiente. Portanto, considera que medidas conservacionistas irão minimizar essas crises temporariamente, mas que, desconsiderando os valores que o homem atribui aos recursos ambientais, elas não poderão ser solucionadas.

Como tentativa de assegurar a conservação dos ecossistemas naturais, não só no Brasil, mas mundialmente, as autoridades competentes passaram a instituir as primeiras áreas naturais protegidas ou unidades de conservação, entendendo que esta estratégia política representa uma das formas mais efetivas de garantia da conservação da natureza.

Os parques e reservas configuram as unidades de conservação inicialmente instituídas no mundo, e sua criação tem sido fundamental para a conservação do patrimônio natural. Embora existam outros instrumentos para o alcance deste objetivo, nenhum tem se apresentado de maneira mais positiva que a implantação e manutenção dessas áreas naturais protegidas, para a conservação da diversidade

biológica e genética necessárias à humanidade, particularmente a dos países em desenvolvimento.

No entanto, a criação destes espaços não tem sido suficiente para assegurar a conservação do patrimônio natural, histórico e cultural, pois muitas vezes foram criados apenas no papel, como é o caso dos “parques de papel”, sem nenhuma ação conservacionista voltada para a área, ou como comumente se tem observado, para a criação das mesmas não foram levados em consideração a opinião, os valores e a cultura da população que reside no interior ou no entorno das áreas que estão sendo instituídas, nem as relações já estabelecidas entre os mesmos, desencadeando, assim, conflitos entre estas unidades e as populações tradicionais (DIEGUES, 2000).

Áreas protegidas ou Unidades de Conservação, segundo a Lei nº 9.985/2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC) são entendidas como:

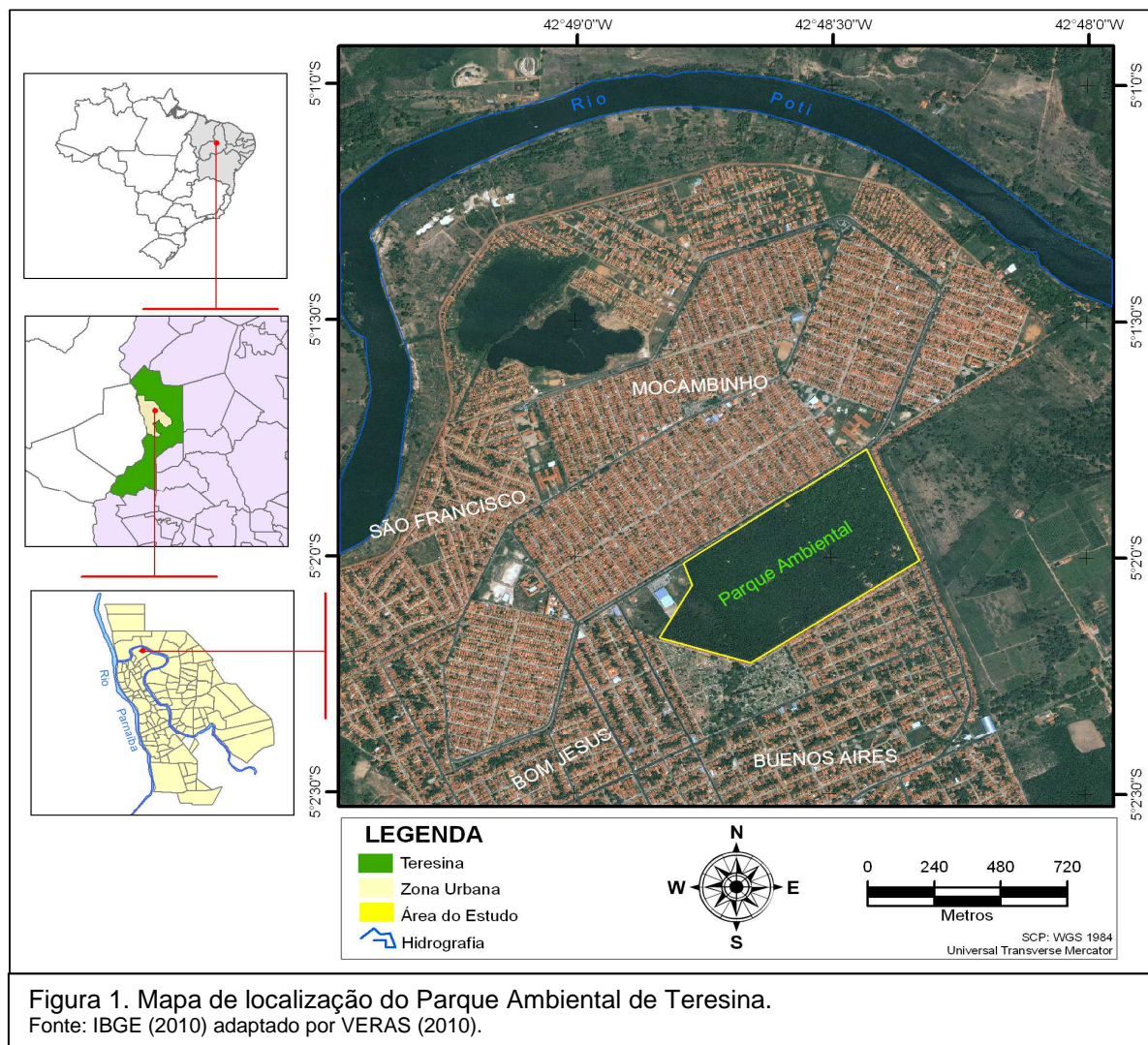
espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as áreas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo poder público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção (BRASIL, 2000, p. 7).

Entre as Unidades de Conservação que integram o Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC, a categoria Parque, que compõe o grupo das Unidades de Proteção Integral, tem como objetivo básico a preservação de áreas naturais de relevância ecológica, cênica, científica, cultural, educativa, recreativa e turística, sendo admitido apenas o uso indireto dos recursos naturais, estando totalmente restringidos a exploração e o aproveitamento direto desses recursos.

Os Parques localizados no meio urbano são considerados áreas arborizadas não construídas e não destinadas a grandes infra-estruturas, situados no interior e nas proximidades de áreas reservadas à construção, permitindo a ligação do meio urbano (homem urbano) ao campo vizinho (natureza). As árvores desempenham um papel qualitativo dentro do tecido urbano. Esta função qualitativa não se resume na depuração da atmosfera, na manutenção da fauna variada, mas também na satisfação dos habitantes em ter as árvores onipresentes em sua vida cotidiana (LAPOIX, 1979).

Como parte de um todo que constitui, em face da área construída, um Parque Urbano visa ao reencontro do homem da cidade construída com a natureza, a fim de que ele exerça múltiplas funções de lazer, de encontros, de conhecimentos, etc., às quais ele aspira.

O Parque Ambiental de Teresina, também conhecido como Jardim Botânico ou Horto Florestal, está situado na zona norte da cidade de Teresina/PI, entre os bairros Mocambinho e Buenos Aires (Figura 1). É considerado um Parque urbano e caracteriza-se por apresentar uma área de grande importância ecológica e educacional, principalmente para as pessoas que habitam suas proximidades. Sua área é especialmente visitada por indivíduos comumente identificados como professores, pesquisadores e estudantes de diversos níveis de ensino que visitam o Parque em busca de subsídios para as suas atividades intelectuais e necessidades culturais.



Estudos têm mostrado que um Parque pode desempenhar suas funções, especialmente a de preservação do ambiente, a partir da adoção de ações conservacionistas, executadas por meio do gerenciamento adequado dos componentes da área, a fim de que se possa continuar contemplando a beleza natural desses espaços, bem como permite que estas áreas possam vir a despertar nos residentes do seu entorno a importância de se ter uma unidade de proteção ambiental em suas proximidades, através da compreensão de que fazem parte do mesmo.

Estas ações devem estar pautadas no entendimento de que toda e qualquer intervenção no ambiente, necessita considerar as dimensões ecológicas, culturais e socioeconômicas, numa perspectiva global e principalmente compreender que o reconhecimento das relações estabelecidas entre o homem e o seu espaço é fundamental na definição destas ações, pois levará à criação de programas mais eficazes.

Todos os segmentos envolvidos com uma determinada área natural protegida, em especial as populações locais, devem ser chamados a exercer sua participação e apoio na definição de programas voltados para a gestão destes espaços. No entanto, o comprometimento efetivo das comunidades vizinhas, nos programas de gestão de áreas naturais protegidas, dar-se-á mediante os conhecimentos e valores que estas atribuem a esses ambientes; este olhar deve ser construído por meio da vivência com o local e do reconhecimento das funções desempenhadas pelo mesmo.

De acordo com Palma (2005, p.1),

o estudo da percepção ambiental é de fundamental importância para que possamos compreender as inter-relações entre o Homem e o ambiente, suas expectativas, satisfações e insatisfações, julgamentos e condutas.

O estudo da realidade de um lugar e as modificações ocorridas ao longo do tempo constitui-se importante subsídio para o entendimento das atitudes e dos valores que lhes são atribuídos. O Parque Ambiental de Teresina encontra-se situado no meio urbano, portanto, está presente na vida das pessoas que residem no seu entorno que, por sua vez, determinam a qualidade desse ambiente. Assim, quais são as percepções, as atitudes, os valores que emergem da experiência da

circunvizinhança do Parque Ambiental com este lugar? Quais são as manifestações topofílicas ou topofóbicas explicitadas por estes residentes?

Pretende-se, com esta pesquisa, investigar, através da percepção dos moradores do entorno do Parque Ambiental de Teresina, as questões socioeconômicas e ambientais estabelecidas entre esta comunidade e o presente Parque. A identificação do conhecimento que a comunidade apresenta a respeito desta área natural protegida permitirá entender o nível de interação estabelecido entre os mesmos, além de servir como subsídio para a criação futura de um Programa de Educação Ambiental que envolva a população local, como forma de assegurar a manutenção e a conservação deste ambiente natural.

Para garantir o alcance deste objetivo, caracterizou-se socioeconomicamente a população estudada; fez-se um levantamento do conhecimento que a circunvizinhança apresenta em relação às funções e escolhas de uso desta área, bem como dos significados atribuídos a esta Unidade de conservação; além de procurar conhecer a percepção das comunidades estudadas, em função dos diferentes espaços ocupados no entorno do Parque.

1. ESTADO DA ARTE.

1.1. Unidades de Conservação – histórico, conceitos e implicações.

O atual modelo de civilização vigente tem exercido influência sobre as sociedades humanas, ocasionando um distanciamento entre o homem e o seu ambiente. Embora suas raízes datem de períodos anteriores e apresentem causas diversas, nas sociedades contemporâneas a desvinculação do ser humano do seu ambiente natural tornou-se um agravante imensurável, pois a humanidade passou a interferir no ambiente como se não tivesse conhecimento dos mais simplórios processos vitais de sua existência, isto é, mostra dificuldade em perceber que cada atitude ou ação humana corresponde a um efeito sobre o ambiente.

As ações voltadas para a proteção dos ecossistemas naturais encontram na existência de diferentes percepções de valores e distintas funções atribuídas pelos indivíduos aos seus ambientes uma das mais significativas dificuldades para sua implementação.

Com o advento da Revolução Industrial e conseqüente evolução das sociedades humanas, começaram a ser organizados, em várias partes do globo, movimentos populares em defesa da proteção de espaços naturais com o objetivo de resguardar os recursos ambientais e também para que esses funcionem como refúgios de lazer, descanso e contemplação, em oposição aos ambientes hostis e estressantes das fábricas.

A expansão das áreas urbanas que demanda por mais recursos do ambiente agrava consideravelmente os problemas ambientais. Considera-se desafiador, na atualidade, a busca da conciliação entre conservação da natureza e ações humanas modificadoras do ambiente que atualmente se justificam pela necessidade de desenvolver economicamente as nações.

Nesse contexto, instituíram-se as primeiras áreas naturais protegidas amparadas pela justificativa de que esta seria a melhor forma de resguardar amostras significativas de vários biomas e ecossistemas que se encontram espalhados pelo globo terrestre. Hoje, atribui-se igual importância aos trabalhos de conscientização ambiental desenvolvidos através de atividades de interpretação e

educação ambiental, por grupos ambientalistas, dentro e fora dessas áreas, na busca do alcance desses objetivos.

Os parques e reservas configuram-se como as áreas naturais protegidas, inicialmente instituídas no mundo. Sua criação tem sido fundamental para a conservação do patrimônio natural. Para DIEGUES (2000) e BENSUSAN (2006), embora existam outros instrumentos para o alcance deste objetivo, nenhum tem se apresentado de maneira mais positiva que a implantação e manutenção desses espaços para a conservação das diversidades biológica e genética, necessárias às presentes e futuras gerações, principalmente nos países em desenvolvimento. Acrescentam ainda que em uma sociedade educada ambientalmente talvez não houvesse a necessidade de destinar espaços especialmente para a proteção da natureza.

Área natural protegida, enquanto expressão, surgiu com a criação do Parque Nacional de Yellowstone, nos Estados Unidos, em 1872 (PHILLIPS, 2002). Acredita-se que a preservação desta área deu-se por iniciativa de um grupo de exploradores do rio Yellowstone que buscava resguardar as belezas naturais daquela área. Por meio de expedições realizadas no território americano, inclusive na área do rio Yellowstone, este grupo pôde reunir testemunhos que proporcionaram a criação, pelo Congresso Americano, de uma Lei que dispõe sobre a instituição de Parques Nacionais (COSTA, 2002).

Segundo Costa (2002), o primeiro Parque Nacional dos Estados Unidos e do mundo possui uma área de 8.991 km², ocupa predominantemente o Estado americano de Wyoming e foi definido como área a ser protegida por apresentar os seguintes atributos: montanhas rochosas com picos que ultrapassam três mil metros de altura, rios com cachoeiras exuberantes, vulcões, pântanos, zonas termais e outros atrativos como os gêiseres, considerados atração de destaque do Parque.

Embora o Parque Nacional de Yellowstone seja oficialmente considerado a primeira Unidade de Conservação do mundo, a área referente ao Parque Nacional de Yosemite, por ter sido decretada em 1864, pelo então presidente dos Estados Unidos, Abraham Lincoln, como “inalienável em qualquer tempo”, tornou-se a primeira área de preservação no mundo, sendo fundada como parque apenas em 1890 (COSTA, 2002).

Medeiros (2007) afirma que a criação das primeiras áreas naturais protegidas deu-se por iniciativa das sociedades humanas que diante da necessidade de

resguardar atributos naturais para uso imediato e futuro, estabeleciam mecanismos de controle ao acesso e uso dessas áreas especiais.

No Brasil não foi diferente. Desde os tempos coloniais, o homem tem se preocupado em “proteger” a natureza, em especial os recursos naturais, florestais e pesqueiros, em função destes estarem associados a mitos, a fatos históricos marcantes, a rituais religiosos, etc. Esses recursos tiveram seu acesso e uso controlado por tabus, normas legais e outros instrumentos de controle social.

Tratava-se, portanto, de uma proteção setorial que muitas vezes direcionava-se para os interesses econômicos imediatos, como ocorreu com o pau-brasil (*Caesalpinia echinata* L.), que representava a base colonial nos primórdios da colonização. Segundo Cotrim (1999), a extração do pau-brasil foi de caráter exploratório, tendo o rei de Portugal declarado que tal prática configurava um monopólio da coroa portuguesa, ou seja, a fim de “protegê-lo” ordenou que ninguém estivesse autorizado a extraí-lo das matas sem a prévia concessão da coroa e pagamento do correspondente tributo.

Tal medida não foi suficiente para impedir a grande devastação das florestas, principalmente as costeiras. É certo que as atividades produtivas no Brasil obedeciam a uma espécie de ciclo (pau-brasil, cana-de-açúcar, algodão, ouro e diamante, café e outros), com uma fase de intensa e rápida prosperidade seguida de outra de estagnação e decadência.

Segundo Diegues (2000), este modelo devastador da economia colonial só era legalmente contido através de Cartas Régias da Coroa Portuguesa, que no século XVIII já se preocupava com a falta de madeira para a construção naval. Exemplifica-se claramente tal preocupação na Carta Régia de 13 de março de 1797 que afirmava “*ser necessário tomar as precauções para a conservação das matas no Estado do Brasil, e evitar que elas se arruinem e destruam*” (CARVALHO *apud* DIEGUES, 2000, p. 111).

De acordo com o modelo dos parques norte-americanos, diversos países passaram a estabelecer, em seus territórios, áreas destinadas à conservação dos recursos naturais, a citar: o Parque Nacional Royal (1879), na Austrália; o Parque Nacional Banff (1885), no Canadá; em território latino-americano, o Parque Nacional Nahuel Huapi (1903), na Argentina; o Parque Nacional Galápagos (1934), no Equador; e o Parque Nacional de Itatiaia (1937), considerado a primeira área protegida do Brasil (COSTA, 2002).

A história dos Parques Nacionais no Brasil começa em 1937, com a criação do Parque Nacional de Itatiaia, no estado do Rio de Janeiro. Sua implantação teve como propósito inicial a contemplação e preservação dos atributos cênicos, bem como incentivar a pesquisa científica e oferecer lazer às populações urbanas. A sua criação foi estabelecida pelo artigo 9º do Código Florestal aprovado em 1934. Este Código também apresentou conceitos primários das seguintes categorias de áreas protegidas: Parques Nacionais, Florestas Nacionais e Florestas Protetoras (QUINTÃO *apud* DIEGUES, 2000).

Embora o Parque Nacional de Itatiaia seja considerado a primeira área protegida no Brasil, muito antes da sua criação, durante o Império - 1876, inspirado no molde de criação do Parque Nacional de Yellowstone, o político e engenheiro brasileiro André Rebouças solicitou a criação de Parques Nacionais nas áreas de Sete Quedas, no estado do Paraná e da Ilha do Bananal, que compreende os rios Tocantins e Araguaia, em Tocantins (COSTA, 2002).

Ainda que de forma bastante tímida, após a implantação do Parque Nacional de Itatiaia, o Brasil começou a instituir em todo o território seus primeiros parques, a citar: Parque Nacional de Iguaçu (PR) e Parque Nacional da Serra dos Órgãos (RJ), em 1939.

A legislação brasileira, inicialmente sob a justificativa de proteger as belezas cênicas do Brasil, começou a dar seus primeiros passos rumo à proteção dos recursos ambientais. A Constituição de 1937 já explicitava que os monumentos naturais, históricos e artísticos, estariam sob a proteção da Nação, dos Estados e dos Municípios. O Decreto Legislativo nº 3, de 13.02.1948, colocou em vigor a Convenção para proteção da Flora, da Fauna e das Belezas Cênicas dos Países da América Latina e definiu as seguintes categorias de áreas protegidas: Parque Nacional, Reserva Natural, Monumento Natural e Reserva de Região Virgem (COSTA, 2002).

A partir da compreensão de que os recursos naturais só poderiam ser convertidos em riquezas se fossem explorados de forma racional é que, na década de 1960, houve a criação de novos códigos e leis no Brasil, entre eles o Novo Código Florestal. Este acrescentou categorias à classificação das áreas de preservação, em que é permitida a exploração dos recursos naturais (Florestas Nacionais, Estaduais e Municipais), permanecendo os Parques Nacionais, Estaduais e Municipais e Reservas Biológicas protegidos integralmente.

Também foi instituído no final dos anos de 1960 (1967) o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), órgão responsável pelas áreas de preservação ambiental, hoje chamado de Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA). Em 1979, outro importante diploma da legislação ambiental brasileira, o Regulamento dos Parques Nacionais, foi instituído através do Decreto nº 84.017/1979 (OLIVEIRA, 2002; COSTA, 2002).

A Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente, sediada em Estocolmo (Suécia), no final do ano de 1972, foi um divisor de águas para as questões ambientais, não só no Brasil, mas em todo o mundo. A criação da Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA), em 1973, representa uma das principais responsabilidades assumidas pelo governo brasileiro na Conferência, cuja competência já objetivava a conservação do meio ambiente e uso racional dos recursos naturais, visando ao desenvolvimento econômico e ao bem-estar das populações (OLIVEIRA, 2002).

A consolidação e implantação das conquistas obtidas com o estabelecimento da Secretaria Especial do Meio Ambiente ocorreram com a sanção da Lei nº 6.938/1981 que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente. Esta lei objetiva, entre outros,

“a compatibilização do desenvolvimento econômico-social com a preservação da qualidade do meio ambiente e do equilíbrio ecológico”, bem como “a definição de áreas prioritárias da ação governamental relativa à qualidade e ao equilíbrio ecológico, atendendo aos interesses da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios (BRASIL, 2002, p. 4).

A Constituição promulgada em 1988, em seu artigo 225, declara, ao avaliar a legislação ambiental existente até então no país, que “*todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado*”, cabendo a estes mesmos cidadãos “*o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações*”. Este instrumento jurídico evidencia que, para o cumprimento desse dever, o poder público deve estabelecer espaços geográficos protegidos e, principalmente, atentar para a necessidade de haver uma efetiva participação da sociedade civil na co-gestão da Política Nacional do Meio Ambiente (RODRIGUES, 2005; BENSUSAN, 2006).

Para obter êxito, a Constituição, que concedeu competência concorrente a todos os entes da federação para a criação de áreas protegidas, precisava

consolidar critérios e normas para a criação, implantação e gestão dessas áreas. Assim, houve a sanção da Lei nº 9.985/2000 que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), ratificando o estabelecido na Constituição. A necessidade de criação e ordenação de áreas naturais protegidas não foi percebida apenas pelos administradores brasileiros. Desse modo, foram sendo instituídos, em vários países do globo, os Sistemas Nacionais de Áreas Naturais Protegidas.

A Constituição também assegura que uma determinada área, quando instituída por lei ou decreto como Unidade de Conservação, só poderá ser alterada, suprimida ou extinta por meio de outra lei (RODRIGUES, 2005).

Área protegida ou Unidade de Conservação, conforme a Lei nº 9.985/2000, é entendida como,

espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as áreas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo poder público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção (BRASIL, 2000, p. 7).

Segundo a União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN), as Áreas Naturais Protegidas ou Unidades de Conservação são entendidas como:

superfície de terra ou mar consagrada à proteção e manutenção da diversidade biológica, assim como de recursos naturais e dos recursos culturais associados, e manejada por meios jurídicos e outros eficazes (COSTA, 2002, p. 12).

Para Rodrigues (2005), a missão de conceituar “Unidades de Conservação”, bem como enquadrá-las, com clareza, em categorias configura-se como uma tarefa bastante árdua de ser realizada. Segundo este autor, no Brasil foram criados inúmeros dispositivos jurídicos voltados para a proteção dos recursos naturais, mas somente com a promulgação da Lei 9.985 de 18.07.2000, que institui o SNUC, é que este impasse deu seus “primeiros passos” rumo à superação. A expressão “Unidade de Conservação”, comumente encontrada na literatura pertinente, foi criada no Brasil e não apresenta correspondência com termos em outro idioma (BENSUSAN, 2006).

Antes da promulgação da lei que estabeleceu o SNUC, o Guia de Ecologia (FELDMANN *apud* RODRIGUES, 2005, p. 28) conceituou Unidades de Conservação

como sendo “*áreas com características naturais de relevante valor, com garantias de proteção e mantidas sob regimes especiais de administração*”.

Na tentativa de definir o que seria uma Unidade de Conservação, Sampaio (1993) citado por Rodrigues (2005), ampliou o conceito operante explicitando que se trata de áreas que o Poder Público deve promover a proteção não somente dos atributos naturais como também dos valores culturais a elas pertencentes.

Rodrigues (1996), apud Rodrigues (2005, p. 33), elaborou um conceito para Unidade de Conservação que considera não somente os seus aspectos ambientais e culturais, mas também os urbanos:

espaços do território nacional, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais, urbanísticas, culturais relevantes, situados no meio urbano ou rural de domínio público, legalmente instituídos pelo Poder Público, com objetivos e limites definidos, sob regimes especiais de administração aos quais se aplicam garantias adequadas de proteção sendo sua alteração ou supressão permitida apenas através de lei.

Todas as Unidades de Conservação das esferas federal, estadual e municipal constituem o SNUC. A grande maioria é administrada, direta ou indiretamente, pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), ou por órgãos estaduais e municipais ligados ao meio ambiente.

As Unidades de Conservação, de acordo com o SNUC, são criadas com os seguintes propósitos: 1) garantir a proteção da biodiversidade, em especial das espécies raras, endêmicas e em vias de extinção; 2) promover a preservação e, quando necessário, a restauração e recuperação da diversidade de ecossistemas naturais; 3) assegurar a sustentabilidade dos recursos naturais; 4) garantir a adoção dos princípios e das práticas conservacionistas no manejo dessas áreas; 5) contribuir para a preservação das paisagens naturais e das características intrínsecas de cada unidade; 6) fomentar as pesquisas científicas; 7) promover a educação e a interpretação ambiental, bem como a recreação em contato com a natureza e o ecoturismo; e 8) assegurar a proteção de todos os recursos ambientais que são necessários à sobrevivência das populações tradicionais, bem como garantir que seus direitos, cultura e conhecimento sejam respeitados e valorizados.

Dos muitos objetivos almejados por uma Unidade de Conservação, nenhum é mais importante que a preservação dos recursos ambientais, pois é justamente este

que assegura o alcance dos demais objetivos nessas áreas (DOUROJEANNI & PÁDUA, 2001).

Costa (2002) expõe que as áreas naturais protegidas para atingirem os objetivos a que se propõem precisam ser categorizadas de acordo com as finalidades que determinam sua criação e, principalmente, instituídas, levando-se em consideração as características naturais e intrínsecas de cada local. Faz-se necessário também a regulamentação do uso e ocupação da área, através de dispositivos legais.

As Unidades de Conservação encontram-se divididas em dois grupos, de acordo com o grau de proteção conferido aos seus atributos naturais: 1) Unidades de Proteção Integral, que objetivam a preservação dos recursos naturais, e admitem apenas o uso indireto destes recursos, a fim de assegurar a manutenção desses espaços em estado natural, com o mínimo de interferência humana possível; e 2) Unidades de Uso Sustentável, que visam conciliar a conservação da natureza com a utilização sustentável de parcela de seus recursos naturais.

As Unidades de Proteção Integral encontram-se representadas pelas seguintes categorias:

- 1) **Estação Ecológica:** seu objetivo maior é a preservação da natureza e a realização de pesquisas científicas. Esta unidade é de posse e de domínio público e não está aberta à visitação pública.
- 2) **Reserva Biológica:** tem como objetivo a preservação integral dos seus ecossistemas, sem interferência humana direta ou modificações ambientais, salvo as medidas de recuperação dos ecossistemas alterados e as ações de manejo previstas no plano de manejo. É de posse e de domínio público.
- 3) **Parques Nacionais:** são destinados à preservação de ecossistemas naturais de considerável relevância ecológica e cênica. É permitida a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades ecoturísticas, de educação e interpretação ambiental e de recreação em contato com a natureza. Sua área é de posse e de domínio público.
- 4) **Monumento Natural:** objetiva a preservação de sítios naturais raros, singulares ou de relevante beleza cênica. Pode ser constituído por

áreas particulares, sendo necessário compatibilizar os objetivos da unidade com a utilização dos recursos naturais e edáficos do local pelos proprietários.

- 5) **Refúgio de Vida Silvestre:** visa à proteção de ambientes naturais que assegurem as condições necessárias à existência ou reprodução de espécies ou comunidades florística e faunística residente ou migratória. Pode ser constituído por áreas particulares, sendo necessário compatibilizar os objetivos da unidade com a utilização dos recursos naturais e edáficos do local pelos proprietários. A visitação pública está sujeita às normas e às restrições estabelecidas pela unidade.

As categorias que se enquadram no grupo das Unidades de Uso Sustentável são:

- 1) **Área de Proteção Ambiental:** em geral extensa, com certo grau de ocupação humana, dotada de atributos bióticos, abióticos, estéticos ou culturais importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas, e tem como objetivo proteger a biodiversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais. Pode ser constituída por terra pública ou privada.
- 2) **Área de Relevante Interesse Ecológico:** em geral pequena, com pouca ou nenhuma ocupação humana, com características naturais consideradas extraordinárias ou que abrigue exemplares raros da biota. Essa categoria visa manter os ecossistemas naturais de importância regional ou local e regular o uso admissível dessas áreas, de modo a compatibilizá-lo com os objetivos de conservação da natureza.
- 3) **Floresta Nacional:** área com cobertura florestal de espécies predominantemente nativas e tem como objetivo básico o uso múltiplo sustentável dos recursos florestais e a pesquisa científica, com ênfase em métodos para exploração sustentável de florestas nativas.

- 4) **Reserva Extrativista:** área de domínio público, utilizada por populações extrativistas tradicionais, cuja subsistência baseia-se no extrativismo, e tem como objetivos básicos proteger os meios de vida e a cultura dessas populações, e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade.
- 5) **Reserva de Fauna:** área de posse e de domínio público que apresenta populações animais de espécies nativas, terrestres ou aquáticas, residentes ou migratórias, adequadas para estudos técnico-científicos sobre o manejo econômico sustentável de recursos faunísticos.
- 6) **Reserva de Desenvolvimento Sustentável:** área natural ocupada por populações tradicionais, cuja existência baseia-se em sistemas sustentáveis de exploração dos recursos naturais desenvolvidos ao longo de gerações e adaptados às condições ecológicas locais e que desempenham um papel fundamental na proteção da natureza e na manutenção da biodiversidade.
- 7) **Reserva Particular do Patrimônio Natural:** área particular gravada com perpetuidade, cujo objetivo é conservar a diversidade biológica desse determinado território.

Embora compartilhem do mesmo propósito, alguns sistemas enquadram suas áreas em categorias contraditórias e/ou sem correspondência nos demais sistemas, uma vez que determinadas áreas que compartilham dos mesmos objetivos apresentam terminologias diferentes ou termos semelhantes são utilizados para denotar categorias de objetivos diferenciados. Por exemplo, no Canadá, o conceito atribuído aos Parques Nacionais tem equivalência no Brasil a uma Área de Proteção Ambiental (APA), pois nos parques canadenses é permitida a permanência de populações tradicionais no interior dessas áreas; no Brasil, a área para a instalação de um parque, obrigatoriamente, necessita ser desapropriada.

Muitas áreas de preservação enfrentam sérios problemas ainda durante o seu processo de criação, devido à falta de recursos financeiros para o pagamento das indenizações referentes às desapropriações e outras despesas do processo, bem como a inexistência de planos de manejo que assegurem a correta preservação dos seus recursos e, não menos importante, a falta de informação, tanto daqueles que

trabalham, quanto daqueles que visitam ou residem no interior ou no entorno dessas unidades (COSTA, 2002).

Brito & Câmara (1998), antes da promulgação da Lei que institui o SNUC, consideravam que as categorias de Unidades de Conservação que permitiam apenas o uso indireto dos recursos ambientais – parques nacionais, reservas nacionais e estações ecológicas – contribuíam significativamente para resguardar a diversidade de ambientes, de espécies e das funções ecológicas dos ecossistemas para a manutenção da vida.

Os parques são considerados a principal categoria entre as áreas naturais protegidas. As primeiras Unidades de Conservação instituídas no mundo pertencem a esta classe e os diferentes tipos e categorias de UCs existentes evoluíram do conceito de parque, que passou a ter uma diversidade enorme de significados com o passar do tempo (MORSELLO, 2001).

De acordo com o sistema brasileiro de Unidades de Conservação, os parques integram o grupo das Unidades de Proteção Integral, em face dos seus objetivos e tipo de uso. Nestas áreas encontra-se restrita a exploração dos recursos naturais, sendo admitido apenas o aproveitamento indireto dos mesmos. As unidades dessa categoria comportam a visitação pública, normalizada pelo Plano de Manejo da Unidade e pelas regras impostas pelo órgão responsável pela sua administração. A pesquisa científica também está sujeita não só à prévia autorização, mas às condições e restrições estabelecidas pelo órgão responsável pela gestão dessas áreas (BRASIL, 2000).

Numa conceituação mais abrangente para Parques, Demattê (2006) coloca que se trata de:

grandes espaços abertos livres, urbanos ou entre cidades, arborizados, podendo conter áreas de vegetação natural e áreas de vegetação plantada. Têm finalidades de recreação, lazer e conservação da natureza, sendo de grande importância para a saúde física e mental das populações urbanas. Do ponto de vista ecológico, contribuem para a proteção da flora, da fauna, da água e do solo, exercendo efeito benéfico sobre o microclima.

O termo “parque” tem sido aplicado a vários tipos de espaços que apresentam propósitos diferenciados. Alguns locais definidos como parque adquiriram outras funções além da contemplação dos atributos naturais; muitos deles estão voltados

para a oferta de atividades recreativas e para a prática esportiva, como exposto por Macedo e Sakata (2003, p.13):

novas funções foram introduzidas no decorrer do século XX, como as esportivas, as de conservação de recursos naturais, típicas dos parques ditos ecológicos, e as do lazer sinestésico dos brinquedos eletrônicos, mecânicos e dos espaços cinematográficos dos parques temáticos. Essas funções requalificam os parques e novas denominações, novos adjetivos, são atribuídos a eles como, por exemplo, ecológico e temático.

Sobre as intenções de criação dos primeiros parques nacionais Morsello (2001) coloca que

as motivações que estavam por trás da criação dos primeiros parques nacionais eram o valor recreativo e a proteção dos cenários espetaculares como grandes *canyons* e cascatas. Todavia, pouco a pouco, as áreas protegidas passaram a funcionar como locais para a conservação de habitats e espécies, o qual é considerado atualmente o principal objetivo de sua criação.

Segundo Demattê (2006), os parques podem ser enquadrados em diversos tipos, de acordo com o seu tamanho, seu objetivo e sua localização. Ao considerar um parque como uma área verde situada em meio urbano, e enfatizando apenas as suas funções recreacionais e ecológicas, os estudos de Escada (1992) e Demattê (2006) permitem classificá-lo em:

- *Parques de vizinhança*: são áreas destinadas a recreação, podendo apresentar algum equipamento ligado a atividade recreacional, esportiva ou de lazer passivo. São espaços livres de dimensões reduzidas (área mínima de 1.500m²). Devem conter elementos vegetais, de construção, ambientes de jogos, bancos para adultos, etc. Devem estar a uma distância máxima de 500 m das residências dos usuários.

- *Parques de bairro*: são de maiores dimensões (área mínima de 10 ha) e apresentam a mesma finalidade que os parques de vizinhança. As atividades recreacionais são intensas e podem apresentar ainda funções paisagísticas ou bioclimáticas. Devem estar a uma distância máxima de 1000 m das residências dos usuários.

- *Parques distritais ou setoriais*: são de grandes dimensões (área mínima de 100 ha) e apresentam a mesma finalidade que os parques das categorias anteriores. São áreas dotadas de atributos naturais de grande beleza cênica, devem ser

conservados na condição original. Pelas suas dimensões, devem ser equipados e organizados para permitir atividades como acampamento, trilhas, banhos, pesca e demais esportes em ambientes naturais.

- *Parques metropolitanos*: são de grandes dimensões e de responsabilidade extra-urbana. Apresentam espaços destinados a atividades recreacionais e de conservação. São usados para permanência mais prolongada.

- *Unidades de conservação*: áreas exclusivamente destinadas à conservação, mas podem apresentar algum equipamento recreacional, porém de uso pouco intensivo. São áreas em que o uso e a ocupação dos espaços são regulamentados e que desempenham importantes funções no tecido urbano.

Quando criadas pelo Estado ou município, estas Unidades de Conservação são chamadas de Parque Estadual e Parque Natural Municipal, respectivamente. Podem, portanto, estar situadas em área urbana ou não, sendo sempre de posse e de domínio públicos, assim, as áreas particulares incluídas em seus limites deverão ser desapropriadas.

Os Parques Urbanos são espaços livres públicos, arborizados, inseridos no interior ou próximo às áreas construídas, abertos à visitação, sob condições pré-estabelecidas pelo órgão gestor, com funções primordiais de equilíbrio ambiental e recreação (MESQUITA & SÁ CARNEIRO, 2002; LAPOIX, 1979).

Segundo Gouvêa (2001, p. 2),

os parques urbanos revestem-se de importância especial, como alternativas de acesso aos cidadãos, como elemento de descontinuidade na distribuição da malha urbana, como reservas de vegetação e de recursos naturais, como instrumento no controle do microclima e da poluição.

Trata-se, portanto, de uma área protegida destinada à conservação de elementos naturais e culturais, e ao uso público nas modalidades recreativa, educacional, turística, científica, contemplativa e outras a que o homem urbano aspira.

A cobertura vegetal urbana, no contexto dos parques, viabiliza tanto a conservação da diversidade faunística, necessária para assegurar o equilíbrio nessas áreas, como a conservação da qualidade ambiental da cidade.

Resquícios do processo de expansão urbana, as áreas verdes protegidas servem não apenas como ambientes sociais, recreativos ou contemplativos, mas

também para amenizar o aquecimento global, pela captura de dióxido de carbono, causador do efeito estufa, liberado principalmente por automóveis e indústrias; como esponjas orgânicas ou “pulmões da cidade” para várias formas de poluição; e ainda, diminui o barulho urbano, na medida em que impedem a propagação de emissões sonoras. Estas áreas, quando proporcionam uma oportunidade de relaxamento em meio à agitação da vida urbana, exercem significativamente uma das suas principais finalidades (MESQUITA & SÁ CARNEIRO, 2002; GOUVÊA, 2001; LAPOIX, 1979).

Contudo, muitos parques são criados apenas no papel, nunca foram de fato implantados. A grande maioria carece de equipamentos e de funcionários em quantidade suficiente para a manutenção e conservação da sua área e ainda existem aqueles cujas terras nunca foram completamente demarcadas nem regulamentadas.

Com a expansão das Unidades de Conservação que são instituídas e enquadradas nas categorias do SNUC em face das características apresentadas pela área, não só no território brasileiro, mas em outras partes do globo terrestre, alguns problemas começaram a emergir e a se intensificarem à medida que o Poder Público não dispõem de investimentos e instrumentos eficazes para solucioná-los. É o caso, por exemplo, das comunidades que habitam o interior ou o entorno dos parques brasileiros.

A Lei que regulamenta o funcionamento dos parques brasileiros explicita que é expressamente proibida a permanência de populações nas áreas que correspondem a estas unidades. Nestes espaços, em especial, o governo não somente esbarra na falta de investimentos financeiros para a desapropriação, como também não dispõe de instrumentos que viabilizem uma relação harmoniosa dessas áreas com as populações instaladas em suas proximidades.

Segundo estudo realizado em dez estados brasileiros sobre o entorno de nove Unidades de Conservação de Proteção Integral, foi observado que:

é necessário lidar com a complexidade das situações que envolvem conservação da biodiversidade e populações humanas; o que acontece fora da unidade de conservação influencia o que se quer conservar em seu interior; quanto mais participação, organização e informação, menos conflituosa e mais eficiente é a gestão da unidade; e quanto mais alternativas para a geração de renda das comunidades locais, maior sucesso na conservação da biodiversidade tem sido obtido (SOARES et al., 2002 *apud* BENSUSAN, 2006, p. 27).

Diante desta problemática, muitas comunidades se mostram contrárias à instalação e à permanência de áreas naturais protegidas em seus arredores. Uma Unidade de Conservação do tipo parque, que impede a existência de populações em seu interior, durante o seu processo de criação, precisa consultar todos os entes envolvidos neste processo e, principalmente, demonstrar com clareza os motivos que justificam a sua implantação.

Embora o estabelecimento de Unidade de Conservação seja considerado o instrumento mais eficaz para a manutenção da diversidade biológica, este se encontra distante de ser a solução para conter a diminuição ou mesmo o desaparecimento da biodiversidade. Tal fato se justifica pelas seguintes razões: 1) 11,5% da superfície terrestre protegida legalmente abrange uma parcela muito pequena da biodiversidade existente; 2) muitas destas áreas legalmente instituídas não concentram a alta diversidade de espécies e ecossistemas; 3) a existência de áreas protegidas criadas apenas no papel, que nunca foram demarcadas, nem implementadas; e 4) pela constatação de que por mais terras que abarquem as áreas protegidas nunca conseguirão conservar a biodiversidade sozinhas, isto é, sem a adoção de estratégias complementares que transcendam os limites das Unidades de Conservação (BENSUSAN, 2006).

As atividades de educação e interpretação ambiental têm como propósito apresentar à humanidade as justificativas buscadas para a tomada de consciência acerca da importância de se preservar o ambiente e toda a sua biodiversidade.

1.2. Percepção ambiental.

De acordo com Capra *apud* Soares (2005, p. 7),

a crise ambiental resulta de uma crise de percepção, sendo urgente à reorientação nos modos de conhecer e se relacionar com a natureza. Devendo-se, portanto, considerar as inter-relações existentes entre todos os seres da biosfera.

As ações voltadas para a melhoria da qualidade do ambiente se tornam significativas à medida que o ser humano reconhece a necessidade de mudança em seu comportamento e atribui valor referente aos componentes ambientais, pois uma das mais relevantes dificuldades existentes para se efetivar a proteção do ambiente dá-se pela existência de diferenças nas percepções de valores e importância que indivíduos de culturas diferenciadas atribuem ao mesmo, ou por ocasião das distintas funções desempenhadas por grupos socioeconômicos nesses ambientes. É através da percepção que o ser humano se relaciona com o ambiente, que apreende a sua realidade e conseqüentemente interage (positiva ou negativamente) com o seu meio.

O fenômeno perceptivo não é um evento isolado, mas uma etapa entre outras que se interligam e desencadeiam as ações do sujeito sobre os objetos. E embora seja um processo pessoal, o homem não atua sobre o ambiente percebido de forma isolada, mas coletivamente, dada a sua vivência em grupo, que se comporta e se caracteriza de forma semelhante.

A percepção ambiental se refere à tomada de consciência acerca das interações e implicações relativas ao ambiente pelo ser humano, demonstrando como este percebe o espaço por ele ocupado, e como suas ações poderão assegurar a correta proteção do ambiente percebido.

Na busca deste entendimento, os estudos de percepção ambiental, que envolvem conhecimentos das diversas áreas científicas, a citar: psicologia, geografia, biologia, antropologia, entre outras, têm como objetivo tentar compreender as distintas relações estabelecidas entre o homem e o seu ambiente, através do conhecimento de que o comportamento humano é reflexo do modo como este percebe o seu meio, ou seja, as percepções revelam que a maneira de viver e

de organizar o seu espaço provém das diferentes interações estabelecidas entre o ser humano e o ambiente.

Para Tuan (1980), a percepção configura-se como um entendimento do mundo, que se dá por meio dos órgãos do sentido, que quando pouco aproveitados se tornam menos eficazes.

Segundo Penna (1997), o ato perceptual implica conhecimento de objetos e situações, através dos órgãos sensoriais. Para o autor, a percepção só se processa se os objetos estiverem próximos do perceptor, no tempo e no espaço, do contrário poderão apenas ser pensados ou imaginados. Acrescenta que a percepção é uma forma limitada de capacitação de conhecimento, mas que por meio da multiplicação de processos perceptuais é possível atingir um grau maior de enriquecimento perceptivo. Caracteriza ainda o ato perceptual afirmando que os objetos só são assimilados em função de um contexto ou sistema de referência, portanto, só pode ser entendido como o primeiro passo para a total complementação do ajustamento do organismo ao meio.

Santaella (1998) expôs, em sua investigação sobre a teoria semiótica da percepção, que as pesquisas empíricas revelam que a percepção humana é predominantemente visual (75%), dada a orientação do homem no espaço ser basicamente dependente da visão. Atribui outros 20% à percepção sonora e os 5% restantes aos demais sentidos, tato, olfato e paladar. Acrescenta ainda que nossos cinco sentidos atuam como pontes entre o que está no mundo exterior, isto é, no mundo fenomênico, e o mundo interior.

Para Oliveira e Machado (2004), os sistemas perceptivos se classificam em sensoriais e não sensoriais. Consideram como sistemas sensoriais o auditivo, o visual, o olfativo e o tátil. Por considerarem os órgãos e aparelhos sensitivos que dispomos incapazes de reter toda a informação recebida, elencam como órgãos não sensoriais a memória, a imagem mental, a cultura, a personalidade, a experiência, a transmissão da informação, a orientação geográfica e a leitura.

Sammarco (2005) afirma que *“perceber é viver imagens”*, que a percepção pode ser compreendida como o registro fotográfico dos sentimentos de uma imagem, em um dado momento individual ou coletivo. Esta imagem se refere ao ponto de contato entre as pessoas e o seu ambiente, isto é, uma representação internalizada deste, por meio da experiência. A avaliação que as pessoas fazem do

seu ambiente é resultante do confronto de imagens positivas e negativas com a realidade vivida.

A percepção pode ser entendida como o processo interativo entre o indivíduo e o seu meio, através de seus órgãos sensoriais. Cada indivíduo percebe e reage de diferentes formas às ações do meio, pois seu comportamento, reflexo do objeto percebido, baseia-se no seu conhecimento prévio, experiências e predileções, nas suas expectativas e julgamentos sobre o objeto em questão, bem como na sua tradição cultural e valores éticos (PALMA, 2005).

Convém destacar que a mente humana é parte ativa no processo de construção da realidade percebida. A percepção, enquanto processo mental de interação do ser humano com o ambiente, é estabelecida por meio dos mecanismos perceptivos em interação com os cognitivos.

De acordo com Penna, citado por Couto (2006, p. 19),

a organização do campo perceptivo depende de dois grupos de fatores: os objetivos, representados pela natureza e modo de apresentação dos estímulos e os fatores subjetivos, representados pela personalidade, motivos e atitudes do perceptor.

A percepção de uma determinada realidade perpassa pelo entendimento das relações estabelecidas entre os fatores objetivos e subjetivos, isto é, do conhecimento dos significados e valores que as pessoas atribuem ao ambiente que se relacionam em face das suas experiências de vida. A percepção é assim entendida como a interpretação humana de uma realidade que desencadeará uma ação.

De acordo com Couto (2006, p. 20):

a percepção ambiental comunga dos mesmos preceitos da fenomenologia uma vez que, em se tratando da relação do ser humano com ambiente natural, considera tanto o lado objetivo como o subjetivo, importantes. Desta forma, o estudo sob o enfoque da percepção ambiental pode contribuir no diagnóstico das idéias de um grupo sobre um lugar possibilitando então, a implementação de ações que contribuam às necessidades locais, uma vez que espera-se entender a realidade a partir das relações que as pessoas estabelecem cotidianamente com o meio ambiente em seu sentido amplo.

Como forma de se adaptar a um ambiente em constante modificação, o homem adquire e traduz as informações recebidas deste por meio de receptores

sensoriais. Diferente de sensação, que se limita a um registro passivo das informações recebidas através dos órgãos dos sentidos, a percepção processa e analisa as informações obtidas pelos canais sensoriais. Assim, a percepção determinada por características do estímulo, bem como por características do sujeito, desempenha um papel decisivo na adaptação do indivíduo ao seu ambiente (ALENCAR, 2003).

De acordo com Oliveira (1977), existem duas correntes que buscam explicar o fenômeno da percepção, a citar: empirista e inatista. Os empiristas afirmam que a percepção é inferida da experiência, a partir da compreensão do espaço visual, ou seja, adquirida a partir do contato com o objeto. Já os inatistas consideram que a percepção é um processo inato, isto é, próprio do sujeito, onde o espaço visual se apresenta como algo intuitivo.

A autora enfatiza ainda a existência da teoria da *Gestalt* e de Piaget na problematização da percepção, considerando esta última mais adequada. A primeira se ocupa da percepção da forma, processada espontaneamente no cérebro, em um campo, por meio de uma organização sensorial, sendo também chamada de teoria de campo da organização sensorial. Já a segunda, atribui uma explicação cognitiva à percepção, considerando-a como parte integrante da vida do perceptor, isto é, os aspectos perceptivos estão estreitamente relacionados aos cognitivos.

Para investigações que tratam da percepção ambiental, a percepção visual é a mais interessante, sendo desencadeada quando a visão permite que o objeto seja projetado até a retina, através da luz. A imagem formada na retina apresenta duas dimensões, então o seu nervo ótico conduz os impulsos nervosos até o córtex cerebral, onde se forma a imagem mental e se recupera a terceira dimensão (OLIVEIRA e MACHADO, 2004).

Segundo Smyth *apud* Soares (2005), a percepção humana acerca do ambiente externo é modificada pelo ambiente interno, ou seja, percebemos a natureza de acordo com as nossas necessidades, experiências, conhecimentos e predileções.

Para Tuan (1980, p. 68), se pretendêssemos conhecer a preferência ambiental de uma pessoa seria necessário:

[...] examinar sua herança biológica, criação, educação, trabalho e os arredores físicos. No nível de atitudes e preferências de grupo, é necessário conhecer a história cultural e a experiência de um grupo no

contexto do ambiente físico. Em nenhum dos casos é possível distinguir nitidamente entre os fatores culturais e o papel do meio ambiente físico. Os conceitos “cultura” e “meio ambiente” se superpõem do mesmo modo que os conceitos “homem” e “natureza”.

Através do conhecimento de que o homem está em constante interação com a natureza e que suas ações são dependentes das suas percepções e expectativas é que se considera relevante as aspirações das pessoas no desenvolvimento de projetos de conservação ambiental, principalmente as daquelas que residem próximo a áreas naturais protegidas. A proximidade da população com estes ambientes, por vezes justificam os sentimentos (positivos ou negativos) que as pessoas trazem destes espaços.

Cada sociedade e indivíduo podem estabelecer, para com o espaço vivido, uma relação que envolve funções práticas, criando lugares como de trabalho ou de descanso e, também, uma relação valorativa envolvendo questões mais subjetivas e afetivas. Nasce assim, lugares de memória, lugares queridos e, também, lugares de repulsa e ressentimento (LEME, 2007, p.69).

De acordo com Tuan (1980), o elo afetivo estabelecido entre o homem e o seu lugar ou ambiente é denominado “topofilia”. Esse sentimento atribuído ao ambiente físico por um grupo social ou cultural varia em intensidade, sutileza e modo de expressão. A palavra “topofobia” é entendida como o oposto, isto é, a aversão a determinados ambientes.

Os animais selvagens e as florestas sombrias, nos tempos pré-históricos, nas civilizações arcaicas e nas sociedades tribais e tradicionais, eram vistos como segmentos da natureza incontroláveis pelo homem, e até mesmo por Deus, representando assim uma das principais causas de insegurança e medo da humanidade em relação ao meio ambiente. Essas imagens negativas da floresta e o perigo dos animais selvagens produziram medo na era medieval e persistiram na era moderna. O medo da floresta é antigo e indelével.

A floresta é um labirinto através do qual se arriscam os caminhantes. Eles podem literalmente perder-se, mas perder-se também significa desorientação moral e conduta desordenada. A floresta está cheia de bandidos – animais selvagens, ladrões, bruxas e demônios (TUAN, 2005).

A presença de uma área verde em meio urbano, como é o caso do Parque Ambiental de Teresina, tem proporcionado, especialmente para os residentes mais

próximos, benefícios incalculáveis de ordem ecológica, estética e social. No entanto, áreas verdes extensas inseridas nas cidades, por vezes, são compreendidas como espaços perigosos, ou seja, que abrigam possíveis estrangeiros ofensivos; sem utilidade, no sentido de não apresentarem uma finalidade visível, mas de representação de perdas sociais, como falta de moradia, de lazer e de aumento da criminalidade; ou como barreiras ao crescimento dos bairros, deixando, assim, de estabelecer relações de função e valor com a sociedade.

Quando a população não compreende os benefícios que habitar nas proximidades de áreas naturais pode proporcionar, certamente age promovendo a degradação desses ambientes. Uma mudança nos hábitos humanos possibilita compreender a importância e as funções atribuídas a estas áreas conservadas, além de contribuir para uma considerável melhoria da qualidade de vida da humanidade.

2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

2.1. A realização da pesquisa

O presente trabalho foi realizado com moradores dos bairros Mocambinho e Buenos Aires, situados no entorno de uma área natural protegida na cidade de Teresina/PI, o Parque Ambiental de Teresina (Figura 2), entre os anos 2008 e 2010.

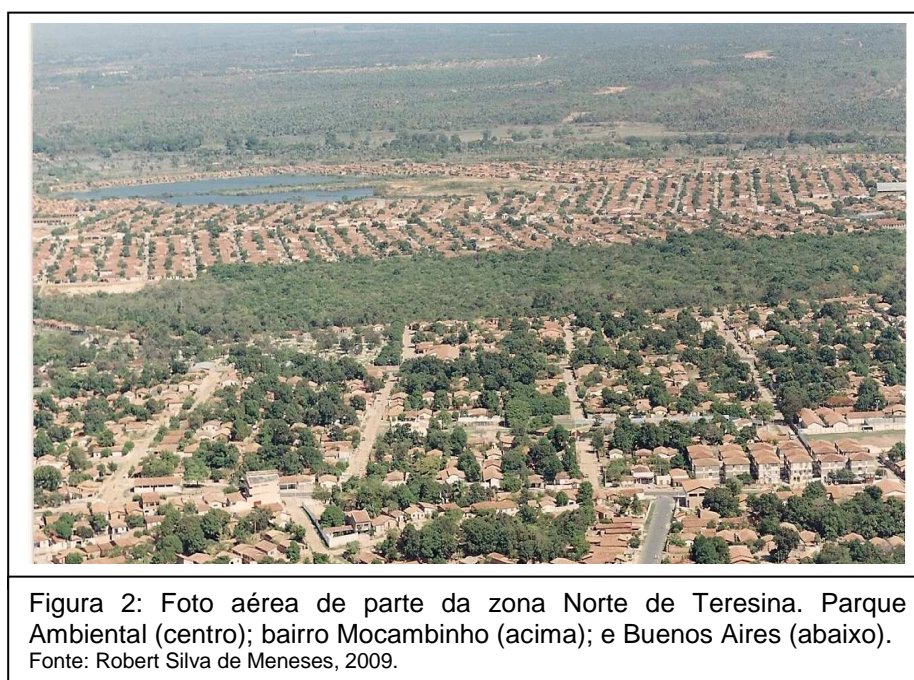


Figura 2: Foto aérea de parte da zona Norte de Teresina. Parque Ambiental (centro); bairro Mocambinho (acima); e Buenos Aires (abaixo).
Fonte: Robert Silva de Meneses, 2009.

Para alcance do objetivo proposto, construiu-se a referida pesquisa a partir de estudos dos conceitos apresentados e discutidos anteriormente, à luz do objeto de estudo, a investigação da **percepção** que a circunvizinhança desta área verde apresenta, a respeito das distintas funções desempenhadas pela mesma, com vistas ao entendimento das relações estabelecidas entre este espaço e o seu entorno.

A estruturação metodológica, bem como a escolha das estratégias da pesquisa, encontram-se pautadas nas leituras que embasaram a fundamentação teórica desta investigação.

2.2. Caracterização da pesquisa

Segundo orientações da UNESCO, publicadas em “*Guidelines for field studies in Enviromental Perception*” (1977), existem várias técnicas de pesquisa de campo para estudos de percepção do ambiente, mas estas se baseiam essencialmente na combinação dos atos de observar, indagar e escutar.

Pinheiro (2004), em suas investigações acerca da compreensão da percepção dos visitantes sobre as relações entre o ambiente e as atividades turísticas desenvolvidas no Parque Estadual de Guartelá, no município de Tibagi/PR, considerou a influência do positivismo, que afirma que todo conhecimento humano emerge das experiências vividas; do empirismo, que expõe que só se pode ver e observar aquilo que aparece; e da fenomenologia, que prioriza a análise das percepções, sobretudo os significados que os fenômenos têm para as pessoas.

Para Couto (2006, p. 26), a orientação metodológica para pesquisas que buscam os significados que os indivíduos atribuem ao seu meio e que, conseqüentemente, pautam as suas ações em relação a ele refere-se à adoção de uma abordagem fenomenológica. Com vistas ao conhecimento da realidade da comunidade de Itaoca (São Gonçalo/RJ), através da percepção ambiental de grupos representativos locais, a autora classificou sua pesquisa como exploratória, “*uma vez que proporciona maior familiaridade com o problema com vistas a torná-lo explícito*”, bem como qualitativa, “*pois busca aspectos subjetivos e explora os significados a partir da realidade do indivíduo e do seu entendimento acerca dessa realidade*”.

A pesquisa em menção, em face dos objetivos propostos, procurou centrar as análises numa concepção exploratória e descritiva, inerentes à pesquisa qualitativa, embasadas na abordagem fenomenológica, portanto, dentro de um paradigma interpretativo.

A fenomenologia é entendida como uma Ciência que se caracteriza pelo estabelecimento das relações estruturais do objeto investigado, isto é, que tem como propósito principal descrever as experiências dos sujeitos que experimentaram os fenômenos que estão sendo estudados.

Como afirma Triviños (1987, p.92),

um fenomenólogo analisa as percepções dentro de uma realidade imediata, buscando o significado e os pressupostos dos fenômenos sem avançar em suas raízes históricas para explicar os significados.

A investigação fenomenológica, segundo Couto (2006), considera que a construção do conhecimento se dá a partir dos significados oriundos da vivência e da experimentação do mundo, norteadores das ações humanas. Andrade *et al.* (2008) corroboram com este pensamento, afirmando que uma pesquisa fenomenológica objetiva a identificação do sentido oculto das impressões imediatas, ressalta ainda a existência de uma interdependência viva entre o sujeito e o objeto.

O método fenomenológico trata de desentranhar o fenômeno, pô-lo a descoberto, desvendá-lo para além da aparência, apegando-se somente aos fatos vividos da experiência, e até mesmo mais do que isto, segundo Forghieri (1993, p.54) apegando-se não aos “[...] fatos em si mesmo, mas sim aos seus significados” (COLTRO, 2000, p.42).

Partindo do pressuposto de que a pesquisa em análise configura-se como geradora de conhecimento a respeito da atividade perceptiva da população abordada, e que permite maior familiaridade com o objeto de estudo, ou seja, que objetiva a descoberta e o aprimoramento de ideias, com o intuito de explicitá-las, isto é, interpretações abertas a outras interpretações, é que a classificamos como exploratória.

Os estudos exploratórios permitem ao investigador aumentar sua experiência em torno de determinado problema. O pesquisador parte de uma hipótese e aprofunda seu estudo nos limites de uma realidade específica, buscando antecedentes, maior conhecimento para, em seguida, planejar uma pesquisa descritiva ou do tipo experimental (TRIVIÑOS, 1987, p. 109).

O enfoque descritivo desta pesquisa pode ser observado quando se ressalta a intenção de descrever as características de um grupo, isto é, as opiniões, preferências, valores, atitudes e crenças da população que reside na circunvizinhança do Parque Ambiental, pois, como afirma Triviños (1987, p. 110), “o

estudo descritivo pretende descrever ‘com exatidão’ os fatos e fenômenos de determinada realidade”, o que exige do pesquisador um embasamento teórico aprofundado sobre o que se deseja investigar.

Descrever é narrar o que acontece. [...] Assim, a pesquisa descritiva está interessada em descobrir e observar os fenômenos, procurando desvendá-los, classificá-los e interpretá-los. [...] vai além do experimento: procura analisar fatos e/ou fenômenos, fazendo uma descrição detalhada da forma como se apresentam esses fatos e fenômenos, ou mais precisamente, é uma análise em profundidade da realidade pesquisada (Oliveira, 2007, p. 67-68).

Coltro (2000, p.38), ao reconhecer as dificuldades metodológicas oriundas da complexidade apresentada pelos estudos dos fenômenos humanos, afirma que “os fenômenos que não prestam a uma fácil quantificação são os mais apropriados para serem analisados pelos métodos e procedimentos da pesquisa qualitativa”. O que se almeja com uma pesquisa qualitativa é um distanciamento das generalizações, da formulação de princípios universais, que são típicos da pesquisa quantitativa, e uma aproximação com a compreensão específica do que está sendo estudado.

Na construção do conhecimento, foram adotadas as combinações das técnicas de análise qualitativa e quantitativa, consideradas aqui como complementares, por proporcionarem maior credibilidade e validade aos resultados da pesquisa. Assim, entende-se que “em pesquisas de abordagem qualitativa os dados estatísticos só devem ser utilizados quando visam dar maior precisão aos dados coletados” (Moreira & Caleffe, 2006, p.73).

A pesquisa qualitativa pode ser caracterizada como sendo um estudo detalhado de um determinado fato, objeto, grupo de pessoas ou ator social e fenômenos da realidade. Esse procedimento visa buscar informações fidedignas para se explicar em profundidade o significado e as características de cada contexto em que se encontra o objeto de pesquisa. Os dados podem ser obtidos através de uma pesquisa bibliográfica, entrevistas, questionários, planilhas e todo instrumento (técnica) que se faz necessário para obtenção de informações (Oliveira, 2007, p. 60).

As pesquisas qualitativas objetivam explicitar o significado dos fenômenos da realidade através de técnicas e procedimentos que superem a mera análise quantitativa. Enquanto a abordagem quantitativa possibilita mensurar quais e com

que profundidade alguns atributos e valores são importantes para os informantes, a pesquisa com enfoque qualitativo permite entender como e por que esses fatores são importantes (MARIOLI, 2008).

Sendo um processo, a abordagem qualitativa envolve as seguintes etapas: levantamento bibliográfico sobre o tema em estudo com vistas ao diagnóstico aprofundado da realidade pesquisada; observações sistemáticas dos fatos e fenômenos da realidade objetiva; obtenção de informações através da aplicação de questionários e da realização de entrevistas; e, posteriormente, análise e apresentação de forma descritiva dos dados.

Couto (2006) expõe que a pesquisa qualitativa objetiva a apreensão de aspectos subjetivos e a exploração dos seus significados a partir da realidade do indivíduo e de acordo com a sua opinião sobre esta realidade.

Dentro desse contexto, o presente trabalho buscou levantar e caracterizar a realidade apreendida e categorizada por meio das diferentes visões que as comunidades situadas no entorno do Parque Ambiental apresentam sobre um mesmo aspecto, com vistas ao embasamento de ações comunitárias e/ou administrativas futuras.

2.3. Procedimentos da pesquisa

Os pressupostos teórico-metodológicos expostos anteriormente referentes à pesquisa qualitativa, com abordagem fenomenológica, embasaram as estratégias definidas para esta investigação. Para a realização de um trabalho com essas características, fez-se inicialmente uma pesquisa prévia da literatura pertinente nas bibliotecas da Universidade Federal do Piauí (UFPI), da Universidade Estadual do Piauí (UESPI), do Instituto Federal do Piauí (IFPI) e da Universidade Estadual Paulista (UNESP), Rio Claro/SP, levantando informações de outros estudos, especialmente dissertações e teses, que apresentem objetivos e procedimentos metodológicos semelhantes, bem como em órgãos federais, estaduais e municipais vinculados ao meio ambiente e planejamento urbano. Este estudo estendeu-se a meios eletrônicos, como a Internet.

Procurou-se um aprofundamento das informações referentes aos parques, em especial, do Parque Ambiental de Teresina, bem como de conhecimentos de alguns autores da Geografia Humanística, da Percepção e do Comportamento. Os principais temas discutidos neste estudo são Percepção Ambiental, Áreas Verdes Urbanas e Comunidades Locais.

Foram realizadas, ao longo do processo inicial de investigação, visitas à área do Parque, com o objetivo de observar a situação física, as ações conservacionistas, educacionais, entre outras realizadas em seu interior. Procurou-se criar um banco de dados desta Unidade de Conservação, por meio de registro fotográfico.

Como forma de reunir conhecimento sobre o Parque, que subsidiem o entendimento da percepção da população estudada, realizou-se uma entrevista semi-estruturada com o responsável pela unidade (apêndice 1). Procurou-se levantar dados referentes à situação atual dos recursos naturais resguardados nesta área, perfil dos visitantes, volume de visitas, procedência dos visitantes, objetivos da unidade de conservação, infra-estrutura das áreas de acesso ao público, quadro de funcionários, e prioritariamente, saber de que forma se dá a interação do Parque com as comunidades circunvizinhas.

Para a construção de conhecimento sistematizado sobre a percepção que os residentes do entorno do Parque Ambiental têm em relação ao mesmo, optou-se pela aplicação de questionários estruturados, com perguntas fechadas e abertas. Deu-se ênfase à análise qualitativa com poucas abordagens quantitativas, desprezando modelos matemáticos para cálculo do número de respondentes. Embora em abordagens qualitativas o questionário não seja utilizado como o instrumento de investigação mais adequado, no entanto, em face do elevado número de residências no entorno do Parque Ambiental, este se mostrou como a melhor opção (LUDKE & ANDRÉ, 1986 *apud* DE FIORI, 2002).

O questionário pode ser definido como uma técnica para obtenção de informações sobre sentimentos, crenças, expectativas, situações vivenciadas e sobre tudo e qualquer dado que o pesquisador(a) deseja registrar para atender os objetivos de seu estudo [...] têm como principal objetivo descrever as características de uma pessoa ou de determinados grupos sociais (OLIVEIRA, 2007, p.83).

As características atribuídas a este instrumento de investigação conferem maior precisão na análise e conclusão dos resultados e imparcialidade do observador, sem esquecer que o sucesso de pesquisas que envolvem percepção ambiental e que adotam o questionário como um instrumento de investigação dependem da qualidade do mesmo.

O questionário (apêndice 2) constou de dezoito indagações e foi estruturado com duas partes distintas. A primeira delas reúne questões, em número de sete, com o objetivo de identificar e caracterizar os sujeitos. Buscou-se com esses questionamentos conhecer as condições sócioeconômicas dessas comunidades, com o objetivo de compreender mais amplamente o fenômeno estudado.

A segunda parte consistiu num elenco de perguntas sobre as relações (afetivas, sócio-culturais, ambientais, etc.) estabelecidas entre as comunidades e a área verde urbana, isto é, o conhecimento e a experiência dos sujeitos. Estas questões foram abordadas com o objetivo de averiguar opiniões sobre identidade, valor afetivo, satisfação com o lugar, responsabilidade e preferência dos entrevistados, ou seja, como repercutem os vínculos afetivos em relação a esta área, na sua conservação e na vida das pessoas, bem como o seu conhecimento sobre as funções atribuídas a este Parque. O enfoque demonstra, portanto, que sua elaboração baseou-se nos pilares: percepção, atitudes e valores.

Tratando-se da observação das relações homem e ambiente é válido ressaltar que investigações que envolvem a percepção e o comportamento são consideradas de difícil realização, como enfoca Dencker (1999, p.35) *apud* Pinheiro (2004, p.6), onde estas “*partem do pressuposto que as pessoas agem em função de suas crenças e valores e que o comportamento não é facilmente interpretável, sendo preciso desvendá-lo*”.

A fim de verificar se os questionamentos seriam facilmente compreendidos pelos respondentes e se alcançariam os objetivos do seu uso, foram aplicados previamente, como teste, 15 questionários com a população circunvizinha de outro parque urbano da cidade, em janeiro de 2009. A escolha por esta área deveu-se a similaridade apresentada por esta comunidade com a de estudo.

Foram aplicados questionários com a comunidade que reside no entorno do Parque Ambiental, que compreende os bairros Mocambinho I, mais precisamente

com os residentes das quadras 10 a 24; e o Buenos Aires, com moradores da Avenida Duque de Caxias e da Rua Professor Sinhá Borges (Figuras 3 e 4).



Figura 3: Mocambinho I. Qd. 10 à esquerda.
Fonte: Livia Tátila dos Reis Martins, 2009.



Figura 4: Av. Duque de Caxias.
Fonte: Marcelo Carvalho dos Santos, 2009.

Em face dessa pesquisa também objetivar conhecer a percepção dos residentes do entorno do Parque em função dos espaços por eles ocupados, os dados coletados foram tabulados com a formação de três grupos (Figura 5): 1) Bairro Buenos Aires, Av. Duque de Caxias, que apresenta 70 residências; 2) Bairro Buenos Aires, Rua Professor Sinhá Borges, com 133 domicílios; e 3) Bairro Mocambinho I (quadras 10 a 24), que compreende 600 residências.

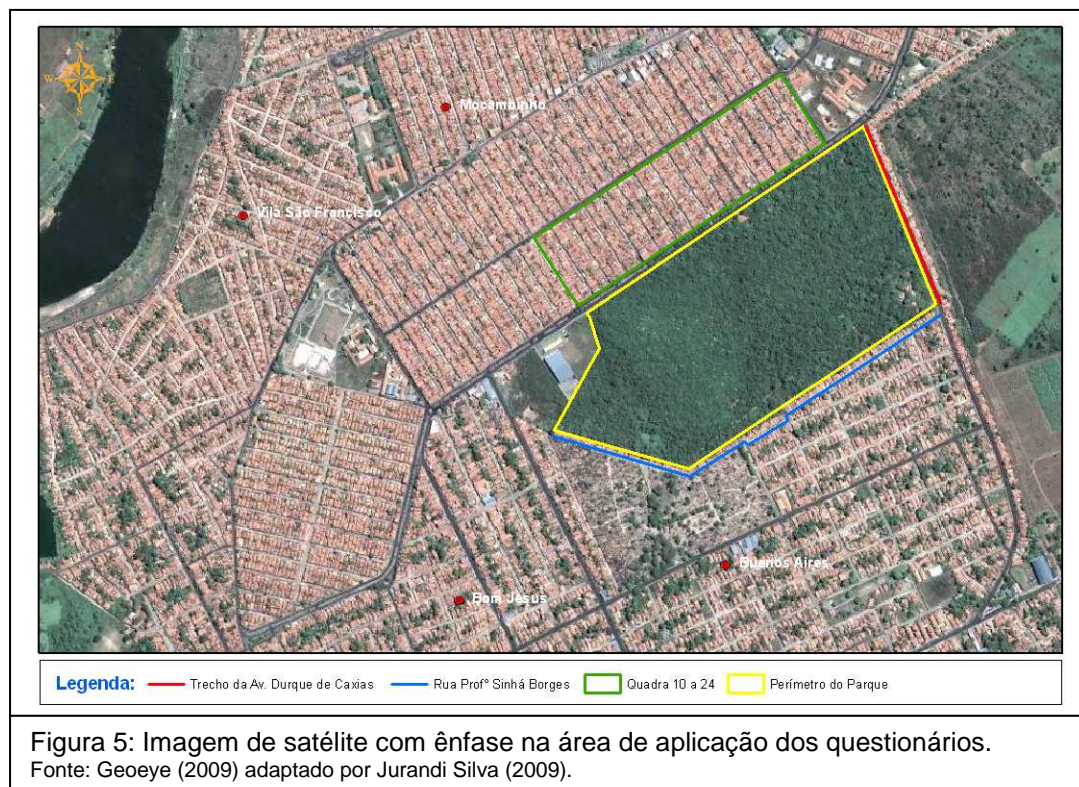


Figura 5: Imagem de satélite com ênfase na área de aplicação dos questionários.
Fonte: Geoeye (2009) adaptado por Jurandi Silva (2009).

Os dados desta pesquisa foram coletados em abril de 2009, entendendo que a amostragem deveria possibilitar a abrangência da totalidade do problema investigado, sem adoção de critérios estritamente numéricos. Os participantes foram escolhidos aleatoriamente e a cada abordagem foi feita uma exposição dos objetivos da pesquisa. Os sujeitos considerados são indivíduos adultos e com idade igual ou superior a 20 anos.

O questionário foi aplicado diretamente com o informante, e para aqueles que tiveram dificuldades de escrever as respostas ou eram analfabetos ou se negaram a responder por escrito, foi pedido sua autorização para gravação, sendo feito a leitura das questões e posterior transcrição das respostas obtidas (Figura 6).



Figura 6: Entrevista com morador do entorno.
Fonte: Marcelo Carvalho dos Santos, 2009.

O número de respondentes foi determinado ao longo da pesquisa, pois segundo Moreira & Callefe (2006), em abordagens qualitativas o número de participantes é determinado pela saturação dos dados. Isto implica dizer que a coleta de dados foi encerrada no momento em que estes passaram a ser repetitivos e saturados, não surgindo nenhum novo assunto que viesse a agregar novos conhecimentos.

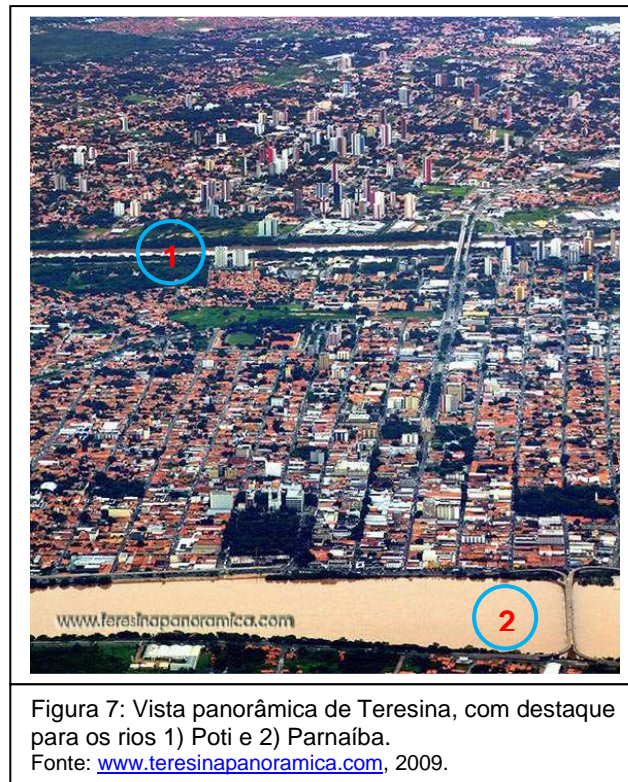
As informações obtidas por meio da aplicação do questionário ao público-alvo foram tabuladas e analisadas. Estabeleceu-se, portanto, uma seqüência de atividades para o alcance dos objetivos propostos com a pesquisa: leitura dos questionários, organização dos relatos de acordo com o contexto do entrevistado,

mapeamento e categorização dos resultados, análise dos dados obtidos e redação das considerações.

Para a análise qualitativa, os dados foram trabalhados em conjunto, sendo reveladas as observações da realidade de cada grupo, relacionando-as, em seguida, com a literatura analisada, a fim de explicitar a visão que os moradores da circunvizinhança do Parque Ambiental de Teresina apresentam sobre o mesmo.

3. A REALIDADE MAIOR.

A cidade de Teresina está situada na região centro-norte do estado do Piauí e meio-norte do nordeste brasileiro, à margem direita do rio Parnaíba, entrecortada pelo rio Poti, com as coordenadas $05^{\circ} 05' 12''$ de Latitude Sul e $42^{\circ} 48' 42''$ de Longitude Oeste, a uma altitude média de 72 metros em relação ao nível do mar (Figura 7).



A localização geográfica de Teresina lhe confere aspectos peculiares, sobretudo aqueles relacionados ao clima, como umidade relativa do ar, sistemas de chuvas, ausência de ventos e temperaturas elevadas durante praticamente todo o ano. Segundo a classificação de Koppen, o clima de Teresina recebe a denominação de Aw, Tropical Chuvoso (megatérmico) de Savana, com inverno seco e verão chuvoso. A umidade relativa do ar varia entre os valores 50% e 90% durante todo o ano. O regime de chuvas predominante é o torrencial e no período seco a pluviosidade é mínima ou inexistente. Os ventos que chegam a Teresina são considerados do tipo brisa e a temperatura média anual é de $26,7^{\circ}\text{C}$, com máxima

de 35,9°C e mínima de 20°C, ocorrendo os maiores valores na primavera (SOUSA, 2000; TERESINA AGENDA 2015, 2002).

A capital do Piauí apresenta um relevo considerado plano, com suaves ondulações. Seus terrenos são enquadrados como pertencentes ao compartimento geomorfológico denominado Baixos Planaltos do Médio-Baixo Parnaíba. Predominam na cidade as manchas de solo dos tipos Latossolo Amarelo e Podzóico Vermelho-Amarelo Concrecionário, e com menor expressão, os solos Aluviais, Litólicos e Brunizem, que se desenvolve sobre as rochas máficas ao sul (SOUSA, 2000).

Teresina apresenta uma posição privilegiada em relação à sua hidrologia, pois está situada na grande bacia do Parnaíba, que permanentemente é alimentada por águas. A área urbana é drenada por dois rios perenes: o Parnaíba e o Poti, que percorrem, respectivamente, 90 km e 59 km da cidade. A foz do rio Poti está localizada na zona Norte de Teresina, quando acontece o seu encontro com o rio Parnaíba (MONTEIRO, 2005).

A cidade de Teresina é a única capital do nordeste não-litorânea e apresenta uma área de 1.756 km², com uma população de aproximadamente 779.939 habitantes, sendo que 94,26% destes residem na zona urbana, cuja área é de 242 Km² (FORTES, 2010).

Teresina foi fundada em 1852, pelo então governador da Província do Piauí, Antonio Conselheiro Saraiva, às margens do rio Parnaíba, na zona Norte da cidade. A cidade de Teresina foi planejada para ser a capital do Piauí, título que anteriormente era atribuído à cidade de Oeiras. Seu projeto inicial assemelha-se a um tabuleiro de xadrez, com ruas paralelas e esquinas perpendiculares (PELLI NETO et al., 2006).

No período de sua formação, a população de Teresina se instalou em diversas áreas da cidade, apresentando um processo gradual de urbanização até meados da década de 1960. A partir desse período, Teresina presenciou um acentuado processo de urbanização, decorrente especialmente das mudanças na estrutura produtiva, vivenciada em todo o país, da sua localização geográfica, do intenso fluxo migratório, proveniente da zona rural e dos estados vizinhos, e da construção dos primeiros conjuntos habitacionais.

Durante o processo de ocupação da cidade, a população habitou inicialmente os terrenos localizados nas ruas planejadas. Porém, em face do acelerado processo de expansão da área, deu-se o surgimento dos primeiros bairros em espaços mais afastados, oriundos de sítios e fazendas que foram incorporados à cidade, como é o caso do bairro Buenos Aires. Este processo de ocupação se deu principalmente nas porções mais elevadas das zonas Sul e Leste da cidade, bem como nas porções de relevo mais baixo da zona Norte, desconfigurando o plano inicial traçado para a cidade.

Entre os anos 1966 e 1969 foram criados cinco conjuntos habitacionais em Teresina, com maior concentração destes na zona Sul, como é o caso do Parque Piauí. Na zona Norte destaca-se a criação do bairro Primavera I.

Essa rápida e desordenada expansão urbana, implicou no surgimento da demanda por infra-estrutura básica, bem como contribuiu para a degradação do ambiente, além de ter proporcionado a ocupação inadequada em diversos pontos da cidade.

Diante da problemática vivenciada, em 1969 foi apresentado o Plano Diretor Local Integrado com o objetivo de tentar disciplinar o uso e a ocupação do solo urbano de Teresina. A iniciativa foi válida, embora não tenha correspondido às expectativas. Posteriormente, com a finalidade de realizar o zoneamento da cidade, através do parcelamento e ordenamento do uso e ocupação do solo urbano, bem como de fixar padrões de densidade por zonas, além de dotar de infra-estrutura os conjuntos habitacionais existentes, foi elaborado o I Plano Estrutural de Teresina, em 1977. Este propôs, entre outras ações, a definição de áreas verdes para a cidade como um todo (FAÇANHA, 2003; MASCARENHAS, 2009).

Na década de 1970 foram criados onze conjuntos habitacionais, com destaque para o Dirceu Arcoverde (1977), localizado na zona Sudeste e o Saci (1979), situado na zona Sul de Teresina (FAÇANHA, 2003).

O crescente movimento migratório e a inadequação de políticas públicas efetivas direcionadas ao ordenamento do processo de urbanização de Teresina contribuíram para que, em meados dos anos de 1980, as distorções na estrutura organizacional e espacial e as desigualdades sociais fossem intensificadas. As melhores áreas foram ocupadas pela população de melhor poder aquisitivo,

restringindo a população de baixa renda à ocupação de terrenos em zonas periféricas, destituídas de serviços urbanos e densamente povoadas, acelerando o processo de implantação de vilas e favelas na cidade (SANTANA, 2001).

A configuração espacial das habitações sofreu algumas modificações na década de 1980. Os conjuntos habitacionais passaram a ocupar espaços menores, como é o caso do Tancredo Neves, constituído por unidades residenciais de apartamentos. Esta década foi marcada também por uma expansão considerável dos conjuntos habitacionais, vinte e quatro unidades ao todo, distribuídos em todas as zonas da cidade. Alguns conjuntos representativos da cidade datam desta época, como o Promorar (1982), na zona Sul e o Mocambinho (1983), na zona Norte (FAÇANHA, 2003).

Embasados na Constituição do Brasil promulgada em 1988, o governo municipal renovou suas intenções de disciplinar o uso e a ocupação do espaço urbano, apresentando o II Plano Estrutural de Teresina, que se destaca pela intenção da prefeitura de expandir Teresina para a zona Leste, a fim de evitar conflitos com os rios, bem como pela tentativa de barrar o aumento do número de favelas (FAÇANHA, 2003).

A cidade de Teresina cresceu acima da sua capacidade de atender às demandas sociais, apesar de se ter verificado, na década de 1990, um incremento na economia local, oriundos dos setores de comércio e serviços. O processo de verticalização da cidade consolidou-se neste período, principalmente na zona Leste, considerada área nobre, apresentando uma nítida contradição social em face da intensificação da criação de vilas e favelas nas zonas Norte e Sul da capital (FAÇANHA, 2003).

Vale ressaltar aqui a importância do Programa Vila Bairro, desenvolvido no período de 1997 a 2004, e criado com a finalidade de transformar vilas e favelas de Teresina em bairros, dotados de infra-estrutura necessária à promoção da dignidade humana (TERESINA AGENDA 2015, 2002).

Como estratégia política para o novo século, o governo municipal instituiu as Superintendências de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente (SDUs) Centro-Norte, Leste-Sudeste e Sul, com a finalidade de descentralizar as políticas públicas de habitação, urbanismo, engenharia e meio ambiente, com vistas à melhoria das

condições de vida da população. Atualmente, as SDUs não atendem mais às questões ambientais, tendo sido instituída novamente a Secretaria Municipal do Meio Ambiente.

Em 2001, a Prefeitura de Teresina deu início à elaboração, realizando o lançamento no I Congresso da Cidade, do novo plano diretor do município – o Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável de Teresina, intitulado Agenda 2015, que pretende buscar o desenvolvimento da cidade, pautado na justiça social, na melhoria da qualidade de vida da população e na preservação dos recursos ambientais. O documento foi concluído e entregue no ano de 2002, na segunda edição do Congresso da Cidade, e seus programas ainda se encontram em execução (FAÇANHA, 2003; TERESINA AGENDA 2015, 2002).

4. O LOCUS DE ANÁLISE.

A zona Norte da cidade de Teresina é considerada a mais populosa da capital. Concentra 22,25% da população teresinense, sendo o bairro Mocambinho o mais populoso da região (MONTEIRO, 2005). Durante o processo de urbanização de Teresina, a zona Norte passou a ser ocupada pela população de menor poder aquisitivo, em face da política do governo municipal de instalar a população de origem rural nesta área.

Um dos bairros mais representativos da região Norte é o Buenos Aires. Sua criação data de 1950, e seu nome foi atribuído em função da Estação Experimental Buenos Aires, do Ministério da Agricultura, que compreendia tanto a Estação Experimental Apolônio Sales, que atuava com irrigação, como também o Fomento Agrícola, que desenvolvia trabalhos com hortaliças, frutas e criação de aves.

As terras localizadas nas proximidades do Fomento eram praticamente desabitadas, mas aos poucos o bairro foi sendo instituído, principalmente pela ocupação do terreno pelos funcionários deste órgão, através de doações de lotes feita pelo então prefeito João Mendes Olímpio de Melo. Posteriormente, com o II Plano Estrutural de Teresina elaborado em 1988, toda a área correspondente ao bairro Buenos Aires foi segmentada. Este ficou restrito apenas à região central da área anterior, e novos bairros foram criados em seu entorno: Água Mineral, Bom Jesus, Embrapa e Mocambinho. Atualmente, o bairro compreende 1.959 unidades domiciliares, com uma população de 7.080 habitantes (IBGE, 2007).

O conjunto habitacional José Francisco de Almeida Neto é considerado um bairro de grande porte, com crescimento acentuado. Embora o conjunto tenha recebido o nome do presidente da Companhia de Habitação do Piauí (COHAB), responsável pela sua construção, por herança, tem sido reconhecido apenas por Mocambinho. Encontra-se subdividido em Mocambinhos I, II, III e IV. Segundo o IBGE (2007), a população total do bairro é de 28.622 habitantes, concentrados em 7.886 domicílios.

A primeira unidade deste conjunto habitacional, Mocambinho I, foi construída em 1983, numa região anteriormente ocupada por uma fazenda, chamada Mocambinho, que quer dizer Cabaninha.

Tanto o bairro Buenos Aires como o Mocambinho apresentam infra-estrutura básica como escolas, creches, unidades de saúde, áreas de lazer, transporte coletivo, postos de polícia, abastecimento de água, coleta de lixo e esgotamento sanitário por meio de fossas sépticas, entre outros.

A cidade de Teresina, desde os seus primórdios, é chamada de “cidade verde”. Foi assim denominada pelo poeta maranhense Coelho Neto, em função da relevante presença do verde encontrado em praças, ruas e residências particulares. Suas formações vegetais são classificadas como pertencentes aos tipos cerrado, caatinga e subcaducifólia, com predomínio destas no meio urbano.

A arborização exerce papel de vital importância para a qualidade de vida nos centros urbanos. Por suas múltiplas funções, a árvore em meio urbano atua diretamente sobre o clima, a qualidade do ar, o nível de ruídos e sobre a paisagem, além de construir refúgio indispensável à fauna remanescente nas cidades.

Os bairros Buenos Aires e Mocambinho são considerados espaços representativamente arborizados. Tal fato atribui-se à presença de estratos vegetais em áreas livres públicas e privadas destes bairros, bem como pelo encontro de uma área natural protegida legalmente, conhecida como Parque Ambiental de Teresina, situada entre os mesmos.

O Parque Ambiental de Teresina, também conhecido como Jardim Botânico, e anteriormente denominado de Horto Florestal, possui 36 hectares de área. Está localizado, portanto, na zona norte da cidade de Teresina, mais precisamente entre a Rua Sinhá Borges e Avenida Duque de Caxias, do bairro Buenos Aires e a Avenida Prefeito Freitas Neto, no Mocambinho I (Figura 8). Suas coordenadas geográficas são 05°01'51” de Latitude Sul e 42°48'36” de Longitude Oeste.

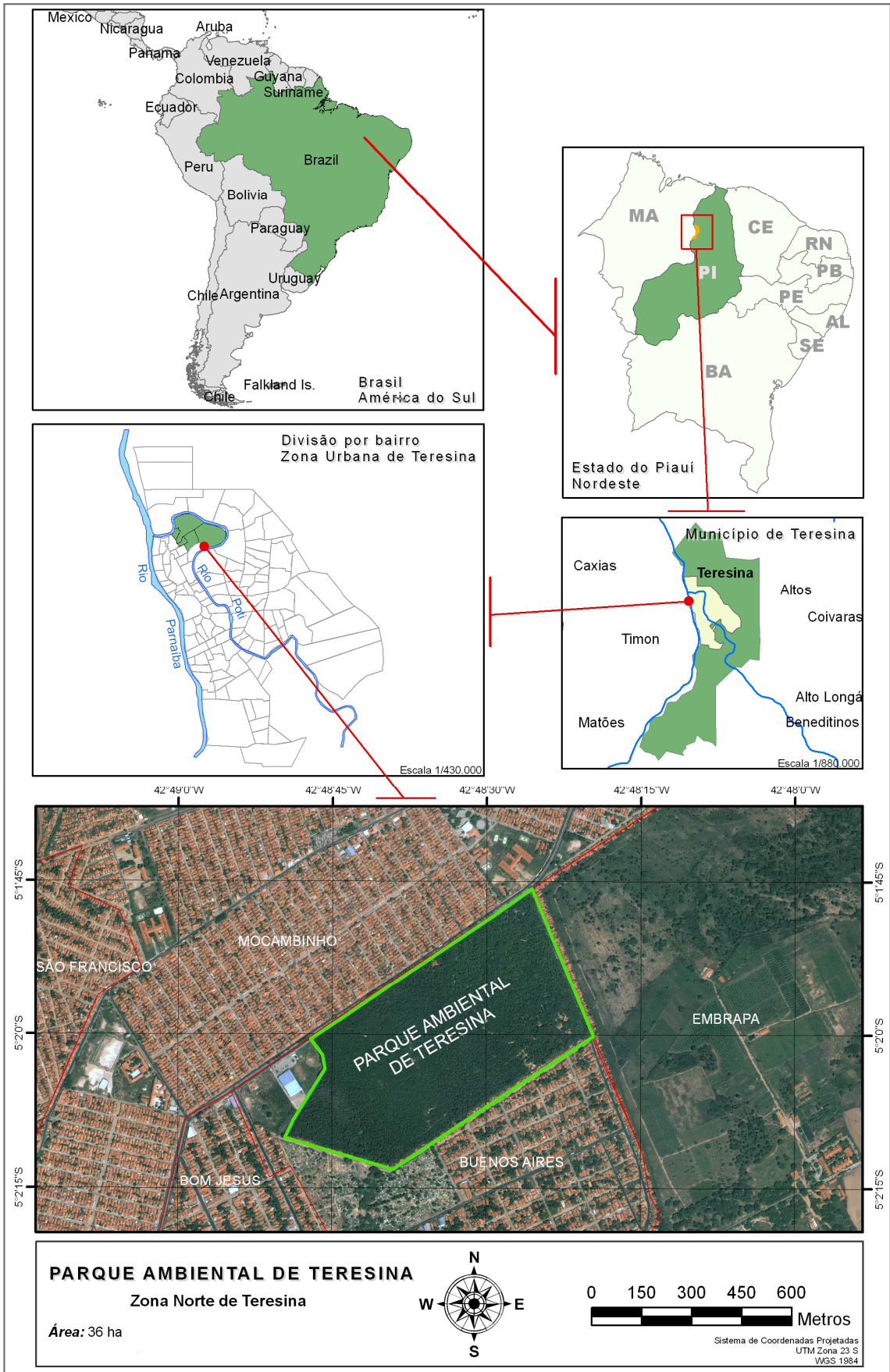


Figura 8: Mapa da localização do Parque Ambiental de Teresina. Fonte: IBGE (2007); imagem de satélite QuickBird (2005) cedida pela SEMPLAN-PMT adaptado por Veras (2010).

A área atualmente ocupada pelo Parque Ambiental pertencia à Prefeitura Municipal de Teresina, que em 05 de setembro de 1960, fez a doação deste espaço para o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Renováveis (IBAMA), anteriormente chamado de Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), com o intuito de criar o Posto de Fomento Florestal (POFOM). Este foi implantado com o objetivo de produzir mudas nativas e exóticas para o fomento florestal e para a recuperação de áreas degradadas. Posteriormente, foi instalado nesta área o Centro de Triagem e Resgate de Animais Silvestres (CETAS), da Superintendência de Pesca do Piauí (SUPES/PI).

Porém, no ano de 1983, a Prefeitura Municipal de Teresina, em face da necessidade de confeccionar mudas para a arborização da cidade, firmou um convênio com o IBAMA para a cessão de uma área dentro do Posto de Fomento Florestal, para a criação do Centro de Produção de Mudanças, pelo Departamento de Serviços Agrônômicos (DSA), da Empresa Teresinense de Desenvolvimento Urbano – ETURB (PMT, 1998).

O Centro Municipal de Produção de Mudanças encontra-se subordinado à Secretaria Municipal do Meio Ambiente (SEMAM), através do Departamento de Praças e Jardins, sendo responsável pela produção de mudas nativas e exóticas, para arborização da cidade (Figuras 9 e 10).



Figura 9 – Sede do Departamento de Praças e Jardins.

Fonte: Lívia Tátia dos Reis Martins, 2009.



Figura 10 – Produção de mudas para arborização da cidade.

Fonte: Lívia Tátia dos Reis Martins, 2009.

Com o intuito de dotar a cidade de Teresina de uma Unidade de Conservação do tipo Parque Ambiental, que resguardasse o patrimônio botânico da região,

oportunizasse a execução de trabalhos didático-científicos, como também o desenvolvimento de atividades que sensibilizassem a população para a preservação da natureza, foi implantado o Parque Ambiental de Teresina (Figura 11), através do Convênio IBAMA Nº 40/93 firmado entre o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Renováveis – IBAMA, que fez a concessão da área, e a Prefeitura Municipal de Teresina, em seu representante, a Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Teresina (SEMAM), que ficou com a incumbência de administrar e conservar a área do Parque (PMT, 1998). Este convênio foi celebrado neste período por ocasião da comemoração do 141º aniversário da cidade de Teresina.



Figura 11: Fachada do Parque Ambiental.
Fonte: Lívia Tátilla dos Reis Martins, 2009.

Para administrar as ações que seriam desenvolvidas no Parque, a Prefeitura de Teresina, através da SEMAM, delegou ao Museu de História Natural esta incumbência (Figura 12). O Museu foi instituído na gestão do Prefeito Wall Ferraz (1985-1988), e era vinculado à Fundação Cultural Monsenhor Chaves, cuja sede ficava em outro parque – o Parque Prefeito João Olímpio de Melo, conhecido como Parque da Cidade, onde atualmente abriga a SEMAM (PMT, 1998).



Figura 12: Fachada Museu de História Natural.
Fonte: Lívia Tátilla Reis Martins, 2009.

O Museu representa um dos maiores atrativos do Parque Ambiental por reunir alguns elementos da fauna local, empalhados ou conservados (Figura 13), e um mostruário com diversos tipos de insetos, arcabouço esquelético de vertebrados, amostras de fósseis e de diversos exemplares de rochas e minerais, que contribuem para o processo educativo-cultural do visitante.



Figura 13: Animais expostos no Museu.
Fonte: Livia Tátilla dos Reis Martins, 2009.

Compreendido como uma das maiores áreas de preservação permanente da cidade, o Parque Ambiental resguarda espécimes vegetais que permitem detectar a existência de uma Floresta Subcaducifólia, mesclada de babaçu, em seu interior (TERESINA AGENDA 2015, 2002). Suas árvores (Figura 14), em geral, são baixas, inclinadas, tortuosas, com ramificações irregulares e retorcidas (DEUS et al., 2000). Esta mata encontra-se entrecortada por trilhas, o que permite uma melhor visualização da diversidade florística e faunística da região (Figura 15 e 16).



Figura 14 – Aspecto da vegetação do Parque Ambiental de Teresina.
Fonte: Livia Tátilla dos Reis Martins, 2009.



Figura 15 – Trilhas definidas no interior do Parque Ambiental de Teresina.
Fonte: Livia Tátilla dos Reis Martins, 2009.



Figura 16 – Placa situada no interior do Parque ilustrando as trilhas que o entrecortam.
Fonte: Lívia Tátilla dos Reis Martins, 2009.

A fauna é composta de animais de pequeno porte, como: répteis, diversas aves, pequenos mamíferos (Figura 17) e insetos, que podem ser facilmente observados (DEUS et al., 2000; COSTA, 2000; e MATOS, 2002).

Destaca-se, no interior do Parque, a presença de um auditório para cursos, seminários e treinamentos, com capacidade para 50 pessoas (Figura 18).

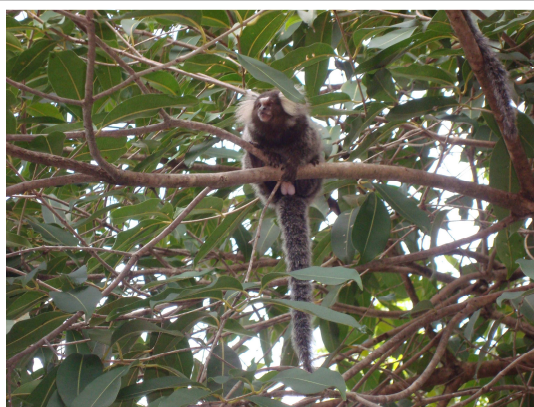


Figura 17 – Mamífero de pequeno porte encontrado no interior do Parque.
Fonte: Lívia Tátilla dos Reis Martins, 2009.



Figura 18 – Auditório Caneleiro.
Fonte: Lívia Tátilla dos Reis Martins, 2009.

5. A PESQUISA.

5.1. As comunidades do entorno do Parque Ambiental e suas percepções

O estudo da percepção do Parque Ambiental foi estruturado a partir das percepções, atitudes e valores informados pelos residentes do seu entorno, construídos através de suas experiências. Os dados levantados com a pesquisa foram analisados e apresentados em forma de tabela. Para o conhecimento da percepção da circunvizinhança do Parque em função dos espaços por ela ocupados. Os dados coletados foram tabulados e analisados em três grupos: 1) Bairro Buenos Aires, Av. Duque de Caxias, com 70 residências no perímetro do Parque; 2) Bairro Buenos Aires, Rua Professor Sinhá Borges, com 133 domicílios separados do Parque apenas por um muro; e 3) Bairro Mocambinho I (quadras 10 a 24), abrangendo 600 residências.

5.1.1. Caracterização dos sujeitos.

Participou desta pesquisa um total de 192 (cento e noventa e dois) sujeitos, pertencentes às comunidades do entorno do Parque Ambiental. O grupo 1 é formado por 18 (dezoito) respondentes; o grupo 2 encontra-se constituído por 30 (trinta) informantes; e o grupo 3 apresenta-se com 144 entrevistados. O número de participantes foi considerado suficiente para a consecução dos objetivos propostos, tendo em vista a natureza qualitativa da pesquisa e a população que reside no entorno do Parque.

Os sujeitos considerados são indivíduos adultos maiores de 20 anos, moradores da circunvizinhança do Parque no momento da coleta dos dados. As variáveis para a caracterização de seu perfil referem-se ao sexo, idade, nível de escolaridade, tempo de residência, número de indivíduos por residência, profissão e renda líquida mensal da família.

Segue a apresentação das variáveis acima citadas organizadas por grupo.

- Grupo 1: residentes da Avenida Duque de Caxias, Buenos Aires.

Tabela 1 – Sexo dos respondentes do grupo 1.

Categorias	Respondentes	%
Masculino	6	33,33
Feminino	12	66,67

A tabela 1 mostra a distribuição dos sujeitos por sexo. Dos 18 entrevistados 33,33% são do sexo masculino e 66,67% são do sexo feminino.

Tabela 2 – Idade dos respondentes do grupo 1.

Categorias	Respondentes	%
20 a 30 anos	7	38,89
31 a 40 anos	3	16,67
41 a 50 anos	6	33,33
51 a 60 anos	2	11,11
Mais de 60 anos	0	0

Com relação à faixa etária dos entrevistados do grupo 1, os resultados da tabela 2 mostram que há predominância de duas faixas: a de 20 a 30 anos, com 38,89% e a de 41 a 50 anos com 33,33% das pessoas inquiridas.

Tabela 3 – Escolaridade dos respondentes do grupo 1.

Categorias	Respondentes	%
Analfabeto	0	0
Ensino fundamental incompleto	6	33,33
Ensino fundamental completo	0	0
Ensino médio incompleto	3	16,67
Ensino médio completo	7	38,88
Ensino superior incompleto	1	5,56
Ensino superior completo	1	5,56
Pós-graduação	0	0

Em relação ao grau de escolaridade do grupo 1, a tabela 3 mostra que 38,88% dos entrevistados concluíram o ensino médio, mas apresenta ainda um

percentual significativo de pessoas que não chegaram a concluir o ensino fundamental, 33,33%.

Tabela 4 – Número de pessoas por residência do grupo 1.

Categorias	Respondentes	%
1 a 3 pessoas	4	22,22
4 a 6 pessoas	12	66,67
7 a 10 pessoas	2	11,11
Mais de 10 pessoas	0	0

No que se refere ao tamanho das famílias dos respondentes do grupo 1, estas podem ser consideradas medianas, pois de acordo com a tabela 4, 66,67% destas encontram-se formadas por 4 a 6 pessoas.

Tabela 5 – Tempo de moradia dos respondentes do grupo 1.

Categorias	Respondentes	%
0 a 5 anos	4	22,22
6 a 10 anos	3	16,66
11 a 15 anos	10	55,56
16 a 20 anos	1	5,56
21 a 25 anos	0	0
Acima de 25 anos	0	0

A tabela 5 apresenta a distribuição dos sujeitos por tempo de residência na Avenida Duque de Caxias, divididos em seis faixas de tempo. Predomina a faixa de 11 a 15 anos, com 55,56% dos moradores, período que coincide com o processo de ocupação, do tipo invasão da área entrevistada. Evidencia-se também um crescimento populacional do bairro nos últimos cinco anos, pois 22,22% disseram estar residindo entre 0 a 5 anos.

Tabela 6 – Profissão dos respondentes do grupo 1.

Categorias	Respondentes	%
Do lar	4	22,22
Comerciante/vendedor	3	16,66
Autônomo	2	11,11

Motorista	2	11,11
Desempregado	2	11,11
Cabeleireira	1	5,56
Massagista	1	5,56
Padeiro	1	5,56
Técnico em mecânica	1	5,56
Vigilante	1	5,56

Conforme a tabela 6, os dados mais expressivos mostram que 22,22% dos respondentes são donas de casa; 16,66% possuem algum ponto de comércio ou são vendedores deste; 11,11% trabalham por conta própria; 11,11% são motoristas de táxi ou moto táxi; e 11,11% estão desempregados.

Tabela 7 – Renda líquida mensal das famílias dos respondentes do grupo 1.

categorias	Respondentes	%
Até um salário mínimo	4	22,22
Mais de um até dois salários mínimos	6	33,33
Mais de dois até cinco salários mínimos	8	44,45
Mais de cinco salários mínimos	0	0

A tabela 7 evidencia que quase a metade das famílias dos respondentes do grupo 1 (44,45%) totalizam uma renda líquida de mais de dois até cinco salários mínimos por mês. Mostra ainda que a renda líquida mensal de 33,33% dos inquiridos é de mais de um até dois salários mínimos; e que nenhuma família dos respondentes apresenta um somatório das rendas do mês acima de cinco salários mínimos.

- **Grupo 2: residentes da Rua Professor Sinhá Borges, Buenos Aires.**

Tabela 8 – Sexo dos respondentes do grupo 2.

categorias	Respondentes	%
Masculino	8	26,67
Feminino	22	73,33

Quanto ao sexo dos entrevistados do grupo 2, a tabela 8 mostra que dos 30 respondentes 26,67% são do sexo masculino e 73,33%, do sexo feminino.

Tabela 9 – Idade dos respondentes do grupo 2.

Categorias	Respondentes	%
20 a 30 anos	6	20
31 a 40 anos	9	30
41 a 50 anos	4	13,33
51 a 60 anos	3	10
Mais de 60 anos	8	26,67

A tabela 9 mostra a predominância de duas faixas: a de 31 a 40 anos com 30% e a de mais de 60 anos, com 26,67% das pessoas entrevistadas.

Tabela 10 – Escolaridade dos respondentes do grupo 2.

Categorias	Respondentes	%
Analfabeto	4	13,33
Ensino fundamental incompleto	15	50
Ensino fundamental completo	2	6,67
Ensino médio incompleto	3	10
Ensino médio completo	6	20
Ensino superior incompleto	0	0
Ensino superior completo	0	0
Pós-graduação	0	0

Na escolaridade dos sujeitos do grupo 2, de acordo com a tabela 10, predominaram pessoas com ensino fundamental incompleto (50%). Também apresenta um percentual considerável de analfabetos (13,33%) em relação aos demais grupos.

Tabela 11 – Número de pessoas por residência do grupo 2.

Categorias	Respondentes	%
1 a 3 pessoas	9	30
4 a 6 pessoas	16	53,33
7 a 10 pessoas	4	13,33
Mais de 10 pessoas	1	3,34

Conforme dados da tabela 11, 53,33% dos entrevistados do grupo 2 apresentam suas famílias compostas por 4 a 6 pessoas, e que 30% destas são formadas por 1 a 3 indivíduos.

Tabela 12 – Tempo de moradia dos respondentes do grupo 2.

Categorias	Respondentes	%
0 a 5 anos	4	13,33
6 a 10 anos	3	10
11 a 15 anos	4	13,33
16 a 20 anos	3	10
21 a 25 anos	8	26,67
Acima de 25 anos	8	26,67

Com relação ao tempo de residência dos moradores da Rua Sinhá Borges, a tabela 12 mostra que predominaram duas faixas: de 21 a 25 anos, com 26,67% dos moradores e a faixa dos que residem a mais de 25 anos, com igual percentual, 26,67%. Evidencia-se, portanto, que mais de 50% dos entrevistados residem neste bairro a mais de 20 anos, quando se deu o processo de ocupação, do tipo invasão, da calçada do Parque, para a instalação destas famílias.

Tabela 13 – Profissão dos respondentes do grupo 2.

Categorias	Respondentes	%
Desempregado	8	26,67
Do Lar	8	26,67
Aposentado	5	16,67
Autônomo	3	10
Ajudante de comércio/vendedor	2	6,67
Costureira	1	3,33
Lavrador	1	3,33
Motorista	1	3,33
Professor	1	3,33

Os dados da tabela 13 mostram que 26,67% dos respondentes do grupo 2 encontram-se desempregados e que 26,67% destes enquadraram-se como donas de casa, portanto, somados têm-se um percentual total de 53,34% de indivíduos desprovidos de renda fixa mensal. Ainda, 16,67% declararam serem aposentados;

10% trabalham por conta própria; e 6,67% trabalham como vendedores ou ajudantes em comércio.

Tabela 14 – Renda líquida mensal das famílias dos respondentes do grupo 2.

Categorias	Respondentes	%
Até um salário mínimo	17	56,67
Mais de um até dois salários mínimos	9	30
Mais de dois até cinco salários mínimos	4	13,33
Mais de cinco salários mínimos	0	0

Os dados apresentados na tabela 14 mostram que 56,67% das famílias dos respondentes do grupo 2 perfazem mensalmente, no somatório das suas rendas, um total de até um salário mínimo. Evidencia ainda que 30% das famílias dos respondentes deste grupo apresentam uma renda líquida mensal de mais de um até dois salários mínimos. Observa-se, portanto, que 86,67% das famílias do grupo 2 entrevistadas mantêm-se com a renda líquida mensal de até dois salários mínimos.

- **Grupo 3: residentes das quadras 10 a 24, Mocambinho I.**

Tabela 15 – Sexo dos respondentes do grupo 3.

Categorias	Respondentes	%
Masculino	45	31,25
Feminino	99	68,75

A tabela 15 mostra a distribuição dos sujeitos por sexo. Dos 144 entrevistados 31,25% são do sexo masculino e 68,75% são do sexo feminino.

Tabela 16 – Idade dos respondentes do grupo 3.

Categorias	Respondentes	%
20 a 30 anos	41	28,47
31 a 40 anos	22	15,28
41 a 50 anos	30	20,83
51 a 60 anos	34	23,61
Mais de 60 anos	17	11,81

Com relação à faixa etária dos respondentes do grupo 3, os resultados da tabela 16 mostram que a categoria mais expressiva corresponde a de 20 a 30 anos, com 28,47% dos entrevistados.

Tabela 17 – Escolaridade dos respondentes do grupo 3.

Categorias	Respondentes	%
Analfabeto	1	0,69
Ensino fundamental incompleto	24	16,67
Ensino fundamental completo	12	8,33
Ensino médio incompleto	20	13,89
Ensino médio completo	56	38,89
Ensino superior incompleto	14	9,72
Ensino superior completo	17	11,81
Pós-graduação	0	0

A escolaridade dos sujeitos do grupo 3, de acordo com a tabela 17, assemelha-se à do grupo 1. Predominaram pessoas com ensino médio completo (38,89%) e àqueles que não concluíram o ensino fundamental (16,67%). Os resultados expressam ainda um percentual considerável de pessoas que apresentam ensino superior completo (11,81%) em relação aos demais grupos, pois esta escolaridade inexistente entre os entrevistados do grupo 2 e é inexpressiva no grupo 1.

Tabela 18 – Número de pessoas por residência do grupo 3.

Categorias	Respondentes	%
1 a 3 pessoas	40	27,78
4 a 6 pessoas	91	63,20
7 a 10 pessoas	12	8,33
Mais de 10 pessoas	1	0,69

Os dados apresentados na tabela 18 mostram que a maioria das residências dos entrevistados do grupo 3 (63,20%) são formadas por famílias com 4 a 6 indivíduos. Este resultado assemelha-se aos verificados nos grupos anteriores, em que classificamos essas famílias como de tamanho médio, em função do número de integrantes.

Tabela 19 – Tempo de moradia dos respondentes do grupo 3.

Categorias	Respondentes	%
0 a 5 anos	18	12,50
6 a 10 anos	13	9,03
11 a 15 anos	9	6,25
16 a 20 anos	13	9,03
21 a 25 anos	45	31,25
Acima de 25 anos	46	31,94

A avaliação do processo de ocupação do bairro evidenciou que esta teve início há 26 anos. Dessa forma, a tabela 19 mostra a distribuição dos entrevistados quanto ao tempo de moradia no bairro Mocambinho I, onde 31,94% dos entrevistados residem no bairro há mais de 25 anos, quando houve a sua criação. Outra faixa considerável expressa que 31,25% dos respondentes residem neste bairro entre 20 a 25 anos. Percebe-se, assim, que a maioria dos entrevistados (63,19%) reside no bairro há mais de 20 anos.

Tabela 20 – Profissão dos respondentes do grupo 3.

Categorias	Respondentes	%
Desempregado	24	16,67
Do lar	16	11,11
Funcionário público	16	11,11
Comerciante/vendedor	14	9,72
Aposentado	13	9,02
Autônomo	13	9,02
Professor	12	8,33
Militar	5	3,46
Motorista	5	3,46
Costureira	4	2,77
Cabeleireira	4	2,77
Técnico/auxiliar de enfermagem	2	1,38
Assistente social	2	1,38
Contador	1	0,70
Administrador	1	0,70
Advogado	1	0,70
Doméstica	1	0,70
Esteticista	1	0,70

Carteiro	1	0,70
Garçom	1	0,70
Geotecnólogo	1	0,70
Técnico em laboratório ótico	1	0,70
Manicure	1	0,70
Operador de microcomputador	1	0,70
Pensionista	1	0,70
Turismólogo	1	0,70
Vigia	1	0,70

Entre os respondentes do grupo 3, os dados mais expressivos da tabela 20 mostram que 16,67% dos entrevistados estão desempregados; 11,11% são donas de casa; 11,11% são funcionários públicos; 9,72% são comerciantes ou vendedores em comércio; 9,02% estão aposentados; 9,02% trabalham por conta própria; e 8,33% são professores.

Tabela 21 – Renda líquida mensal das famílias dos respondentes do grupo 3.

Categorias	Respondentes	%
Até um salário mínimo	9	6,25
Mais de um até dois salários mínimos	54	37,50
Mais de dois até cinco salários mínimos	56	38,89
Mais de cinco salários mínimos	22	15,28
Não soube responder	3	2,08

Para as famílias dos respondentes do grupo 3, segundo os dados da tabela 21, 38,89% apresentam uma renda líquida de mais de dois até cinco salários mínimos por mês; 37,50% mais de um até dois salários mínimos; 15,28% mais de cinco salários mínimos; 6,25% até um salário mínimo; e 2,08% não souberam responder, pois são autônomos e preferiram não estimar um provável valor.

5.1.2. Percepção ambiental.

A afetividade entre a pessoa e o lugar pode ser analisada segundo os aspectos positivos (topofílicos) ou negativos (topofóbicos). Nesta pesquisa, as percepções, os valores e as atitudes serão indicados pelos sujeitos em relação ao Parque Ambiental de Teresina.

- **Grupo 1: residentes da Avenida Duque de Caxias, Buenos Aires.**

Tabela 22 – Visitação dos respondentes do grupo 1 ao Parque Ambiental.

Categorias	Respondentes	%
Sim	11	61,11
Não	7	38,89

A tabela 22 mostra que 61,11% dos moradores da Avenida Duque de Caxias, bairro Buenos Aires já visitaram o Parque Ambiental, e que 38,89% nunca visitaram o Parque. O percentual de respondentes que nunca estiveram nesta área verde é considerado elevado, uma vez que apenas uma avenida separa estas residências do Parque, evidenciando uma considerável falta de representatividade da área.

Tabela 23 – Frequência com que os respondentes do grupo 1 visitam o Parque.

Categorias	Respondentes	%
Uma ou mais vezes ao mês	0	0
Quatro ou onze vezes ao ano	2	11,11
Uma a três vezes por ano	4	22,22
Apenas duas ou três vezes	1	5,56
Apenas uma única vez	4	22,22
Nunca visitaram o Parque	7	38,89

Os dados da tabela 23 mostram que entre os respondentes do grupo 1, que conhecem o Parque Ambiental, 22,22% raramente freqüentam o Parque, realizando uma, duas ou três visitas ao ano; 22,22% destes estiveram uma única vez nesta área natural protegida e que nenhum representante deste grupo entrevistado o visita com freqüência.

Tabela 24 – Motivo da visita dos respondentes do grupo 1 ao Parque.

Categorias	Respostas	%
Curiosidade	3	15,79
Contemplar a paisagem/natureza	2	10,53
Atendimento médico	2	10,53
Museu de História Natural	2	10,53
Adquirir mudas de plantas	1	5,26
Respirar ar puro	1	5,26
Buscar água	1	5,26
Não visitam o Parque	7	36,84

Nº de respondentes: 18
Nº de respostas: 19

Observando a Tabela 24 nota-se que os principais fatores que têm induzido o grupo 1 a freqüentar o Parque ambiental é a curiosidade, ou seja, o desejo de conhecê-lo (15,79%). Em seguida, apresentando percentuais semelhantes, os residentes da Avenida Duque de Caxias procuram esta área protegida para observar os elementos faunísticos e florísticos do Parque (10,53%), por meio de caminhadas pelas trilhas que o entrecortam; para serem atendidos pelo médico da família (10,53%), que, às vezes, utiliza o espaço do Parque para esses atendimentos, bem como para visitas ao Museu de História Natural (10,53%).

O Parque Ambiental de Teresina ainda atrai a comunidade pertencente ao grupo 1 em função das seguintes atividades: aquisição de mudas no Departamento de Praças e Jardins da Prefeitura (5,26%); contato com um ar de melhor qualidade (5,26%); e para o abastecimento de água (5,26%), quando esta falta em suas residências, pois existe um poço em seu interior.

G1 – R. 6: *“Curiosidade, saber como é aí dentro. Levei as crianças pra dá uma olhada”.*

G1 – R. 11: *“Pelo ar puro que a gente respira lá dentro, pelas folhas, pelas plantas. As crianças gostam de vê os animais empalhados, os gatinhos que o pessoal abandona lá. Aí eu estou aqui sem fazer nada e vou com eles lá, mas eles não querem sair lá de dentro. Aqui tem uma trilha, se você pegar ela é muito lindo, vê árvores, respira ar fresco lá dentro, puro”.*

G1 – R. 4: *“Quando eu ia para consulta da médica da pressão, aí eu aproveitava para dar uma olhada”.*

G1 – R. 10: *“As vezes que eu fui foi pra vê as coleções de animais que eles têm lá”.*

G1 – R.17: *“Fui lá por causa do museu e também pelas reuniões com agentes de saúde e quando falta água a gente pega é lá, no Ibama”.*

Tabela 25 – Opinião do grupo 1 sobre morar próximo ao Parque Ambiental.

Categorias	Respostas	%
Sim, por causa do clima, que é mais agradável	14	60,87
Sim, por causa das funções das árvores	5	21,74
Sim, porque aqui é um local sossegado	3	13,04
Não soube responder	1	4,35

Nº de respondentes: 18

Nº de respostas: 23

De acordo com a tabela 25, a preferência dos respondentes do grupo 1 pelo Parque é justificada pelo clima mais ameno (60,87%), portanto mais agradável, proporcionado pela vegetação resguardada em seu interior, como está representado pelas respostas transcritas abaixo.

G1 – R. 5: *“Gosto, é uma moradia sossegada, fria. Eu não tenho nada contra esse ‘mato’ aí não. Os outros bairros são mais quentes”.*

G1 – R. 11: *“Gosto por causa do ar puro, das árvores. Por causa do Parque, ao redor dele todinho é fresquinho. Parece ar condicionado a noite”.*

G1 – R. 12: *“Gosto sim, porque deixa o ambiente mais agradável, mais frio. “Ao contrário dos outros lugares aí, quando a gente chega próximo ao Parque, a gente já sente a diferença, por isso é muito agradável”.*

Tabela 26 – Conhecimento dos Respondentes do grupo 1 sobre as funções do Parque Ambiental de Teresina.

Categorias	Respostas	%
Sim, observar/contemplar a paisagem	5	20
Sim, preservar a natureza	4	16
Sim, passeios e atividades escolares	3	12
Sim, adquirir mudas	1	4
Sim, pesquisar	1	4
Sim, fazer caminhada	1	4
Não soube responder	10	40

Nº de respondentes: 18

Nº de respostas: 25

Conforme a tabela 26, 40% dos respondentes do grupo 1 desconhecem as finalidades do Parque, podendo ser este um dos motivos da unidade não atrair esta

população aos seus espaços, pois como exposto na tabela 22, quase 40% da população entrevistada nunca visitou o Parque.

Na opinião dos entrevistados do grupo 1, de acordo com a tabela acima, o Parque permite visitas, com o objetivo de contemplar a sua paisagem (20%); o desenvolvimento de ações voltadas para a preservação do lugar (16%); e a realização de passeios e trabalhos escolares (12%). Acrescentam ainda que é possível adquirir mudas de plantas (4%); realizar pesquisas dos componentes da área (4%); e caminhadas, na calçada externa do Parque (4%), conforme as transcrições abaixo:

G1 – R. 6: *“O que eu acho que deve ser feito aí é preservar, não sujar, não jogar nada dentro. Visitar, conhecer e preservar a natureza, o meio ambiente”.*

G1 – R. 10: *“Tem escolas que os alunos vão visitar o Parque. Porque os meus filhos mesmo já foram visitar pela escola”.*

G1 – R. 11: *“Visitar. Eles fazem doação de plantas. Atividade escolar, ele é aberto ao público. Eles doam plantas medicinais”.*

G1 – R. 8: *“Fazer caminhada. Pode dar uma olhada no que tem por lá”.*

Tabela 27 – Opinião dos Respondentes do grupo 1 sobre a situação do Parque.

Categorias	Respondentes	%
Não conhece o Parque	7	38,89
Está muito conservado	1	5,55
Está razoavelmente conservado	5	27,78
Está degradado	2	11,11
Está muito degradado	0	0
Não soube responder	3	16,67

Segundo dados da tabela 27, metade dos moradores da Av. Duque de Caxias entrevistados (55,56%) desconhecem a situação atual do Parque, no que diz respeito às condições de preservação deste patrimônio, ou porque nunca estiveram nesta unidade (38,89%) ou porque estas visitas foram tão raras que não se sentem confortáveis para opinar (16,67%). Para 27,78% dos visitantes do grupo 1, o Parque Ambiental encontra-se razoavelmente conservado; e 11,11% disseram que o mesmo precisa de ações preservacionistas, uma vez que este encontra-se degradado.

Tabela 28 – Opinião dos Respondentes do grupo 1 sobre a responsabilidade pela conservação do Parque Ambiental de Teresina.

Categorias	Respostas	%
Prefeitura	10	45,45
Governo Federal/IBAMA	5	22,73
Comunidade	2	9,10
Visitantes	1	4,54
Funcionários do Parque	1	4,54
Sociedade/Cidadãos	1	4,54
Não soube responder	2	9,10

Nº de respondentes: 18

Nº de respostas: 22

Conforme a tabela 28, os respondentes do grupo 1 entendem que é dever da Prefeitura zelar pela integridade física do Parque (45,45%). Esta afirmação é feita com base no conhecimento que estes apresentam do vínculo empregatício dos que lá trabalham com a Prefeitura, bem como do entendimento de que se trata de uma área urbana. Como a área ocupada pelo Parque pertence ao IBAMA, alguns respondentes (22,73%) consideram de responsabilidade deste órgão federal a sua conservação. 9,10% dos respondentes consideram-se responsáveis pela preservação desta área verde, uma vez que são vizinhos do Parque. Esta comunidade também atribuiu aos visitantes (4,54%), aos funcionários da Unidade (4,54%) e a todos os cidadãos (4,54%) a responsabilidade de preservar o Parque.

Tabela 29 – Como os Respondentes do grupo 1 imaginam o seu bairro sem o Parque Ambiental de Teresina.

Categorias	Respostas	%
Mais quente	11	40,74
Aumentaria a poluição atmosférica, sonora, etc...	4	14,81
Sem alternativa de obtenção de água	2	7,41
Com muitas casas/apartamentos/favelas	2	7,41
Não seria diferente	2	7,41
Aumentaria a criminalidade	1	3,70
Sem local para as atividades escolares	1	3,70
Mais “esquisito”	1	3,70
Tumultuado	1	3,70

Mais “chato”	1	3,70
Não soube responder	1	3,70

Nº de respondentes: 18

Nº de respostas: 27

Os respondentes do grupo 1, conforme dados da tabela 29, quando consultados sobre como imaginam o seu bairro sem esta Unidade de conservação responderam que seria mais “quente” (40,74%); que haveria um aumento da poluição atmosférica e sonora, principalmente (14,81%); que não teriam mais um local para buscar água, quando esta faltasse em suas residências (7,41%); que seria construído algum conjunto habitacional no lugar do Parque (7,41%); e que assim teria um aumento na criminalidade (3,70%). Outros entrevistados lembraram que as escolas ficariam sem um espaço para que os seus alunos pudessem desenvolver atividades (3,70%); que o bairro ficaria “esquisito”, diferente (3,70%); enquanto outros consideram que não haveria diferença (7,41%).

G1 – R. 1: *“Mais quente, talvez o índice de marginalidade fosse um pouco maior, porque com certeza iam colocar casas aí e com certeza aumenta o número de marginais”.*

G1 – R. 2: *“Seria bem quente. Talvez fosse uma favela ou coisa parecida. Não seria muito bom não. Ele é grande e ajuda bastante no calor”.*

G1 – R. 8: *“É muito ruim, por causa da poluição, do tempo, o Parque traz menos poluição e menos poeira pra nós”.*

G1 – R. 11: *“Péssimo, sem falar no que a gente sente que é o ar puro, de poder respirar bem; não ia ter onde as crianças desse monte de colégio fazer atividade; todo dia pára ônibus aí para as crianças conhecer os animais que só conhecem de televisão. Aí dentro você vê empalhado, mas vê. E o bom que eu acho desse Parque é que se você tem um animal com maus tratos, você reclama e eles tomam providência. Se cobra entrar na sua casa eles vem buscar. É muito próximo da gente para acolher a gente”.*

Tabela 30 – Opinião dos Respondentes do grupo 1 sobre a possibilidade de mudança do seu bairro por causa do Parque Ambiental de Teresina.

Categories	Respostas	%
Não mudaria daqui por causa do Parque	7	35,0
Não, por causa do clima	4	20,0
Não, só não gosto das cobras	3	15,0
Não, local muito bom de morar	2	10,0
Não, moro aqui por causa do Parque	1	5,0

Não, pois gosto do bairro	1	5,0
Não, pois aqui é mais calmo	1	5,0
Não, não tenho motivo para sair daqui	1	5,0

Nº de respondentes: 18

Nº de respostas: 20

Para os moradores da Av. Duque de Caxias, de acordo com os dados da tabela 30, 35% dos respondentes disseram que não mudariam de suas residências por causa do Parque, isto é, que o mesmo não representa um motivo que justifique uma vontade de saírem do seu bairro; para 5% dos entrevistados, o Parque representa o motivo mais importante de sua permanência. Para 20% dos respondentes do grupo 1, o clima mais agradável justifica a preferência destes pela permanência no local em que moram, no entorno do Parque. Outros inquiridos (15%) responderam que não desejam se mudar, mas quando se deparam com cobras que saem do Parque, pensam na possibilidade. Para 10% dos respondentes, a circunvizinhança desta Unidade é um local muito bom para morar.

G1 – R. 1: *“Não, porque eu gosto daqui, gosto do clima”.*

G1 – R. 13: *“É uma das coisas que ainda faz com que a gente goste de ficar mais aqui”.*

G1 – R. 14: *“Não por esse motivo. Se bem que aqui é um lugar que aparece muita cobra. No inverno tenho muito medo. Na minha casa já entraram muitas. Eu durmo muito apreensiva”.*

G1 – R. 15: *“Não, porque é muito diferente aqui. Quando a gente vem de outro lugar, quando chega aqui perto é mais frio e até mais calmo. Aqui é bom, o Parque é bom”.*

G1 – R. 18: *“Jamais, se eu me casar quero morar aqui, por causa do bairro e do clima”.*

Tabela 31 – Participação dos Respondentes do grupo 1 em movimentos para solucionar problemas relacionados ao Parque Ambiental de Teresina.

Categorias	Respondentes	%
Sim	0	0
Não	18	100

De acordo com os dados da tabela 31, nenhum dos respondentes do grupo 1 foi convocado pela administração do Parque para participar de reuniões e/ou atividades destinadas a solucionar problemas ou trazer alguma melhoria para esta Unidade de Conservação. Para uma gestão participativa eficaz é necessário que

todas as esferas relacionadas com a área protegida estejam envolvidas com a administração do espaço e em todas as etapas deste processo.

Tabela 32 – Sugestões dos Respondentes do grupo 1 para melhoria do Parque.

Categorias	Respostas	%
Que fosse mais conservado, mais cuidado	4	18,18
Que tivesse mais opção de lazer	4	18,18
Que tampassem os buracos do muro (baldrame)	3	13,64
Mais segurança	3	13,64
Que derrubassem o muro	2	9,10
Que sua fachada fosse mais bonita, atrativa	1	4,54
Que aumentassem a altura do muro	1	4,54
Que criassem projetos de visitação	1	4,54
Que reduzissem o seu tamanho	1	4,54
Não quis sugerir	2	9,10

Não de respondentes: 18

Não de respostas: 22

Conforme a tabela 32, os entrevistados da Av. Duque de Caxias consideram que o Parque Ambiental necessita de algumas medidas para melhor atender às expectativas daqueles que direta ou indiretamente se relacionam com o Parque, a citar: que seja mais cuidado, mais conservado (18,18%); que ofereça mais opção de lazer (18,18%); que seja tampado os furos do baldrame do muro (Figura 19), como forma de evitar a passagem das cobras (13,64%); que o Parque tenha mais seguranç a em seu interior (13,64%); que elevem os muros que cercam o Parque, como forma de coibir a entrada de bandidos (4,54%); que sua fachada seja mais bonita, atrativa (4,54%); e que seja criado projetos voltados para uma melhor visitação do Parque (4,54%). Porém, alguns ainda sugeriram que derrubem os muros que cercam a área do Parque, tornando-o uma espécie de bosque (9,10%); ou mesmo que o seu tamanho fosse reduzido (4,54%).

G1 – R. 2: *“Vigilância, porque já mataram e enterraram gente aí dentro. Fazer alguns projetos para a gente visitar, saber como é que é, seria bom”.*

G1 – R. 3: *“Que fosse derrubado mais dez metros adentro do Parque e fosse alargado a avenida, são isso”.*

G1 – R. 7: *“O Parque é muito grande daria um ótimo bosque, para fazer uma boa caminhada, vê os filhos andando de bicicleta. Não sei o tamanho dele, mas daria para fazer quadras,*

porque os meninos jogam bola aqui no meio da rua e lá seria melhor. Do que adianta esse Parque aí com esse muro fechado, se não podemos aproveitar”.

G1 – R. 16: *“Ter mais cuidado, mais limpeza”.*

G1 – R. 17: *“Se pudesse tampar os buracos do muro para as cobras não passarem, porque quando a gente se espanta, elas já estão dentro de casa”.*



Figura 19 – Furos nos tijolos do baldrame do muro do Parque por onde passam as cobras.

Fonte: Livia Tátilla dos Reis Martins, 2009.

- **Grupo 2: residentes da Rua Professor Sinhá Borges, Buenos Aires.**

Tabela 33 – Visitação dos respondentes do grupo 2 ao Parque Ambiental.

Categorias	Respondentes	%
Sim	20	66,67
Não	10	33,33

A tabela 33 mostra o percentual de moradores da Rua Sinhá Borges, bairro Buenos Aires, que já visitaram o Parque Ambiental, 66,67%. Os resultados são semelhantes aos encontrados para o grupo 1, como mostra a tabela anterior. O percentual de respondentes que nunca estiveram nesta área verde (33,33%) é considerado elevado, uma vez que apenas um muro separa estas residências do Parque. Mais uma vez é possível evidenciar a falta de representatividade da área.

Tabela 34 – Frequência com que os respondentes do grupo 2 visitam o Parque.

Categorias	Respondentes	%
Uma ou mais vezes por mês	2	6,67
Quatro ou onze vezes por ano	1	3,33
Uma a três vezes por ano	13	43,34
Apenas duas ou três vezes	1	3,33
Apenas uma única vez	3	10
Nunca visitaram o Parque	10	33,33

Os dados da tabela 34 mostram que muitos dos residentes da Rua Sinhá Borges que visitam o Parque (43,34%) realizam de uma a três visitas por ano a essa área natural. Essa comunidade tem o Parque como uma extensão dos seus quintais, e lidam diariamente com os benefícios e os malefícios, que segundo eles, o Parque proporciona.

Tabela 35 – Motivo da visita dos respondentes do grupo 2 ao Parque.

Categorias	Respostas	%
Curiosidade	7	20,59
Visitas escolares	5	14,70
Participar de reuniões/eventos	3	8,82
Realizar trabalho escolar/pesquisas	2	5,89
Adquirir plantas medicinais	2	5,89
Contemplar a paisagem/natureza	1	2,94
Museu de História Natural	1	2,94
Reclamar das árvores que caem na sua residência	1	2,94
O pai trabalha no Parque	1	2,94
Morava no interior do Parque	1	2,94
Não visitam o Parque	10	29,41

Nº de respondentes: 30

Nº de respostas: 34

De acordo com a tabela 35, a curiosidade (20,59%) também é o principal elemento motivador das visitas dos respondentes do grupo 2. Destes, 14,70% visitaram o Parque em passeio promovido pela escola, como atividade extraclasse desenvolvida dentro das disciplinas.

Essa comunidade também procurou pelo Parque para participar de reuniões e eventos (8,82%) promovidos pelo Parque ou não, quando da utilização do seu

auditório; para realização de trabalhos escolares e/ou desenvolvimento de pesquisas (5,89%), bem como para a aquisição de mudas de plantas medicinais (5,89%).

Um número menor de respondentes afirmou que procuraram pelo Parque, pois desejavam observar a natureza (2,94%); ou visitar o Museu de História Natural (2,94%); ou para reclamar dos galhos das árvores que caem para o seu quintal (2,94%); ou para visitar o pai (2,94%), que é funcionário do Parque; ou porque morava em seu interior (2,94%).

G2 – R.11: *“Porque eu queria ver, conhecer como era”.*

G2 – R. 1: *“Fui porque meus filhos disseram que tinha animais empalhados e eu fui vê e porque tem muitas plantas medicinais”.*

G2 – R. 3: *“Estava na escola e fui fazer visitas, ou quando acontecia alguma coisa lá, eu entrava para observar”.*

G2 – R. 23: *“Vou por causa dos eventos, para vê o movimento”.*

G2 – R. 25: *“Fui lá pra fazer os trabalhos da escola”.*

Tabela 36 – Opinião do grupo 2 sobre morar próximo ao Parque Ambiental.

Categorias	Respostas	%
Sim, por causa do clima, que é mais agradável	5	13,16
Sim, porque gosto de morar aqui, no bairro	5	13,16
Sim, ele não me incomoda	3	7,90
Sim, porque gosto de morar próximo da natureza	2	5,26
Sim, por que aqui é um local sossegado	2	5,26
Sim, porque é movimentado	1	2,63
Sim, porque é o local que temos	1	2,63
Sim, os funcionários são ótimas pessoas	1	2,63
Não, por causa do mato é cheio de mosquito, cobra, aranha, cupim, rato e outros	7	18,42
Não, porque é cheio de bandido e perigoso	5	13,16
Não, porque não cuidam, só tem muito lixo e mato	3	7,90
Não, porque mataram meu filho dentro do Parque	1	2,63
Não, prefiro minha cidade anterior	1	2,63
O Parque não faz diferença	1	2,63

Nº de respondentes: 30

Nº de respostas: 38

Os dados da tabela 36 permitem inferir que a população residente à Rua Sinhá Borges estabelece relações harmoniosas com o Parque, quando informam

que preferem estar próximos dele por causa do clima que é mais agradável (13,16%) ou quando demonstram a satisfação de morarem próximo à natureza (5,26%) ou até mesmo quando relatam que o Parque é um ambiente sossegado (5,26%).

Embora 7,90% dos respondentes deste grupo disseram gostar da proximidade de suas residências com o Parque, pois este não os incomoda de modo algum, 13,16% dos informantes gostam de morar próximo ao Parque, não pelos benefícios que ele proporciona, mas pelo bairro em si.

Observamos que 13,16% dos entrevistados não gostam da proximidade das suas residências com o Parque, pois consideram o lugar perigoso. Afirmam que ele tem servido de esconderijo para bandidos e drogados e que em virtude da vegetação, não são encontrados pela polícia durante as buscas.

Expressam ainda uma topofobia pelo local ao informar que o Parque não é bem cuidado, que só tem sido útil para acumular mato e lixo (7,90%), bem como insetos vetores de doenças e animais ofensivos, como cobra, ratos e outros (18,42%). Os depoimentos a seguir retratam a aversão que os informantes do grupo 2 apresentam em relação ao lugar:

G2 – R. 1: *“Gosto e não gosto. Só dá o que não presta nesse ‘mato’. É bom pela frieza, mas é cheio de ‘mato’ e atrai cobra, mosquito, fora os policiais que correm atrás de bandidos”.*

G2 – R. 8: *“Não, aqui tem uma quinta com muita sujeira, lixo, ratos, que transmitem doenças”.*

G2 – R. 27: *“Não, pelo fato de o Parque servir de esconderijo para bandidos, pelo volume de lixo e pelas cobras”.*

Tabela 37 – Conhecimento dos Respondentes do grupo 2 sobre as funções do Parque Ambiental de Teresina.

Categorias	Respostas	%
Sim, observar/contemplar a paisagem	7	18,42
Sim, preservar a natureza	5	13,16
Sim, participar de palestras/cursos	2	5,26
Sim, atividades de lazer e esporte	2	5,26
Sim, pesquisar	1	2,63
Sim, adquirir mudas	1	2,63
Sim, criação de hortas	1	2,63
Não soube responder	19	50

Nº de respondentes: 30
Nº de respostas: 38

Os dados da tabela 37 mostram que a metade dos respondentes do grupo 2 não tem conhecimento do que se pode fazer nas dependências do Parque (50%).

Aqueles que têm conhecimento sobre os atrativos desta unidade responderam que a área está aberta para a contemplação da paisagem (Figura 20), que realizam ao percorrer as trilhas (18,42%); para o desenvolvimento de ações preservacionistas, como não jogar lixo no chão (Figura 21), não caçar e/ou maltratar os animais do Parque (13,16%); assistir palestras e participar de cursos no auditório Caneleiro (5,26%); praticar atividades esportivas e de lazer, como piquenique (5,26%); realizar pesquisas escolares (2,63%); adquirir mudas de plantas que são cultivadas no interior do Parque, para arborização de praças e jardins da cidade (2,63%); e cultivar hortas (2,63%).

Esta última atividade fazia parte de um projeto intitulado “Jardim do Cheiro”, onde plantas medicinais eram cultivadas por um grupo de cegos. Porém, não houve mais um investimento ou interesse dos governantes pelo projeto, sendo a área desativada.

G2 – R. 1: *“Sei que examinam alguma coisa, realizam algum estudo”.*

G2 – R. 6: *“Sei que podemos visitar as trilhas e os animais”.*

G2 – R. 21: *“Meus filhos fazem capoeira lá. Pode fazer piquenique no verão, lazer”.*

G2 – R. 22: *“Pode preservar a natureza. Não pegar os animais, não maltratá-los”.*

G2 – R. 23: *“Não jogar lixo, não jogar sujeira para lá”.*

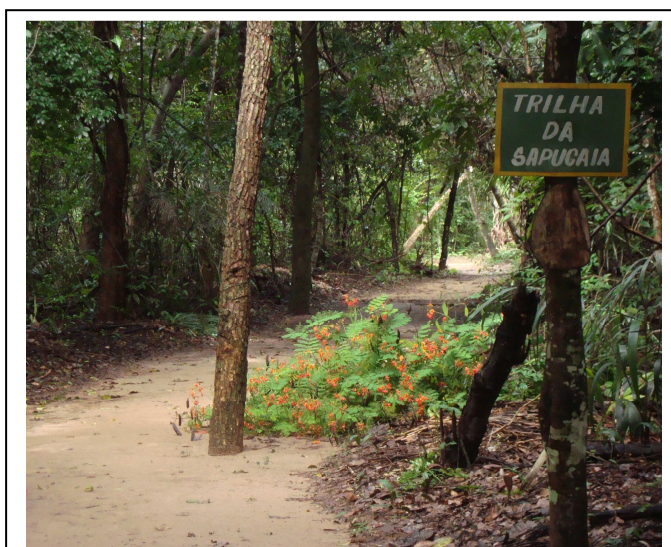


Figura 20 – Trilha percorrida pelos visitantes durante o passeio pelo Parque.

Fonte: Livia Tátilla dos Reis Martins, 2009.



Figura 21 – Placa no interior do Parque com orientações conservacionistas.

Fonte: Livia Tátilla dos Reis Martins, 2009.

Tabela 38 – Opinião dos Respondentes do grupo 2 sobre a situação do Parque.

Categorias	Respondentes	%
Não conhece o Parque	10	33,33
Está muito conservado	4	13,33
Está razoavelmente conservado	7	23,33
Está degradado	7	23,33
Está muito degradado	2	6,67
Não soube responder	0	0

Os vizinhos mais próximos do Parque Ambiental, os moradores da Rua Sinhá Borges, de acordo com a tabela 38 consideram, principalmente, que esta unidade não está tão conservada quanto deveria (23,33%), ou mesmo que a área já se encontra em estado de degradação (23,33%). Para 13,33% dos respondentes do grupo 2, a área do Parque Ambiental está muito bem conservada, mas para 6,67% destes o Parque necessita de medidas urgentes de conservação.

Tabela 39 – Opinião dos Respondentes do grupo 2 sobre a responsabilidade pela conservação do Parque Ambiental de Teresina.

Categorias	Respostas	%
Governo Federal/IBAMA	10	30,30
Funcionários do Parque	8	24,24
Prefeitura	7	21,21
Moradores/Comunidade	1	3,03
Órgãos do Meio Ambiente	1	3,03
Não soube responder	6	18,19

Nº de respondentes: 30

Nº de respostas: 33

Para os respondentes do grupo 2, moradores de residências que tem início nas proximidades do portão que dá acesso ao Departamento de Praças e Jardins, antigo escritório do IBAMA, é possível compreender porque, de acordo com a tabela 39, 30,30% destes consideram que a responsabilidade pela conservação do Parque seja deste órgão federal. Para os moradores da Rua Sinhá Borges, 24,24% responderam que são os funcionários do Parque os responsáveis pela sua preservação; 21,21% atribuíram esta função à Prefeitura; 3,03% reconheceram que

devem contribuir para a conservação da área; enquanto 18,19% sequer sabem quem são os responsáveis pela preservação desse patrimônio ambiental.

Tabela 40 – Como os Respondentes do grupo 2 imaginam o seu bairro sem o Parque Ambiental de Teresina.

Categorias	Respostas	%
Seria muito melhor	3	8,82
Seria melhor, pois teria apartamento/conjunto habitacional no local	3	8,82
Seria melhor, com a área aberta e ruas de acesso	2	5,89
Seria melhor, pois diminuiria o “mato”, os bichos, os insetos	2	5,89
Seria melhor, pois não veríamos os bichos morrendo de fome, no verão	1	2,94
Seria melhor, pois o Parque não serve para nada	1	2,94
Seria melhor, pois não traria coisas ruins	1	2,94
Seria bem mais tranquilo	1	2,94
Seria pior, pois aumentaria a criminalidade	2	5,89
Seria pior, pois não incomoda ninguém	2	5,89
Seria pior, pois serve de local de visitação para estudantes/turistas	1	2,94
Seria pior, pois seria mais quente	1	2,94
Muito ruim, pois sem o Parque não haveria natureza, ar puro	1	2,94
Ruim, pois o bairro perderia sua referência	1	2,94
Muito ruim, pois o Parque ajuda a comunidade	1	2,94
Ruim, mas poderiam construir uma área de lazer no lugar	1	2,94
Ruim, mas deixaria de existir esconderijo para os bandidos	1	2,94
Tanto faz, ninguém visita o Parque mesmo	1	2,94
Normal, o Parque não faz diferença, não ajuda o bairro	3	8,82
Não soube responder	5	14,70

Nº de respondentes: 30

Nº de respostas: 34

Os dados mais expressivos da tabela 40 mostram que alguns moradores da Rua Sinhá Borges ainda não entendem a importância de se ter uma área verde próxima das suas residências ao afirmar que o seu bairro seria bem melhor sem o Parque (8,82%); que seria bem melhor se construísse casas e/ou apartamentos no

local ocupado pelo Parque (8,82%); que seria melhor se a área do Parque fosse aberta, com muitas ruas de acesso, como uma praça (5,89%); que seria bem melhor sem o Parque, porque haveria uma diminuição da vegetação e, conseqüentemente, dos animais e dos insetos (5,89%); ou quando afirmam que tanto faz que o Parque esteja ou não próximo deles, porque ele não traz nenhum benefício para a sua circunvizinhança (8,82%).

Porém, os benefícios do Parque são percebidos quando alguns entrevistados responderam que sem esta Unidade haveria um aumento da criminalidade (5,89%), em função do aumento do número de residências; que o bairro ficaria sem um local de visitação para turistas e estudantes (2,94%); que ficaria um ambiente mais quente (2,94%) e mais poluído (2,94%) com a derrubada das árvores; e até mesmo pelo fato do Parque servir de referência para o bairro (2,94%) e por ajudar a comunidade (2,94%).

Os depoimentos transcritos a seguir revelam a opinião dos respondentes do grupo 2 sobre como imaginam o seu bairro sem o Parque:

G2 – R. 1: *“Seria pior, porque teria casas e aumentava a bandidagem”.*

G2 – R. 2: *“Podia ser pior, mas se fosse feito apartamentos seria melhor. Eu sei que com as árvores ‘corre’ um vento melhor do que se fosse só casa”.*

G2 – R. 5: *“Seria melhor, porque diminuiria o mato e os insetos”.*

G2 – R. 12: *“Seria melhor, pois não serve pra nada”.*

G2 – R. 18: *“Se tirasse seria melhor; se fosse aberto; se desse para passar para o outro lado. Fazer rua seria melhor. Fazer casa, conjunto”.*

G2 – R. 24: *“Para o pessoal do bairro tanto faz, ninguém visita mesmo”.*

G2 – R. 30: *“Ruim, mas por outro lado seria bom, só serve de esconderijo para bandidos”.*

Tabela 41 – Opinião dos Respondentes do grupo 2 sobre a possibilidade de mudança do seu bairro por causa do Parque Ambiental de Teresina.

Categorias	Respostas	%
Não, sem justificar	5	15,15
Não, eu gosto do bairro e não tenho motivo para sair daqui	5	15,15
Não, ele não incomoda	4	12,12
Não, porque gosto de morar próximo ao Parque	3	9,10
Não, porque o Parque é movimentado	2	6,06
Não, pois já estou acostumado com o Parque	1	3,03
Não, mas só quando o Parque está limpo	1	3,03

Sim, porque é perigoso, pois os bandidos se escondem no Parque	5	15,15
Sim, por causa da sujeira acumulada, pela falta de limpeza, de cuidados com o Parque	2	6,06
Sim, por causa dos insetos, das cobras	2	6,06
Sim, porque não gosto daqui	1	3,03
Sim, porque aqui não é um bom lugar	1	3,03
Não soube responder	1	3,03

Nº de respondentes: 30

Nº de respostas: 33

Os respondentes do grupo 2, conforme a tabela 41, disseram não desejar se mudar por causa do Parque (15,15%), apenas não querem e não apresentaram nenhum motivo para tal. Outros responderam que por gostar do bairro não desejam sair do entorno do Parque (15,15%). Para 12,12% dos inquiridos o Parque não representa nenhum incômodo ou ameaça; e 9,10% disseram que não mudariam porque gostam do Parque e dos benefícios que recebem por morar próximo a ele.

Outros 15,15% dos moradores da Rua Sinhá Borges entrevistados disseram ter vontade de se mudar, porque o Parque se tornou um local perigoso, uma vez que os bandidos estão utilizando a sua vegetação como esconderijo. Segundo os entrevistados, por causa da falta de limpeza e de cuidados com o Parque (6,06%), e por causa dos insetos e outros animais, como as cobras que invadem as suas residências (6,06%) é que os mesmos desejam morar distante desta Unidade.

G2 – R. 1: “Sim, porque é perigoso. Depois das seis horas da noite não tem quem tenha coragem de ir ao quintal”.

G2 – R. 8: “Sim, por causa da sujeira e dos caras que ficam escondidos aí usando drogas”.

G2 – R. 9: “Não, porque eu gosto do bairro e não tenho nenhum preconceito com o Parque”.

G2 – R. 11: “Não, porque eu não tenho motivo nenhum pra sair daqui”.

G2 – R. 21: “Não, só se fosse pra perto de outro Parque”.

G2 – R. 22: “Não, porque eu gosto mesmo é de morar perto do verde”.

G2 – R. 25: “Sim, devido à falta de limpeza e o aparecimento de cobras”.

Tabela 42 – Participação dos Respondentes do grupo 2 em movimentos para solucionar problemas relacionados ao Parque Ambiental de Teresina.

Categorias	Respondentes	%
Sim, criação de uma ONG	1	3,33
Não	29	96,67

Os respondentes do grupo 2, de acordo com a tabela 42, também não foram convidados pelos gestores do Parque Ambiental (96,67%) para participar de reuniões e/ou atividades que visassem a preservação desta área natural. Apenas (3,33%) dos respondentes informou ter participado de uma reunião na associação de moradores do seu bairro, com o objetivo de criarem uma Organização Não Governamental – ONG, para discutirem os problemas do bairro, inclusive os do Parque.

Tabela 43 – Sugestões dos Respondentes do grupo 2 para melhoria do Parque.

Categorias	Respostas	%
Que limpassem o “pé” do muro, as trilhas	10	24,39
Que o Parque fosse mais conservado, os animais e as plantas mais bem cuidados	5	12,19
Mais vigilância	4	9,75
Que tivesse mais opção de lazer, como o zoológico	2	4,88
Que retirassem as árvores menores e deixassem as grandes	2	4,88
Que desmatassem e fizessem ruas de acesso	2	4,88
Que doassem mais terreno para a circunvizinhança	1	2,44
Que o Parque fosse reformado	1	2,44
Construíssem um calçadão	1	2,44
Que divulgassem mais o Parque	1	2,44
Que a comunidade tivesse mais acesso ao Parque, pudesse participar mais	1	2,44
Que fosse feito qualquer melhoria que não prejudicasse a população circunvizinha	1	2,44
Que o Parque fosse mais organizado	1	2,44
Não quis sugerir	9	21,95

Nº de respondentes: 30

Nº de respostas: 41

Na opinião dos moradores da Rua Sinhá Borges, conforme a tabela 43, o Parque Ambiental necessita de algumas medidas, como por exemplo, que seja feita uma limpeza em suas laterais, nas proximidades do muro (Figura 22), bem como nas trilhas que cortam o seu interior (24,39%). Essa sugestão foi feita em função desses moradores terem suas residências separadas do Parque apenas por um muro. O lixo que se acumula junto ao muro é jogado pelos próprios moradores, que passam a sofrer com as conseqüências dos seus atos errados. Outros respondentes

sugeriram que o Parque fosse mais conservado, que os animais e as plantas fossem mais bem tratados (12,19%). Alguns moradores alegam que muitos dos animais que procuram as suas residências estão em busca do que comer.



Figura 22 – Lixo encontrado nas proximidades do muro que separa o Parque Ambiental das residências na Rua Sinhá Borges.
Fonte: Lívia Tátia dos Reis Martins, 2009.

Outros inquiridos disseram que o Parque precisa de vigilância (9,75%), que este apresenta uma área grande e com uma vegetação muito fechada, o que facilita o esconderijo de bandidos em seu interior. Buscando resolver este problema, 4,88% dos entrevistados sugeriram que fossem retiradas as árvores menores e que deixassem apenas as de grande porte.

Alguns respondentes disseram que o Parque deveria ofertar mais opção de lazer para a comunidade (4,88%), à semelhança do Parque Zoobotânico, que também é urbano. Para 2,44% dos entrevistados, o Parque Ambiental deveria passar por uma reforma, pois da forma como está não tem despertado o interesse da população em visitá-lo.

Entre outras sugestões, 2,44% dos respondentes disseram que gostariam de ter mais acesso ao Parque, de participar mais das suas ações; 2,44% sugeriram que ele fosse mais divulgado, pois muitos sabem da sua existência, mas não se interessam em conhecê-lo; 2,44% disseram que ele deveria ser mais organizado; e

acrescentaram ainda que qualquer medida que queiram tomar com relação à melhoria do Parque é bem vinda, desde que não prejudique a comunidade (2,44%).

Porém, 4,88% dos inquiridos sugeriram que o Parque fosse desmatado e que fossem criadas ruas em seu interior, que dessem acesso aos moradores do Bairro Buenos Aires ao Bairro Mocambinho, ou seja, de um lado a outro do Parque. 2,44% dos entrevistados sugeriram que o Parque fizesse a doação de mais terreno para a circunvizinhança, como forma de melhorar o relacionamento destes com essa área natural protegida.

G2 – R. 3: *“Limpeza, porque tem muita sujeira e o perigo vem todo para cá. Dizem que nunca mais limpam o ‘pé’ do muro”.*

G2 – R. 9: *“Poderia colocar uma área de lazer, como o zoobotânico”.*

G2 – R. 16: *“Maior participação da comunidade, abriria para o público”.*

G2 – R. 18: *“Tirassem o mato, ficasse limpo, fizessem rua. Desse mais espaço para os moradores plantarem nos seus quintais”.*

G2 – R. 22: *“Tiraria o ‘mato’, deixaria só as árvores grandes”.*

G2 – R. 23: *“Colocar brinquedo para as crianças se divertirem lá dentro; lazer”.*

G2 – R. 29: *“O que fizerem para a melhoria do Parque é bom, mas que não prejudique a população que mora nas proximidades”.*

- **Grupo 3: residentes das quadras 10 a 24, Mocambinho I.**

Tabela 44 – Visitação dos respondentes do grupo 3 ao Parque Ambiental.

Categorias	Respondentes	%
Sim	101	70,14
Não	43	29,86

Desde 1993, o Parque Ambiental funciona como área verde para a contemplação da fauna e da flora local e para o desenvolvimento de atividades educacionais e científicas. A tabela 44 mostra que 70,14% dos entrevistados que residem no bairro Mocambinho I, já visitaram alguma vez o Parque Ambiental. Comparando com as demais comunidades entrevistadas, para o bairro Mocambinho o Parque despertou maior interesse por parte da população em conhecê-lo, embora aproximadamente 30% da população ainda não o tenha visitado. Pode-se inferir aos

dados apresentados o fato de a entrada principal do Parque está voltada para esse bairro que, de certa forma, apresenta um dos seus principais atrativos, que é o Museu de História Natural (Figura 23).



Figura 23 – Visitantes do bairro Mocambinho I; entrada pelo Museu de História Natural.

Fonte: Livia Tátia dos Reis Martins, 2009.

Tabela 45 – Frequência com que os respondentes do grupo 3 visitam o Parque.

Categorias	Respondentes	%
Uma ou mais vezes por mês	13	9,03
Quatro ou onze vezes por ano	8	5,56
Uma a três vezes por ano	54	37,50
Apenas duas ou três vezes	10	6,94
Apenas uma única vez	16	11,11
Nunca visitaram o Parque	43	29,86

Os resultados apresentados na tabela 45, referentes ao grupo 3, corroboram com os apresentados pelos demais grupos. A maioria dos informantes do Mocambinho I raramente visita o Parque Ambiental (37,50%) e 11,11% destes estiveram uma única vez nesta área. Mas, em contradição com os respondentes dos grupos 1 e 2, 9,03% dos entrevistados do grupo 3 realizam visitas frequentes a esta Unidade de Conservação.

Tabela 46 – Motivo da visita dos respondentes do grupo 3 ao Parque.

Categorias	Respostas	%
Curiosidade	37	21,76
Contemplar a paisagem/natureza	21	12,35
Participar de reuniões/eventos/encontros/cursos	14	8,23
Visitas escolares	10	5,88
Passear com filhos e netos/lazer e diversão	10	5,88
Realizar trabalho escolar/pesquisas	7	4,12
Museu de História Natural	5	2,94
Local agradável e tranquilo	5	2,94
Fazer caminhada	5	2,94
Abastecimento de água	3	1,76
Adquirir mudas de plantas	2	1,18
Resgatar pássaro que voou para o Parque	2	1,18
Inauguração do Parque	2	1,18
Posto de vacinação	2	1,18
Devolver animais para o Parque	1	0,59
Prestar assistência/auxílio ao Parque	1	0,59
Não visitam o Parque	43	25,30

Nº de respondentes: 144

Nº de respostas: 170

Observando a Tabela 46, nota-se que os principais fatores que têm induzido o grupo 3 a frequentar o Parque Ambiental são: a curiosidade dos respondentes (21,76%); a observação da natureza por meio de passeios pelas trilhas do Parque (12,35%); e a participação dos entrevistados em reuniões, encontros, eventos e cursos (8,23%). As preferências deste grupo também podem ser observadas nos grupos anteriores.

Os residentes do bairro Mocambinho I, entrevistados, também visitaram o Parque em passeios promovidos pela escola (5,88%); ou com familiares, em busca de lazer e diversão (5,88%); ou para desenvolver algum trabalho escolar (4,12%); ou para visitar o Museu de História Natural (2,94%); ou para entrar em contato com um ambiente tranquilo, agradável (2,94%); e até mesmo para aproveitar o seu exterior, através de caminhadas no calçadão do Parque (2,94%).

G3 – R. 61: *“Fui conhecer mais o meio ambiente, mas faz tempo que não visito, porque acho sem atrativos”.*

G3 – R.63: “São os pássaros, as árvores, gosto de ver as mudas, é como se tivesse no interior, um ambiente muito saudável, bastante agradável, e faz muito bem para a saúde, o clima é ótimo”.

G3 – R. 95: “Eu vou lá quando falta água, quando tem encontros e já participei de um curso de arranjos de flores”.

G3 – R. 70: “Foi passeio da escola e também eu levei uma prima para conhecer”.

G3 – R. 60: “Fui levar os meus sobrinhos para visitar, que eles vieram de São Luis, eles vieram aqui pra casa aí eu fui levar eles lá”.

Tabela 47 – Opinião do grupo 3 sobre morar próximo ao Parque Ambiental.

Categorias	Respostas	%
Sim, por causa do clima, que é mais agradável	106	57,29
Sim, por causa da natureza, das árvores, dos animais	24	12,97
Sim, por causa da paisagem, da beleza interna e externa	11	5,94
Sim, por que aqui é um local sossegado	9	4,86
Sim, porque gosto de morar aqui, no bairro	8	4,32
Sim, por causa da calçada para caminhadas	4	2,16
Sim, pois o Parque é ponto de referência	3	1,62
Sim, porque ele só trás benefícios para a comunidade	3	1,62
Sim, porque o ar é melhor	3	1,62
Sim, porque é mais movimentado	2	1,08
Sim, ele não me incomoda	2	1,08
Sim, porque é um local de lazer	1	0,55
Sim, porque vou buscar água quando falta	1	0,55
Sim, por causa das visitas escolares	1	0,55
Sim, porque o muro do Parque me protege dos assaltos	1	0,55
Sim, pois gosto de visitá-lo	1	0,55
O Parque não faz diferença	5	2,70

Nº de respondentes: 144

Nº de respostas: 185

Conforme a tabela 47, os respondentes do grupo 3 reconhecem os benefícios recebidos pelo Parque ao justificarem o porquê da afinidade apresentada pelo lugar. Afirmam que gostam de morar próximo ao Parque, principalmente pelo clima agradável proporcionado pela sua vegetação (57,29%). Em seguida, observa-se a satisfação que estes apresentam por terem as árvores, os animais, a natureza presentes em suas vidas (12,97%), ou por simplesmente apreciarem a bela

paisagem do Parque (5,94%), demonstrando assim a satisfação de morar próximo a um lugar de beleza exuberante.

O Parque é visto como um local calmo e sossegado para 4,86% dos respondentes, e 4,32% dos entrevistados afirmam que gostam de morar neste bairro por causa da proximidade das suas residências com esta Unidade de Conservação.

A prática da caminhada é comum entre os moradores do Mocambinho, sobretudo porque a parte externa do Parque se encontra organizada para esta finalidade. Os respondentes percebem este benefício, conforme a tabela acima, ao fazerem referência a esta atividade (2,16%).

Embora os respondentes do grupo 3 se sintam satisfeitos ainda com as relações positivas que eles estabelecem com o Parque, a citar: porque o Parque serve de ponto de referência (1,62%); porque só trás benefícios para os moradores (1,62%); porque com ele podem respirar um ar melhor, mais puro (1,62%); porque o Parque movimentava o bairro (1,08%); porque o Parque é uma área de lazer (0,55%); porque quando falta água no bairro, podem pegar água do interior do Parque (0,55%); para 2,70% dos entrevistados a presença do Parque próximo às suas residências não faz diferença.

G3 – R. 61: *“Sim, porque ele proporciona um clima mais agradável”.*

G3 – R. 64: *“Sim, o clima é bem melhor e me sinto mais perto da natureza”.*

G3 – R. 1: *“Sim, devido ao tempo, a arborização e benefícios que a natureza possa trazer para a população”.*

G3 – R. 49: *“Gosto sim, por conta da regulação térmica e por causa do calçadão de Cooper”.*

G3 – R. 125: *“sim, o clima é gostoso e a área verde é bonita”.*

G3 – R. 66: *“Sim, porque é mais movimentado, é mais seguro desse lado e também mais valorizado”.*

Tabela 48 – Conhecimento dos Respondentes do grupo 3 sobre as funções do Parque Ambiental de Teresina.

Categorias	Respostas	%
Não soube responder	78	41,27
Sim, observar/contemplar a paisagem	43	22,75
Sim, caminhadas/trilhas	20	10,58
Sim, preservar a natureza	15	7,94
Sim, realizar trabalhos escolares/pesquisar	13	6,88

Sim, participar de palestras/reuniões/seminários/cursos	11	5,82
Sim, atividades de lazer e esporte	4	2,11
Sim, adquirir mudas	2	1,06
Sim, visitar o Museu de História Natural	2	1,06
Sim, dessecar animais	1	0,53

Nº de respondentes: 144
Nº de respostas: 189

Conforme a tabela 48, 41,27% dos respondentes do grupo 3 não sabem quais as atividades que podem ser desenvolvidas dentro do Parque. Os moradores do bairro Mocambinho que participaram da pesquisa, e que disseram ter conhecimento destas atividades, citaram: que a natureza e, conseqüentemente, as paisagens produzidas por ela podem ser contempladas (22,75%); que também é permitido caminhar pelas trilhas que entrecortam a vegetação do Parque ou mesmo o seu calçadão externo (10,58%); que não é permitido jogar lixo no Parque ou maltratar os animais (7,94%); que o parque está aberto para a realização de pesquisas e trabalhos escolares (6,88%); que o Parque pode sediar palestras, cursos, seminários e reuniões (5,82%); entre outras atividades.

G3 – R. 14: *“Passeios, saber os tipos de fauna e flora existentes no Parque”.*

G3 – R. 17: *“Ajudar a mantê-lo limpo, não quebrar as árvores”.*

G3 – R. 43: *“Podem fazer visitas ao museu, percorrer as trilhas, passeios escolares e distribuição de mudas”.*

G3 – R. 57: *“Eu sei que os alunos visitam, tem animais que as pessoas podem ver”.*

G3 – R. 62: *“Serve para fazer visitas escolares, seminários religiosos, etc.”.*

G3 – R. 81: *“Não sei, pois não há nada”.*

G3 – R. 92: *“Passei uma vez e vi que estavam oferecendo aula de música”.*

G3 – R. 96: *“Passeios, trilhas, visitas na estrutura física e alguns cursos ou palestras”.*

Tabela 49 – Opinião dos Respondentes do grupo 3 sobre a situação do Parque.

Categorias	Respondentes	%
Não conhece o Parque	43	29,86
Está muito conservado	16	11,11
Está razoavelmente conservado	61	42,36
Está degradado	16	11,11
Está muito degradado	4	2,78
Não soube responder	4	2,78

Os dados da tabela 49 mostram que os respondentes do bairro Mocambinho concordam com os resultados apresentados pelos grupos anteriores, no que diz respeito à situação atual do Parque Ambiental, ao considerarem que o mesmo se encontra razoavelmente conservado (42,36%). Para 11,11% dos entrevistados esta unidade encontra-se muito conservada; mas outros 11,11% consideraram a área degradada; e ainda 2,78% disseram que o Parque se encontra em estado avançado de degradação.

Tabela 50 – Opinião dos Respondentes do grupo 3 sobre a responsabilidade pela conservação do Parque Ambiental de Teresina.

Categorias	Respostas	%
Prefeitura	66	39,29
Sociedade/Cidadãos	22	13,10
Autoridades	18	10,71
Funcionários do Parque	16	9,52
Moradores/Comunidade	11	6,55
Governo Federal/IBAMA	10	5,95
Visitantes	5	2,98
Órgãos do Meio Ambiente	4	2,38
Não soube responder	16	9,52

Nº de respondentes: 144
Nº de respostas: 168

A tabela 50 demonstra que 39,29% dos respondentes do bairro Mocambinho I consideram que é dever da Prefeitura preservar o Parque Ambiental, por se tratar de um parque urbano. Para 13,10% dos respondentes do grupo 3, esta Unidade deve ser conservada por todos os cidadãos. Esta categoria já foi mais expressiva neste grupo, demonstrando assim um maior nível de conscientização ambiental por parte destes. 10,71% dos inquiridos disseram que as autoridades, seja municipal, estadual ou federal, devem mobilizar-se para promover a preservação desta Unidade. 9,52% responderam que são os funcionários do Parque que devem promover a sua conservação. Para 6,55% dos entrevistados a responsabilidade pela preservação do Parque é da comunidade; para 5,95% é do IBAMA; e para 2,98% é daquele que visita, uma vez que este se encontra em contato direto com a área verde.

Tabela 51 – Como os Respondentes do grupo 3 imaginam o seu bairro sem o Parque Ambiental de Teresina.

Categorias	Respostas	%
Seria pior, mais quente	39	23,93
Ruim	37	22,70
Ruim, o bairro perderia sua identidade, o verde	14	8,59
Seria pior, não teríamos ar puro por perto	10	6,13
Seria pior, pois ficaríamos sem local de lazer	9	5,52
Ruim, pois não teria essa paisagem, as árvores	6	3,68
Seria pior, poluído e com novas habitações	4	2,46
Ruim, o bairro ficaria vazio/isolado	4	2,46
Ruim, o bairro seria parado, sem “graça”, triste	4	2,46
Ruim, pois os estudantes do bairro ficaram sem local para as suas pesquisas	3	1,84
Ruim, pois o Parque serve de referência	2	1,23
Ruim, pois o bairro ficaria desvalorizado	2	1,23
Ruim, seria mais barulhento	2	1,23
Ruim, pelos benefícios que o Parque trás a comunidade	1	0,61
Seria pior, pois o Parque trás segurança	1	0,61
Péssimo, deixaria até de morar aqui	1	0,61
Ruim, porque é uma Unidade de conservação	1	0,61
Seria melhor, por causas dos marginais que lá se escondem	2	1,23
Melhor, ficaria mais urbanizado	1	0,61
Melhor, pois teria habitações no local	1	0,61
Não haveria diferença	12	7,36
Não soube responder	7	4,29

Nº de respondentes: 144

Nº de respostas: 163

Os respondentes do grupo 3, conforme a tabela 51, afirmaram que sem o Parque o bairro seria muito mais “quente” (23,93%); que seria muito ruim não tê-lo por perto (22,70%), pois o Parque tem sido um dos motivos para permanecerem no bairro. Acrescentaram ainda que o bairro perderia sua identidade sem o verde que se encontra encravado em seu interior (8,59%); que não teriam ar puro por perto (6,13%); que ficariam sem um local de lazer (5,52%); ou que o bairro perderia a paisagem que possui com a retirada do Parque (3,68%).

G3 – R. 18: “Seria mais quente ainda”.

G3 – R. 30: “Ruim, ficaria poluído, acabaria com a natureza e pessoas desconhecidas habitariam o terreno”.

G3 – R. 56: “Se tornaria mais quente; perderíamos um local de encontros, e não teríamos uma fonte de pesquisas”.

G3 – R. 61: “Um bairro sem atrativo, um clima mais desagradável e um ar mais poluído”.

G3 – R. 94: “Seria mais quente e não teria essa vista bonita”.

G3 – R. 111: “Péssimo, deixaria até de morar aqui”.

G3 – R. 118: “Iria ficar ruim porque tem as árvores e as pessoas respiram melhor”.

G3 – R. 129: “Ruim, pois é uma área de lazer para as pessoas; é uma área de conservação da natureza, de preservação”.

Tabela 52 – Opinião dos Respondentes do grupo 3 sobre a possibilidade de mudança do seu bairro por causa do Parque Ambiental de Teresina.

Categorias	Respostas	%
Não, ele não prejudica em nada para mim	48	32,21
Não, eu gosto do Parque e de morar perto dele	42	28,19
Não, por causa do clima mais agradável	18	12,08
Não, porque é um local tranquilo	3	2,02
Não, pois com o Parque respiramos um ar melhor	3	2,02
Não, por servir de lazer e pelos serviços oferecidos	3	2,02
Não, por causa da beleza do Parque	2	1,34
Não, ele valoriza o bairro	2	1,34
Não, porque é uma área verde	2	1,34
Não, pois é um local de atividades escolares	1	0,67
Não, porque o Parque trás benefícios para a comunidade	1	0,67
Não, porque o Parque é um local de visitação	1	0,67
Não, o Parque é indiferente para mim	1	0,67
Sim, gostaria de um lugar melhor	2	1,34
Sim, se tivesse problemas com o Parque	1	0,67
Não, sem justificar	19	12,75

Nº de respondentes: 144

Nº de respostas: 149

Os respondentes do grupo 3, conforme os dados da tabela 52, quando consultados sobre a possibilidade de se mudarem por causa do Parque (32,21%) disseram que não desejam trocar de endereço, pois o Parque não os prejudica em nada; 28,19% responderam que gostam do Parque e da proximidade das suas

residências com o mesmo; 12,08% justificaram que não trocariam de moradia porque são beneficiados com o clima mais agradável proporcionado pelo Parque; ou porque a sua presença torna o bairro um local mais tranquilo (2,02%); ou por considerarem que respiram um ar mais puro com o Parque por perto (2,02%); e ainda por reconhecerem as atividades de lazer oferecidas e os serviços prestados por esta Unidade de Conservação (2,02%).

G3 – R. 9: “Não, porque eu gosto de morar perto do Parque”.

G3 – R. 13: “Não, porque ele serve de lazer e pelos trabalhos que ele oferece”.

G3 – R. 18: “Não, porque o Parque proporciona um clima mais fresco”.

G3 – R. 45: “Não, o Parque não interfere, pelo contrário, não são todas as áreas que possuem essa área verde”.

G3 – R. 62: “Não, pois ele faz com que nós respiremos melhor”.

G3 – R. 85: “Não, porque ele tem um verde que traz tranquilidade”.

Tabela 53 – Participação dos Respondentes do grupo 3 em movimentos para solucionar problemas relacionados ao Parque Ambiental de Teresina.

Categorias	Respondentes	%
Sim, limpeza do Parque, pela associação de moradores	1	0,69
Não	143	99,31

Os dados da tabela 53 expressam que os respondentes do grupo 3, em sua quase totalidade (99,31%), nunca participaram de movimentos e/ou reuniões que objetivassem a proteção do Parque Ambiental. Apenas (0,69%) dos entrevistados disseram ter participado da limpeza da área desta Unidade de Conservação, quando foram convocados pela associação de moradores do seu bairro.

Tabela 54 – Sugestões dos Respondentes do grupo 3 para melhoria do Parque.

Categorias	Respostas	%
Que reformassem, para melhorar a visitação	34	16,75
Que divulgassem mais o Parque	23	11,33
Que houvesse mais opção de lazer para as crianças, como atividades esportivas	16	7,88
Que conservassem mais, cuidassem mais da natureza, que impedissem que a população jogue lixo no Parque	15	7,39
Que o Parque fosse mais acessível, aberto a população, principalmente aos domingos	14	6,90

Mais segurança	14	6,90
Que promovessem mais atividades/atrativos para a população	14	6,90
Não mudaria nada	9	4,43
Que fosse mais arborizado	8	3,94
Que houvesse mais animais	8	3,94
Que tivesse mais infra-estrutura para visitação	6	2,96
Que realizassem uma limpeza no Parque	4	1,97
Que ampliassem o calçadão	3	1,48
Que tivessem guias durante a visitação	3	1,48
Que distribuíssem mudas	2	0,99
Que firmassem convênio com as escolas	1	0,49
Que construíssem uma praça no interior do Parque	1	0,49
Que aumentassem a área do Parque	1	0,49
Que houvesse mais palestras no Parque	1	0,49
Que tivesse mais equipamentos, como o zoobotânico	1	0,49
Não quis sugerir	25	12,31

Nº de respondentes: 144

Nº de respostas: 203

Os moradores do Bairro Mocambinho, conforme a tabela 54, citaram as seguintes sugestões para a área do Parque Ambiental: que reformassem o Parque por completo, a fachada (Figura 24), as dependências administrativas, o Museu de História Natural (Figura 25), entre outros (16,75%); que divulgassem mais o Parque, os seus atrativos, as suas funções, etc. (11,33%); que houvesse mais opção de lazer para as crianças, como quadras esportivas, brinquedos, guias com atividades educativas, entre outras opções (7,88%); que cuidassem mais do Parque, por exemplo, da sua limpeza, impedindo que as pessoas joguem lixo para o seu interior (7,39%).

Os respondentes do grupo 3 demonstraram ainda interesse em que o Parque fosse mais acessível à população (6,90%), inclusive abrindo suas portas aos domingos; que houvesse mais segurança em seu interior, principalmente durante o passeio pelas trilhas (6,90%); que os administradores do Parque planejassem a oferta de mais atividades de lazer e atrativos para a população que visita este espaço (6,90%).

Outros desejam que o Parque seja mais arborizado (3,94%); que tenha mais animais a serem contemplados durante as visitas (3,94%); que o Parque se

prepare melhor, em termos de infra-estrutura, para receber os visitantes (2,96%); e que seja feita uma limpeza da área do Parque (1,97%); entre outras sugestões.

G3 – R. 1: *“Uma reforma para a separação da fauna e da flora, para melhorar a observação da população, dos estudantes; mudar a fachada”.*

G3 – R. 16: *“Propagandas para chamar a atenção, para que as pessoas visitem mais”.*

G3 – R. 19: *“Preservar mais, porque há moradores que jogam lixo lá dentro. Deve preservar, pois é justamente uma área de preservação”.*

G3 – R. 61: *“Faria eventos que motivassem a população a freqüentar mais o Parque, divulgar mais o trabalho, o que eles oferecem de atrativos”.*

G3 – R. 66: *“Deveriam fazer domingos de lazer para crianças. Investir em animais, plantas, outros atrativos”.*

G3 – R. 84: *“Investir em brinquedos para as crianças, mais conservação, vigilância e reforma”.*

G3 – R. 90: *“Abrir aos domingos para a população visitar, pois só está aberto para quem agenda ou escolas”.*

G3 – R. 92: *“Deveria ter bichos diferentes, cotia, jabuti, tatu, pavão, para as pessoas conhecerem. Coisas para tranqüilizar o espírito. Deveria criar uma área de lazer para os moradores, uma vez que não tem aqui próximo, locais de lazer”.*

G3 – R. 139: *“Modificaria a frente do Parque, uma coisa aberta, limpeza na parte de baixo do Parque”.*



Figura 24 – Fachada do Parque Ambiental de Teresina, considerada pelos moradores como deteriorada.

Fonte: Livia Tátila dos Reis Martins, 2009.



Figura 25 – Museu de História Natural. Funcionário do Parque retirando a água da chuva, que acumulou devido às goteiras existentes no teto.
Fonte: Lívia Tátilla dos Reis Martins, 2009.

5.2. Síntese dos resultados da pesquisa sobre a Percepção Ambiental dos residentes do entorno do Parque Ambiental de Teresina.

O conjunto de questões que foram respondidas pelos moradores do entorno da área do Parque Ambiental de Teresina, que versam sobre seus aspectos socioeconômicos e suas percepções ambientais serviu de base para as análises que se seguem.

Para os três grupos analisados, a pesquisa revelou a participação predominante de entrevistados do sexo feminino. Esses resultados justificam-se pelo fato dos questionários terem sido aplicados aos finais de semana e feriados, período em que as famílias estão reunidas em casa, sendo que as mulheres são mais receptivas a colaborar com pesquisas.

Os participantes desta pesquisa são indivíduos adultos maiores de 20 anos, com predomínio da faixa etária de 20 a 30 anos na análise conjunta dos grupos.

Em relação ao grau de escolaridade dos entrevistados, predominou as faixas “Ensino médio completo” e “Ensino fundamental incompleto” entre os grupos 1 e 3. Porém, a escolaridade mais expressiva entre os sujeitos do grupo 2 foi “Ensino fundamental incompleto”, com destaque para um percentual significativo de “Analfabetos” em relação aos demais grupos. Os respondentes do grupo 3 apresentaram o melhor nível de instrução entre os três grupos, com a inclusão de pessoas que apresentam “Ensino superior completo”.

Os resultados mostraram que as famílias entrevistadas, independente do lugar que ocupem, são consideradas de porte médio, em relação ao número de integrantes que as compõem, de 4 a 6.

As famílias participantes desta pesquisa, em sua maioria, residem nestes locais desde quando foram criados, como é o caso do bairro Mocambinho, ou ocupados de forma irregular, como as residências da Av. Duque de Caxias e da Rua Prof. Sinhá Borges, situadas nos limites do Parque.

A observação dos dados referentes à profissão dos respondentes nos permitiu inferir que muitos não dispõem de emprego fixo, ao informar que estão desempregados, ao se intitularem “do lar”, ao estarem aposentados, ou mesmo ao informar que são autônomos.

A renda líquida mensal das famílias dos grupos 1 e 3 entrevistadas varia de um até cinco salários mínimos, geralmente. Porém, as famílias do grupo 2 apresentam a menor renda líquida familiar entre os grupos, a maioria vive com um e, no máximo, dois salários mínimos.

Aproximadamente 30% dos residentes do entorno do Parque Ambiental entrevistados nunca estiveram presentes nesta Unidade de Conservação. Vale destacar que quando o Parque Ambiental foi instituído, as comunidades estudadas já se encontravam instaladas em seus arredores, pois sua área era de domínio do IBAMA. Evidencia-se, portanto, a falta de representatividade deste Parque, que não tem despertado o interesse sequer do seu entorno em conhecê-lo.

Constatou-se, ainda, que os grupos situados geograficamente mais próximos do Parque foram aqueles que apresentaram os maiores percentuais de respondentes que nunca visitaram esta área protegida, ou seja, os moradores da Av. Duque de Caxias (38,89%) e os da Rua Sinhá Borges (33,33%), do bairro Buenos Aires. O grupo representado pelos moradores do bairro Mocambinho mostrou-se o mais interessado em visitar o Parque (70,14%), portanto, este é o grupo que mais

tem valorizado esta área natural. Atribui-se este resultado ao fato de a entrada principal do Parque estar voltada para esse bairro, com acesso direto ao seu principal atrativo, que é o Museu de História Natural. Os resultados apresentados pelo grupo 3 podem ser corroborados com o depoimento da atual administradora do Parque, através da seguinte transcrição:

“eu fico pasma com pessoas aqui do Mocambinho que não conhecem o Parque. Um Parque enorme desse. Às vezes eu converso com pessoas daqui que dizem que não sabiam que tinha esse Parque aqui. O Parque aqui é mais visitado por turistas da Bahia, da França, do Rio de Janeiro, que quando vão ao Encontro dos Rios [Parque Municipal Encontro dos Rios] passam aqui, mas quem visita mais esse Parque é o pessoal de Teresina, das escolas municipal, estadual ou particular; recebemos também pessoas que desejam ministrar palestras, por causa do auditório”.

O Parque Ambiental não é uma área comumente procurada pela sua circunvizinhança. Para todos os grupos definidos, os estudos revelaram que raramente a comunidade do entorno procura pelo Parque, realizando de uma a três visitas por ano. A segunda categoria mais representativa mostrou que estes respondentes estiveram uma única vez nesta área protegida.

Os visitantes do Parque Ambiental estão representados especialmente por estudantes, cujas escolas da comunidade ou não, realizam seus agendamentos por meio de ofícios. Os moradores do entorno, dada outras ocasiões que não a citada acima, representam uma parcela diminuta de visitantes desta área protegida. As informações acima corroboram com o depoimento da atual administradora, através da transcrição abaixo:

“recebemos mais é escola. O número de visitantes varia, mas recebemos, em média, 150 (cento e cinqüenta) pessoas por mês. Contabilizamos as visitas por meio dos ofícios que recebemos que já informam a quantidade de alunos e professores, até para que a gente possa arrumar o auditório e organizar a equipe”.

A curiosidade dos respondentes, representada pelo desejo de saber como é o interior do Parque, quais são as atividades que podem ser realizadas em suas dependências, quais são os serviços oferecidos aos visitantes, foi levantada como o principal fator motivador que tem levado as comunidades ao Parque Ambiental. A

circunvizinhança também tem procurado o Parque pelo desejo de estar em contato com a natureza, de poder contemplá-la. Mas, em discordância com as funções primordiais de uma área protegida, existem aqueles que procuram pelo Parque, por exemplo, para serem atendidos pelo médico da família ou durante campanhas de vacinação, e ainda para buscar água, quando esta falta em suas residências. Portanto, dirigem-se às dependências do Parque e não a Unidade propriamente dita.

Os grupos estudados apresentam algumas opiniões diferenciadas em relação ao Parque Ambiental. Em todos os grupos, a preferência dos moradores pela proximidade das suas residências com o Parque deve-se ao clima, que é mais agradável, sendo percebido principalmente quando estes se aproximam da sua área. Essa função é percebida e atribuída às árvores que estão resguardadas no interior do Parque, porém as comunidades também reconhecem outros valores proporcionados pela vegetação, por exemplo, na purificação do ar, e assim desejam-na onipresente em suas vidas. Enquanto os residentes dos grupos 1 e 3 experienciam os benefícios proporcionados pela proximidade das suas residências com o Parque, os do grupo 2 dividem opiniões em relação a essa questão. Alguns membros expressaram a sua topofobia pelo Parque ao informar que se trata de uma área perigosa, mal cuidada, suja e abrigada por animais ofensivos.

Aproximadamente 50% dos entrevistados, em todos os grupos, disseram não ter conhecimento das funções, dos serviços oferecidos, do que é possível ou não realizar na área do Parque Ambiental de Teresina. Este desconhecimento pode ser um dos motivos desta Unidade não atrair a comunidade para os seus espaços. Alguns respondentes lembraram a necessidade de divulgar o Parque, não apenas no sentido de promovê-lo, mas de permitir que a população o conheça, que entenda a sua importância e que deseje, portanto, protegê-lo. As atividades mais citadas por aqueles que têm conhecimento dos atrativos desta Unidade foram: a possibilidade de contemplação da paisagem, que realizam ao percorrer as trilhas; o conhecimento de ações voltadas para a preservação do ambiente; o desenvolvimento de atividades didáticas e científicas, por meio da realização de passeios escolares e de pesquisas dos componentes da área; bem como a aquisição de mudas de plantas, cultivadas em seu interior pela Prefeitura, para a arborização de praças e jardins.

O Parque Ambiental foi criado em 1993, através de convênio firmado entre o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente – IBAMA e a Prefeitura de Teresina, para funcionar como um Jardim Botânico. Segundo a atual administradora do Parque:

“o objetivo maior que se tornou do Parque Ambiental é a preservação da natureza. Aqui também a gente dá aula de consciência ambiental, sendo esse o trabalho maior do Parque, o de conscientização ambiental. Por exemplo, a limpeza do Parque, aqui infelizmente os vizinhos sujam o Parque, então vem uma equipe e limpa todo o Parque e no outro dia tem lixo jogado aqui. A gente não tem mais o controle da limpeza do Parque; infelizmente os vizinhos daqui acham que aqui é depósito”.

A administração acrescentou ainda que a educação ambiental tem sido trabalhada durante as visitas, e todos os componentes da natureza servem para demonstrar a necessidade de preservação do meio, como citado abaixo:

“aproveitamos os animais empalhados para trabalhar a questão da preservação da fauna, falando que se não preservar, a fauna vai virar uma peça de Museu; falamos de desmatamento, por meio de palestras”.

Quando o Parque recebe um pedido de visita, geralmente já vem determinado no ofício de solicitação que atividades querem desenvolver dentro da unidade, a citar: palestra ambiental; conhecer a flora e a fauna, principalmente a domesticada; visitar o Museu de História Natural; passear pelas trilhas; entre outros, conforme foi informado pela administradora e transcrito abaixo:

“às vezes quando vem o ofício, no ofício já vem pedindo que quer uma palestra ambiental, então a gente já vai preparar a palestra ambiental; outro vem pedindo só para visitar o Parque, conhecer a fauna e a flora do Parque, então a gente prepara e faz isso. O que mais chama a atenção aqui é o museu taxidérmico, é um pequeno museu da Prefeitura e futuramente eu vou querer ajeitar. Quando o visitante vem o maior atrativo são os animais, esses animais que eu domestiquei, como o soim, que o visitante tem o prazer de dar a comida na boca do animal. O passeio nas trilhas é outro atrativo; eles ficam encantados com a questão do pau-brasil e do tamboril, que é uma árvore bem antiga que a gente tem aqui”.

Quanto ao estado de conservação do Parque Ambiental, todos os grupos concordaram que este se encontra de razoavelmente conservado a degradado. A administração do Parque reconhece que as dependências administrativas, o Museu de História Natural e as demais áreas necessitam urgentemente de cuidados. Acrescentou, ainda, que tem encontrado dificuldades para melhor gerir esta Unidade em função da falta de funcionários e de verbas enviadas pela Prefeitura, mas lembra que o maior problema enfrentado pelo Parque referente à sua conservação

encontra-se travado com a comunidade circunvizinha, por considerarem a área do Parque um depósito de lixo a céu aberto. Todavia, os gestores municipais compartilham desse mesmo pensamento quando enviam entulhos e sucatas, oriundos de obras realizadas na cidade, para serem depositados na área do Parque (Figura 26).



Figura 26 – Entulho e sucata depositados no interior do Parque Ambiental provenientes de obras realizadas na cidade de Teresina.
Fonte: Lívia Tátia dos Reis Martins, 2010.

Em função dos espaços ocupados, as comunidades 1 e 3 consideram que a responsabilidade de preservar o Parque é da Prefeitura, enquanto o grupo 2 considera como sendo do IBAMA. O grupo 3 está mais próximo do Parque pela entrada do Museu, que eles sabem que é de responsabilidade da Prefeitura. Já os respondentes do grupo 2 têm acesso ao Parque pelo portão do “IBAMA”, onde funcionou o escritório deste órgão e que hoje se encontra instalado o Departamento de Praças e Jardins, da Prefeitura, mas ainda assim o grupo associa a área do Parque ao IBAMA, considerando-o como o responsável pela conservação da Unidade. O grupo 1, dependendo da localização das residências, tem acesso mais próximo pelo portão do Museu, ou pelo portão do “IBAMA”. Vale ressaltar que,

embora com percentuais menos expressivos, a comunidade também se manifestou, nos três grupos, como sendo responsável pela preservação do Parque.

Os funcionários do Parque foram lembrados pelos três grupos respondentes como os responsáveis pela conservação desta área protegida. A administração da unidade reconhece que deve zelar pela preservação da área, mas lembra que o número de funcionários do Parque é bastante reduzido, principalmente para o serviço de limpeza das trilhas, que conta apenas com um único funcionário, e acrescenta ainda que,

“o homem é a bomba atômica do mundo. Aqui é só destruindo o Parque, é poluindo. Não tem noção que no fundo do quintal da casa dele já é o Parque. [...] A gente já procurou conversar, mas não adianta, é a educação, não tem. São poucos que tem. De repente você vai lá conversar, como a gente já tentou várias vezes, aí de repente um fica zangado com a gente, que acha que o Parque pode jogar lixo, aí depois vai fazer até alguma coisa contra a gente. [...] Eu tenho que bolar uma ideia para vê se esse pessoal respeita o Parque”.

Segundo a gestora da unidade, se a população contribuísse para a limpeza do Parque, não jogando lixo para o seu interior, poderia assim ser minimizado o problema da escassez de funcionários para tal função e, conseqüentemente, a comunidade também estaria contribuindo para a conservação do Parque.

A importância das árvores para amenizar o clima da região é reconhecida pelos respondentes dos três grupos, ao considerarem que o seu bairro sem o Parque por perto seria muito mais quente. Conseqüentemente, reconhecem que perderiam outro benefício proporcionado pelas árvores, que é a depuração do ar. Reconhecem ainda que com a retirada do Parque o bairro perderia sua identidade, que ficaria sem um local de visitaçãõ para turistas e estudantes, e que estes não teriam um espaço para realizaçãõ de suas pesquisas. Informaram que sem o Parque certamente haveria no lugar um conjunto habitacional, e que este traria um aumento da poluiçãõ sonora e da criminalidade. Os respondentes do grupo 2 dividem opiniões relacionadas a esta questãõ. Enquanto alguns entendem, como os demais grupos, que a retirada do Parque para a construçãõ de habitações acarretaria nesses prejuízos, outros informaram que seria bem melhor se houvesse casas no local do Parque, pois o mesmo não serve pra nada e não teriam que conviver com “mato”, insetos, bichos e outras coisas ruins.

Quando consultados sobre a possibilidade de saída do bairro onde moram por causa do Parque, a quase totalidade dos respondentes do grupo 3 e todos do grupo 1 disseram não enxergar esta área natural como um empecilho à sua permanência nas proximidades, pelo contrário, muitos disseram que lá se encontram por causa do bairro ou do próprio Parque, isto é, dos benefícios proporcionados pelo mesmo. Alguns respondentes do grupo 2 concordam com os demais grupos entrevistados, mas outros expressaram o desejo de deixar o bairro por considerarem a proximidade das suas casas com o Parque algo perigoso, justificado pelo fato de os bandidos se esconderem em seu interior, pela sujeira acumulada, pelos insetos e outros vetores de doenças que são atraídos pelo lixo existente, pelas cobras e outros animais que invadem as suas residências, entre outros.

A pesquisa evidenciou que a circunvizinhança não participa das tomadas de decisões relacionadas ao Parque Ambiental. Todos os entrevistados, nos três grupos, colocaram que nunca foram convidados pela administração do Parque para participar de reuniões e/ou atividade destinadas a solucionar problemas ou para trazer alguma melhoria para esta área natural protegida. Os inquiridos que participaram de alguma atividade em prol do Parque, disseram terem sido convidados pela associação de moradores do bairro. A administração do Parque relatou desempenhar um trabalho que busca envolver a comunidade, porém a circunvizinhança é que não tem comparecido.

Quando consultada sobre a relação estabelecida entre o Parque Ambiental e o seu entorno, a administradora da unidade colocou que,

“praticamente não tem, porque a gente já tentou por várias vezes manter um contato, tanto é que aqui eu faço distribuição de cestas básicas para poder agradar, para ter uma ponte de amizade, mas eu não consegui ainda. Eu não sei como faço para manter amizade, para não sujarem o Parque, porque a minha preocupação com os vizinhos é manter o Parque limpo, coisa que eu não consegui ainda. [...] Então a relação é quase nenhuma, a relação que a gente tem é quando a gente vai distribuir cestas, aí todo mundo tá aqui. Só nesse momento que lembram que tem um Parque no Mocambinho”.

Por fim, o que a comunidade deseja/espera para o Parque Ambiental de Teresina? A pesquisa constatou que, na opinião dos entrevistados, a área natural necessita de cuidados especiais, que os responsáveis pela administração da Unidade devem comprometer-se mais com a questão da limpeza em todo o espaço

e com a conservação das dependências existentes na área construída. Alguns comentaram que o acúmulo de lixo atrai insetos que são vetores de doenças, e que uma reforma irá melhorar a aparência do Parque, atraindo assim a população para os seus espaços.

Outro ponto importante constatado por esta pesquisa é que existe uma percepção errada da circunvizinha em relação à finalidade maior desta área natural. Muitos sugeriram que o Parque deveria ofertar mais opções de lazer, como quadras poliesportivas, *playgrounds*, área para piquenique, à semelhança do Parque Zoobotânico, mas o objetivo maior do Parque Ambiental não é o lazer, e sim resguardar o patrimônio botânico da região e permitir o desenvolvimento de atividades educacionais e científicas.

Com este trabalho também ficou explícito que os residentes do entorno do Parque Ambiental são receosos em relação ao mesmo, no que se refere aos marginais que se escondem por entre a vegetação, pois desejam que o muro do Parque seja alteado e que haja mais segurança no local. Alguns respondentes mostraram-se insatisfeitos com o fato de alguns animais invadirem as suas residências, como é o caso das cobras, sugerindo para isso que tampassem os furos do baldrame do muro.

Também foi possível observar que a população entrevistada quer que o Parque Ambiental seja mais divulgado, que as pessoas, principalmente as da comunidade, desejam conhecê-lo. Acrescentaram, ainda, que a administração deve permitir essas visitas, abrindo as portas do Parque, principalmente aos domingos. E ainda, embora uma parcela mínima, alguns respondentes desejam participar mais das ações do Parque.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.

O Parque Ambiental de Teresina é uma Unidade de Conservação que apresenta uma área de 36 hectares, criada com o propósito de resguardar o patrimônio botânico da região e de oportunizar a execução de trabalhos didáticos e científicos, bem como o desenvolvimento de atividades que sensibilizem a população para a preservação da natureza. Situado no meio urbano, o Parque Ambiental tem os seus limites estabelecidos com as comunidades dos bairros Mocambinho e Buenos Aires, localizadas na zona norte da cidade de Teresina, Piauí.

A referida pesquisa buscou realizar uma investigação da percepção ambiental dos residentes do entorno do Parque Ambiental de Teresina em relação às distintas funções exercidas por esta área natural protegida. A identificação desse conhecimento poderá subsidiar futuros projetos de cunho ambiental para esta unidade, que envolvam especialmente as comunidades circunvizinhas e assegurem a manutenção e a conservação do Parque Ambiental.

A abordagem qualitativa, pautada na fenomenologia, revelou aspectos importantes do cotidiano dos moradores, aqui apresentados como a percepção da coletividade e, levando em conta os resultados obtidos, é possível tecer as seguintes considerações finais:

O Parque Ambiental de Teresina, embora esteja situado no meio urbano, isto é, nas proximidades de muitas residências dos bairros Buenos Aires e Mocambinho parece não ter muito significado para a população, principalmente para as que estão na circunvizinhança, pois é considerado relevante o número de respondentes que participaram desta pesquisa que não conhecem essa área natural, apesar de muitos já residirem nesses espaços muito antes da criação do Parque.

No discurso dos moradores do entorno do Parque Ambiental e nos relatos da administradora da área pode-se revelar que os visitantes desta unidade estão representados, essencialmente, por estudantes de instituições de ensino da comunidade ou não, que por meio de passeios escolares exploram estes espaços. O descaso expressado pela circunvizinhança é reflexo do desconhecimento que apresentam das funções atribuídas ao Parque Ambiental, bem como da sua importância para a melhoria da qualidade de vida da população. A pesquisa revelou

que aproximadamente 50% dos entrevistados não têm conhecimento das funções do Parque Ambiental e que a curiosidade é o principal fator motivador das visitas da comunidade, porém depois de “conhecerem” raramente retornam a área do Parque, ou até procuram por este novamente, mas para a realização de atividades indiretas, como pegar água para abastecer as suas casas, por exemplo.

Muitas vezes a presença de uma área natural nas proximidades de residências não é percebida como prioritária, embora se tenha certo grau de conhecimento dos benefícios sociais e ambientais proporcionados por esses espaços, principalmente no meio urbano. Em todos os grupos, a maioria dos respondentes reconheceu que o clima da região é mais agradável pela presença do Parque, porém os representantes do grupo 2 dividiram opiniões com relação a afetividade pelo lugar, por conviverem com alguns infortúnios, que segundo eles são proporcionados pelo Parque, mas que muitas vezes decorrem das ações dos próprios moradores, como é o caso do mal cheiro provocado pelo acúmulo de lixo próximo ao muro que separa o Parque das suas residências.

Embora seja um tema freqüente nos discursos políticos, a conservação da natureza parece não ser prioridade para os governantes do nosso país, nem mesmo para os gestores públicos de Teresina. A responsabilidade administrativa do Parque Ambiental de Teresina é da prefeitura. Porém, estes espaços são cada vez menos lembrados nos programas de desenvolvimento propostos pelo governo, pois sofrem com a carência de funcionários, com a escassez de verbas para a manutenção e conservação do Parque e para a execução de projetos de educação e interpretação ambiental, sem contar com o descaso ao cumprimento da legislação ambiental vigente.

Estudos têm mostrado que o exterior de uma Unidade de Conservação exerce forte influência no que se quer conservar em seu interior. A administração do Parque Ambiental revelou que a população circunvizinha tem muito a contribuir para a preservação desta área natural, assim como os participantes desta pesquisa colocaram que nunca foram convidados a conhecer e a participar dos programas e/ou projetos de conservação do Parque.

Outro dado importante revelado pela pesquisa refere-se à percepção errônea que a circunvizinha apresenta sobre os objetivos do Parque Ambiental de Teresina. Talvez essa ideia sobre o Parque exista em função de uma confusão apresentada pela sua tipologia. A categoria Parque representa espaços que, entre outras

finalidades, promovem a oferta de atividades recreativas e esportivas, e geralmente estão abertos aos finais de semana para o lazer do público em geral, conforme o regulamento da área. Quando perguntados sobre o que poderiam sugerir para melhorar ou modificar o Parque Ambiental, muitos respondentes manifestaram o desejo de que esta área pudesse ofertar mais opção de lazer, por meio da construção de quadras esportivas e de *playgrounds*, e de áreas de piquenique; e que pudessem ter mais acesso ao Parque, principalmente aos domingos. Todavia, o Parque Ambiental foi criado com o propósito de resguardar o patrimônio botânico da região e de permitir o desenvolvimento de atividades didáticas e científicas.

Dessa forma, diante das conclusões obtidas com o presente estudo da percepção ambiental dos residentes do entorno do Parque Ambiental de Teresina pode-se tecer algumas recomendações:

- Considerar esse estudo acerca da percepção e do conhecimento da população em relação ao Parque Ambiental na elaboração de programas de conservação desta área protegida;
- Valorizar e promover a ideia da importância da participação da comunidade circunvizinha ao Parque Ambiental nas discussões referentes a esta unidade de conservação;
- Elaborar o plano de manejo para o Parque Ambiental, com a apresentação do zoneamento da área e conseqüente definição das ações de planejamento, gestão participativa, conservação e educação ambiental a serem desenvolvidas em cada zona;
- Fortalecer a política de criação e gerenciamento de Unidades de Conservação no município de Teresina, como forma de superar sérios problemas, inclusive o de categorização, que ficou evidenciado nesta pesquisa;
- Organizar palestras, fóruns e cursos de capacitação para as pessoas envolvidas com o Parque Ambiental, como forma de auxiliar a proposição de medidas e as tomadas de decisões para esta área natural;
- Viabilizar o cumprimento da legislação referente às áreas naturais protegidas, especialmente às relacionadas aos parques;
- Incentivar a oferta de programas de interpretação e educação ambiental, como forma de sensibilizar e despertar a consciência ambiental,

especialmente dos visitantes e dos residentes do entorno do Parque Ambiental;

- Despertar o interesse da população pelas áreas naturais protegidas de Teresina, por meio da promoção de suas funções e da importância das mesmas para os cidadãos;
- Ampliar os estudos referentes ao tema, como forma de contribuir para a melhoria dos processos que conduzem as relações homem e natureza.

Vale ressaltar, ainda, como limitação para a realização desta pesquisa, a dificuldade encontrada em obter trabalhos científicos voltados para a análise da percepção da circunvizinhança de áreas naturais protegidas consideradas resquícios de ecossistemas representativos em meio urbano, decorrentes do avançado processo de urbanização, além de material bibliográfico e documental com informações relevantes dos parques da cidade de Teresina, especialmente do Parque Ambiental.

Assim, esperamos que esta pesquisa contribua com as atuais discussões sobre a percepção de comunidades situadas no entorno de áreas naturais protegidas, no que se refere a importância dada a esses lugares e a identificação das distintas funções atribuídas a estes espaços, com vistas a promoção da conservação do ambiente, e que motive outras pesquisas e aprofunde questionamentos em busca de soluções mais sensatas e eficazes para o estabelecimento de qualidade ambiental e de vida para a sociedade como um todo.

BIBLIOGRAFIA.

• LIVROS

ALENCAR, Eunice, M. L. S. **Psicologia**: introdução aos princípios básicos do comportamento. 13ª ed. Petrópolis: Vozes, 2003. 200p.

ARAÚJO, Marcos Antonio Reis. **Unidades de conservação no Brasil**: da república à gestão de classe mundial. Belo Horizonte: SEGRAC, 2007. 272p.

BENSUSAN, Nurit. **Conservação da biodiversidade em áreas protegidas**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. 176 p.

BEZERRA, M^a do C. de L. & MUNHOZ, T. M. T. (coord.). **Gestão dos Recursos Naturais**: subsídios à elaboração da Agenda 21 brasileira. Brasília: Ministério do Meio Ambiente; Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Renováveis; Consórcio TC/BR/FUNATURA, 2000. 200 p.

BRASIL. Lei nº 9985, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225. § 1º. Incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 19 jul. 2000.

BRITO, Francisco A. & CÂMARA, João B.D. **Democratização e gestão ambiental**: em busca do desenvolvimento sustentável. Petrópolis: Vozes, 1998. 332 p.

COSTA, J. M. **Levantamento florístico do cerrado no interior do Parque Ambiental de Teresina, Piauí**. Teresina: UFPI, 2000. 10 p.

COSTA, Patrícia C. **Unidades de conservação**: matéria-prima do ecoturismo. São Paulo: Aleph, 2002. 163p.

COTRIM, Gilberto. **História global: Brasil e geral**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 1999. 527 p.

DEMATTÊ, Maria Esmeralda S. P. **Princípios de paisagismo**. 3ª ed. Jaboticabal: Funep, 2006. 144p.

DIEGUES, A. C. S. **O mito moderno da natureza intocada**. 3. ed. São Paulo: HUCITEC, 2000. 169 p.

DOUROJEANNI, M. J. & PÁDUA, M. T. J. **Biodiversidade: a hora decisiva**. Curitiba: UFPR, 2001. 308 p.

GIANSANTI, R. **O desafio do desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Atual, 1998. 112 p.

LAPOIX, F. Cidades verdes abertas. In: CHARBONNEAU, J. P. *et al.* (Ed.) **Enciclopédia de ecologia**. São Paulo: EPU, 1979. p. 324-336.

LEFF, E. **Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001. p. 15-31.

LÉVÊQUE, Christian. **A biodiversidade**. Bauru: EDUSC, 1999. 246 p.

MACEDO, Sílvia S.; SAKATA, Francine G. **Parques Urbanos no Brasil**. 2ª ed. São Paulo: EDUSP, 2003. 207p.

MEDEIROS, João de D. Criação de unidades de conservação no Brasil. In: ORTH, Dora & DEBETIR, Emiliana (Orgs). **Unidades de conservação: gestão e conflitos**. Florianópolis: Insular, 2007. Cap. 3, p.67-88.

MENDONÇA, Francisco de A. **Geografia e meio ambiente**. 8ª ed. São Paulo: Contexto, 2008. 80 p.

MENESES, R. S. de. **Teresina vista do céu**. Teresina: Robert Meneses, 2009. 44 p.

MOREIRA, H & CALEFFE, L. G. **Metodologia da pesquisa para o professor pesquisador**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006. 248 p.

MORSELLO, Carla. **Áreas protegidas públicas e privadas: seleção e manejo**. São Paulo: Annablume: Fapesp, 2001. 344p.

OLIVEIRA, L. & MACHADO, L. M. C. P. Percepção, cognição, dimensão ambiental e desenvolvimento com sustentabilidade. In: VITTE, A. C. & GUERRA, A. J. T. (orgs). **Reflexões sobre a geografia física no Brasil**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. Cap. 5. p.129-152.

OLIVEIRA, M. M. **Como fazer pesquisa qualitativa**. Petrópolis (RJ): Vozes, 2007. 182 p.

PENNA, Antonio G. **Percepção e realidade: introdução ao estudo da atividade perceptiva**. Rio de Janeiro: Imago, 1997. 188 p.

PHILLIPS, A. (Ed.) **Management Guidelines for IUCN Category V. Protected Áreas: Protected Landscapes / Seascapes**. IUCN Gland, Switzerland and Cambridge, UK, 2002. xv + 122 p.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERESINA. **Parques e reservas ecológicas da cidade de Teresina: patrimônio ecológico da população**. Teresina: PMT, 1998.

RODRIGUES, A. B. **Turismo e espaço: rumo a um conhecimento transdisciplinar**. São Paulo: HUCITEC, 1997. 158 p.

RODRIGUES, José E. R. **Sistema Nacional de Unidades de Conservação**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005. 205p.

SANTAELLA, Lúcia. **A percepção: uma teoria semiótica**. 2ª ed. São Paulo: Experimento, 1998. 120p.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987. 91-144 p.

TUAN, Yi-fu. **Paisagens do medo**. São Paulo: UNESP, 2005. 374p.

TUAN, Yi-fu. **Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente**. São Paulo: Difel, 1980. 288p.

• TESES E DISSERTAÇÕES

COUTO, Márcia N. C. **Percepção ambiental de grupos representativos da comunidade de Itaoca, São Gonçalo/RJ**. 2006. 68f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental. Disponível em: <<http://www.uff.br/cienciaambiental/dissertações/MNCCouto.pdf>> Acesso em: 08 jul. 2008.

DE FIORI, Andréia. **Ambiente e educação: abordagens metodológicas da percepção ambiental voltadas a uma unidade de conservação**. 2002. 96f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de São Carlos, Programa de Pós-Graduação em Ecologia e Recursos Naturais. Disponível em: <http://www.bdtf.ufscar.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=33> Acesso em: 08 jul. 2008.

ESCADA, Maria Isabel S. **Utilização de técnicas de sensoriamento remoto para o planejamento de espaços livres urbanos de uso coletivo**. 1992. 122f. Dissertação (Mestrado) – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, São José dos Campos. Disponível em: <<http://mtc-m12.sid.inpe.br/col/sid.inpe.br/iris@1912/2005/07.19.23.03/doc/publicacao.pdf>> Acesso em: 28 mai. 2010.

MONTEIRO, Juliana P. R. **Hortas comunitárias de Teresina: alternativa econômica, social e ambiental?** 2005. 127 p. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Piauí, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente. Disponível em: <http://www.ufpi.br/mestambiente/arquivos/file/dissertacao/20051/juliana_portela/Hortas_Comunitarias_Teresina_Alternativa_economica_social_ambiental.pdf> Acesso em: 30 abr. 2009.

PALMA, Ivone R. **Análise da percepção ambiental como instrumento ao planejamento da educação ambiental.** 2005. 67f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Minas, Metalúrgica e de Materiais. Disponível em: <http://giga.ea.ufrgs.br/dissertação_ivone_palma.PDF> Acesso em: 08 jul. 2008.

PINHEIRO, Evandro S. **Percepção ambiental e a atividade turística no parque estadual do Guateté – Tibagi, PR.** 2004. 143f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná, Programa de Pós-Graduação em Geografia. Disponível em: <<http://www.dspace.c3sl.ufpr.br:8080/dspace/bitstream/1884/1908/1/Evandro.pdf>> Acesso em: 08 jul. 2008.

SAMMARCO, Yanina M. **Percepções sócio-ambientais em unidades de conservação: o jardim de Lillith?** 2005. 211f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em Engenharia Ambiental. Disponível em: <http://material.nerea-investiga.org/publicacoes/user_142/FICH_PT_50.pdf> . Acesso em: 19 mai. 2009.

SOARES, Sandra M. V. **A percepção ambiental da população noronhense em relação à área de preservação ambiental.** 2005. 96f. Monografia (Especialização) – Universidade Federal Rural de Pernambuco, Programa de Pós-Graduação em Gestão e Política Ambiental. Disponível em: <<http://www.noronha.pe.gov.br/downloads/projetos/perc-ambiental.pdf>> Acesso em: 08 jul. 2008.

SOUSA, C. A. V. de. **Contribuições para o planejamento socioambiental da mineração de areia no rio Poti, Teresina-PI**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Universidade Federal do Piauí, Fortaleza, 2000. 155 p.

- **PERIÓDICOS**

ANDRADE, Belisa R. D. et. al. **Ecosistemas e áreas verdes urbanas** – um estudo de percepção ambiental no parque Julien Rien, região centro-sul de Belo Horizonte. 2008. Disponível em: <http://www.pucminas.br/graduação/cursos/arquivos/ARE_ARQ_REVIS_ELETR20061103082422.pdf> Acesso em: 08 jul. 2008.

BRASIL. Lei nº 6.938, de 31 de Agosto de 1981. **Lei da Política Nacional do Meio Ambiente**. Brasília, DF, 31 ago 1981. Disponível em: <<http://www.leis.gov.br>>. Acesso em: 28 out. 2002.

COLTRO, A. A fenomenologia: um enfoque metodológico para além da modernidade. **Caderno de pesquisas em administração**, v. 1, n. 11, jan/fev/mar. 2000. Disponível em: <www4.fct.unesp.br/docentes/educ/alberto/page_download/Delineamento/FENOMENOLOGIA.pdf>. Acesso em: 27 mar. 2009.

DEUS, M.S.M. de. *et al.* Lista preliminar da flórua do Parque Ambiental de Teresina, Piauí-Brasil. In: **SIMPÓSIO DE PRODUÇÃO CIENTÍFICA DA UESPI**. 2., 2000, Teresina. Anais... Teresina: UESPI, 2000. p. 60.

FAÇANHA, A. C. A evolução urbana de Teresina: pasado, presente e ... **Carta Cepro**, Teresina, v. 22, n. 1, p. 59-69, jan/jun. 2003.

FORTES, Raimundo L. F. (coord.) **Perfil de Teresina: econômico, físico e demográfico**. Teresina, SEMDEC, 2010. 112p. Disponível em: <www.teresina.pi.gov.br/portalpmt/orgao/SEMDEC/doc/20100709-336-1461-D.pdf> Acesso em: 28 mai. 2010.

GOUVÊA, I. Cobertura vegetal urbana. **Revista Assentamentos Humanos**, Marília, v. 3, n. 1, p. 17-24., out. 2001. Disponível em: <http://www.unimar.br/publicacoes/assentamentos/assent_humano3/paginas/pag2.htm>. Acesso em: 22 nov. 2002.

GROSS, T.; JOHNSTON, S.; BARBER, C. V. **Um guia para entender e participar efetivamente da oitava reunião da conferências das partes e da convenção sobre diversidade biológica**. Curitiba: MMA, 2005. 72 p. Disponível em: <www.vitaecivilis.org.br/anexos/guia_convencao_diversidade_biologica_pdf>. Acesso em: 19 mai. 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Base de informações do censo demográfico 2007: contagem da população**. Rio de Janeiro, 2007.

LEME, Fernanda B. M. As represas como lugares turísticos: novas significações e valorizações de uma paisagem sem memória. **Revista de cultura e turismo**, ano 1, n. 01, p. 66-85, out. 2007. Disponível em: <www.uesc.br/revistas/culturaeturismo/edicao1/artigo6.pdf>. Acesso em: 28 mai. 2010.

MARIOLI, A. P. (2008). **O método fenomenológico na comunicação**. Disponível em: <www.facasper.com.br/turismo/pdf/artigo2_antonie_metodo_fenomenologico.pdf>. Acesso em: 27 mar. 2009.

MASCARENHAS, E. M. C. B; LIMA, A. J. **A gestão pública municipal sobre o meio ambiente urbano: a experiencia do projeto vila-bairro em Teresina, PI**. Disponível em: <http://www.ufpi.br/mesteduc/eventos/ivencontro/GT11/gestao_publica_municipal.pdf>. Acesso em: 19 mai. 2009.

MATOS, M. R. R. *et al.* Fitossociologia de uma área de cerrado marginal em Teresina, Piauí. In: **CONGRESSO NACIONAL DE BOTÂNICA**, 53., 2002, Recife. Resumos... Recife: Sociedade de Botânica do Brasil, 2002, p. 312, ref. 1058.

MESQUITA, L. & SÁ CARNEIRO, A. R. **O papel dos espaços livres no resgate da qualidade ambiental do Recife.** Disponível em: <<http://www.ceci-br.org/Textos/congressoiberoamericano.doc>>. Acesso em: 02 out. 2002.

OLIVEIRA, A. I. de A. **Legislação Ambiental:** breve histórico. 2002. Disponível em: <<http://www.cebds.com/legislacaoambiental/breve-historico.htm>>. Acesso em: 01 set. 2002.

OLIVEIRA, Livia. Contribuição dos estudos cognitivos à percepção geográfica. In: **Geografia.** Rio Claro: 2 (3): 61-72, abril 1977.

PELLI NETO et al. **Um estudo de diagnóstico sobre a demanda habitacional e mercado imobiliário:** o caso de Teresina. (2006). Disponível em: <http://www.ibape.org.br/downloads/XIII_cobreap/46a.pdf>. Acesso em 19 mai. 2009.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERESINA. **TERESINA AGENDA 2015.** A cidade que queremos: diagnóstico e cenários (2002). Disponível em: <<http://teresina.pi.gov.br:8080/seplan/arquivos/TERESINA%20AGENDA%202015/DIAGNÓSTICOS%20SETORIAS/meio%20ambiente.pdf>>. Acesso em 19 mai. 2009.

SANTANA, M. W. Programa moradia digna e segura em Teresina. In: FARAH, M. F. S. & BARBOZA, H. B. (Org). **20 experiências de gestão pública e cidadania.** 1ª ed. São Paulo: Programa gestão pública e cidadania, 2001. p. 3-17. Disponível em: <<http://www.eaesp.fgvsp.br/subportais/ceapg/Acervo%20Virtual/Cadernos/Experi%C3%Aancias/2000/14%20-%20moradia%20digna.pdf>>. Acesso em: 24 abr. 2009.

Apêndice 1. Entrevista semi-estruturada realizada com a administradora do Parque Ambiental de Teresina.

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA – UNESP
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS E CIÊNCIAS EXATAS
CAMPUS DE RIO CLARO
MESTRADO EM GEOGRAFIA**

CARGO: Administradora

NOME: Maria Jacqueline Cruz Lustosa

PERGUNTAS NORTEADORAS

- 1) Quando e por que o Parque Ambiental foi criado?
- 2) Qual a finalidade desta área natural?
- 3) Que inventários ou estudos foram elaborados sobre a fauna e a flora desta área protegida?
- 4) Quem representa o público-alvo do Parque?
- 5) Há no Parque um sistema para registrar dados estatísticos sobre visitantes?
- 6) Quantas pessoas visitam o Parque por ano?
- 7) O que os visitantes costumam fazer no Parque?
- 8) Qual a infra-estrutura existente no Parque?
- 9) Como é trabalhada a educação ambiental no Parque?
- 10) Quantos funcionários do Parque estão em contato direto com os visitantes?
- 11) O número de funcionários é adequado para garantir a manutenção do Parque?
- 12) Quais os principais problemas enfrentados pelo Parque?
- 13) Qual a relação estabelecida entre a comunidade do entorno com o Parque?
- 14) Quando a comunidade é chamada para participar/contribuir com a conservação do Parque?

Apêndice 2. Questionário aplicado à comunidade do entorno do Parque Ambiental de Teresina.

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA – UNESP
 INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS E CIÊNCIAS EXATAS
 CAMPUS DE RIO CLARO
 MESTRADO EM GEOGRAFIA

BAIRRO: _____

PERFIL SÓCIO-ECONÔMICO DO ENTREVISTADO

01) **Sexo?** () masculino () feminino

02) **Qual a sua idade?**

() 20 a 30 anos () 41 a 50 anos () acima de 60 anos
 () 31 a 40 anos () 51 a 60 anos

03. **Qual o seu nível de escolaridade?**

() analfabeto () ensino médio completo
 () ensino fundamental incompleto () ensino superior incompleto
 () ensino fundamental completo () ensino superior completo
 () ensino médio incompleto () pós-graduação

04. **Quantas pessoas residem na sua casa?**

() 1-3 pessoas () 7-10 pessoas
 () 4-6 pessoas () acima de 10 pessoas

05) **Quanto tempo você mora neste bairro?**

() 0 a 5 anos () 11 a 15 anos () 21 a 25 anos
 () 6 a 10 anos () 16 a 20 anos () acima de 25 anos

06) **Profissão?** _____ () desempregado

07) **Que valor corresponde à renda líquida mensal de sua família?**

() até um salário mínimo () mais de dois até cinco salários mínimos
 () mais de um até dois salários mínimos () acima de cinco salários mínimos

PERCEPÇÃO AMBIENTAL DO ENTREVISTADO

08) **Já visitou o Parque Ambiental de Teresina?** () sim () não

09) **Com que frequência você visita o Parque Ambiental?** _____

10) **O que motiva a sua visita ao Parque Ambiental?**

11) **Você gosta de morar próximo ao Parque? Por quê?**

12) **Você sabe o que é permitido fazer num Parque como este?** () não () sim. **Caso SIM, o quê?**

13) Como você acha que está a situação do Parque Ambiental atualmente?

muito conservado

degradado

razoavelmente conservado

muito degradado

14) Quem você considera como os responsáveis pela conservação do Parque?

15) Como você imagina o seu bairro sem este Parque?

16) Se tivesse oportunidade, mudaria do seu bairro por causa do Parque?

sim. Por quê? _____

não. Por quê? _____

17) Já participou de algum movimento para resolver os problemas do Parque?

não.

sim. Qual? _____

18) Se você pudesse decidir, o que você melhoraria/modificaria no Parque Ambiental de Teresina?

Obrigada pela participação. Sua opinião é muito importante!

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)